

Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira

A IMAGEM DO PRÍNCIPE

nas orações fúnebres de Bossuet



A IMAGEM DO PRÍNCIPE

nas orações fúnebres de Bossuet

Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

À IMAGEM DO PRÍNCIPE

nas orações fúnebres de Bossuet

São Luís



EDUFMA

2023

Copyright © 2015 by Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira

Editoração: Café & Lápis / Amaury Araujo Santos

Revisão: Cláunísio Amorim Carvalho

Diagramação: Germana Costa Queiroz Carvalho

Capa: Marísio Amorim Carvalho

Foto da capa: Luís XIV da França por Justus Van Egmont (1654) - Kunsthistorisches Museum Vienna. Coroação e Sagração de Luís XIV na catedral de Reims, em 1654.

O48i

Oliveira, Maria Izabel Barboza de Morais.

A imagem do príncipe nas orações fúnebres de Bossuet. / Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira. - São Luís: EDUFMA, 2023.

221 p.

ISBN 978-85-7862-441-5 (Impresso)

ISBN 978-65-5363-306-3 (E-book)

1. Religião - Orações fúnebres. 2. Orações fúnebres - Jacques Bossuet. I. Título.

CDU 243:930.9

CDD 240

Índices de catálogo sistemático:

1. Orações Fúnebres - Bossuet

2. Jacques Bossuet - Religião

3. Teologia - Orações Fúnebres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Ficha elaborada por Marcelo Neves Diniz – CRB 489/13)

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA | Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga CEP: 65080-805

São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157 | www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos
Vice-Reitor



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Diana Rocha da Silva
Profa. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Profa. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



ASSOCIAÇÃO BRAISLEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

À minha filha, Leticia, com todo amor do mundo. Ausente fisicamente, mas presente em todos os momentos de minha vida.

Ao meu pai, Roque, em memória, exemplo de força, coragem, obstinação e generosidade. Homem de poucas letras, mas muita sabedoria. Não me esqueço de seus conselhos.

Agradecimentos

A Deus, que tem derramado suas bênçãos sobre mim. Meu eterno protetor. Pai fiel que nunca me abandona e não desiste de mim.

Aos meus três amores: Amanda, Murilo e Matheus. Filhos queridos, fontes de força e inspiração...

Ao meu esposo, Odair, pelo apoio. Foi mãe e pai de nossos filhos quando, durante o mestrado, morei em Niterói, muito longe de casa...

A minha Mãe, Maria José, exemplo de humildade, justiça, generosidade e fé. Sei que jamais poderei retribuir tudo o que fez por mim.

Aos meus queridos irmãos Obede e Polaco, pelo apoio generoso.

Ao Prof. Ronaldo Vainfas, pelo direcionamento seguro que deu a esta pesquisa de mestrado.

A minha amiga medievalista Raquel Alvitos Pereira. Um anjo que apareceu em minha vida durante o mestrado.

Sumário

	Introdução	15
1	A formação intelectual de Bossuet	35
2	Os combates intelectuais de Bossuet	71
3	Um catecismo para a realeza	163
	Considerações finais	211
	Referências	215

Introdução

Desde as civilizações da Antiguidade oriental, tem sido prática comum justificar o poder da realeza por delegação divina.¹ Conforme afirma Marc Bloch, em *Os reis taumaturgos*, “o século XVII, mais que qualquer outra época, sublinhou abertamente a natureza quase divina da monarquia e até do rei...”² Neste sentido, o direito divino dos reis, doutrina política defendida por Bossuet, sob o regime de Luís XIV, na segunda metade do século XVII, pode ser abordado sob esta ótica.

As novas estruturas institucionais da monarquia impulsionaram o desenvolvimento do absolutismo: “exército, burocracia, tributação e diplomacia”.³ No entanto, não foi somente por meio desses aparatos técnicos e burocráticos que a monarquia absolutista francesa conseguiu se consolidar. Devemos levar em consideração que alterações nas atitudes dos súditos em relação ao poder político, ocorridas no final do século XV e início do século XVI, foram de fundamental importância. Constata-se que a partir de fins da Idade Média a maioria dos súditos obedecia às ordens do monarca não mais por coerção direta de suas forças militares, mas por laços de identificação com a sua capacidade de liderança.⁴ É preciso levar em consideração que a lealdade dos súditos ao

¹ Cf. LOPES, M. A. *O político na modernidade*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 69-70.

² BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 235.

³ Cf. ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado absolutista*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 23-41.

⁴ Cf. STRAYER, Joseph. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, [s.d.], p. 96-98. Ver também: WARRENDER, Howard. O estudo da política. In: KING, Preston. *O estudo da política*. BRASÍLIA: EUB, 1980, p. 173.

soberano se tornou mais forte ainda com a sistematização da doutrina do direito divino.⁵ De acordo com Joseph Strayer, este sentimento já estava largamente disseminado na França e na Inglaterra de fins da Idade Média, quando a doutrina ganhou seus contornos teóricos, por obra e graça de Jaime I, Robert Filmer, Jean Bodin, Cardin Le Bret, Juan de Mariana e de outros formuladores do absolutismo.

Para analisar alguns aspectos da doutrina justificadora do absolutismo nas *Oraisons funèbres* de Bossuet, é preciso analisar um contexto mais amplo. A crise econômica e social que, devido às constantes guerras entre as casas nobiliárquicas, arrasou a Europa nos séculos XIV e XV, teve como consequência a emergência do Estado absolutista no Ocidente, no transcorrer do século XVI.⁶ As constantes crises constituíram-se em empecilhos impedindo que a construção do absolutismo francês fosse um processo linear.⁷ No início, tais crises enfraqueciam o poder do monarca. Porém, ao final de cada uma delas as sociedades políticas se encontravam frágeis e inseguras, daí o seu anseio por um governante forte, com poderes centralizados em sua pessoa, para, assim, promover a paz e a ordem no reino. Dessa forma, o poder do monarca se fortaleceu progressivamente.⁸

Houve na Europa, no plano internacional, a Guerra dos Cem Anos, no século XV, e a Guerra dos Trinta Anos, no século XVII; no plano francês, as Guerras Religiosas do século XVI, a Fronda, no século XVII, e as sublevações camponesas e urbanas, nos séculos XVI, XVII e XVIII. O sufocamento dessas revoltas contribuiu para o progresso da centralização administrativa. Na segunda metade do século XVII, sobretudo no início do reinado pessoal de Luís XIV, em 1661, o Estado absolutista francês chegou ao seu ponto culminante.⁹

⁵ Cf. STRAYER, op. cit., p. 112-113.

⁶ Cf. ANDERSON, op. cit., p. 22.

⁷ Cf. Ibid. p. 85.

⁸ Cf. LOPES, Marcos Antônio. *O absolutismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 25-42.

⁹ Cf. ANDERSON, op. cit., p. 85, 99-101.

De fato, a monarquia absolutista francesa não se consolidou apenas por seus aparatos técnicos e burocráticos, mas com a ajuda de todo um simbolismo religioso que a envolvia.¹⁰ De acordo com o historiador inglês C. B. A. Behrens,

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a maior parte das grandes potências europeias e muitas das potências menores adotaram a forma de governo conhecida pelo nome de ‘absolutismo’ – isto é, uma forma de monarquia hereditária em que o monarca recebia o seu poder de Deus, era considerado representante de Deus na Terra e, sobretudo na França, no reinado de Luís XIV, com atributos semidivinos.¹¹

Foi na segunda metade do século XVII que o absolutismo francês conheceu seu momento de maior esplendor. A doutrina do direito divino dos reis contribuiu poderosamente para o fortalecimento da monarquia francesa. Neste período, quase todos os gêneros literários, fossem políticos ou não, versavam ou incluíam em seus discursos a exaltação das virtudes morais da realeza sagrada.¹²

Optamos por esse tema atentos ao fato de considerarmos a política, o pensamento e a prática, como algo inerente à vida dos homens, desde os grandes estadistas às pessoas mais comuns, e, por isso, achamo-la fascinante. A escolha da temática justifica-se também por nosso interesse, para não dizer paixão, por temas de História Moderna, sobretudo pela história do pensamento político, da forma como podemos abordá-la nos textos dos intelectuais políticos: os ditos autores clássicos, mas sem a exclusão dos escritores políticos menores. A definição por este campo de reflexão foi definida e acentuada pela oportunidade rara, numa Universidade do interior do Brasil, de participar do PIBIC/CNPq.

¹⁰ Cf. STRAYER, op. cit., p. 97-98, 112-113.

¹¹ BEHRENS, C. B. A. *O Ancien Régime*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, p. 85. (Col. História Ilustrada da Europa).

¹² Cf. LOPES, 1997, op. cit., p. 25-46.

A doutrina do direito divino dos reis foi muito criticada em seu próprio tempo, e bastante ridicularizada por pensadores dos séculos XVIII e XIX, período de afirmação crescente das teorias políticas liberais. Isto fez com que muitos historiadores a desprezassem como objeto de estudo. No entanto, é preciso levar em consideração que esta doutrina, no século XVII, foi defendida com grande vigor teórico, e com apaixonada crença política e religiosa, por ser um misto de ambas as coisas. Toda a sociedade política, dos reis aos súditos, aceitou-a como um elemento “natural” na esfera da vida pública e até privada. Neste sentido, se situarmos a “doutrina do sistema monárquico” em seu tempo, perceberemos que de ridículo ela não teve nada. Em meados do século XVII, alcançou importância imensa e o seu valor teórico-doutrinal foi reconhecido nas principais cortes europeias.¹³ A doutrina do direito divino dos reis, tal como se apresentou no século XVII, foi “essencialmente uma teoria popular, proclamada desde o púlpito, apregoada em praça pública e defendida no campo de batalha”.¹⁴

Tanto a sua concepção como a sua defesa foram resultados das circunstâncias históricas num período de afirmação do poder régio. A doutrina tem suas origens remotas no século XIV, como resultado da refutação dos escritores imperialistas às pretensões do papado ao poder universal. A rigor, formas semelhantes de sustentação teórico-teológica do poder régio descem ao leito mais profundo da história da realeza, como bem o demonstrou a obra clássica de James Frazer, *O ramo de ouro*. Esta doutrina possibilitou a consolidação da monarquia absolutista, pois tornou possível a sua independência e supremacia em relação ao domínio eclesiástico. O direito divino dos reis foi uma teoria que, por se relacionar com a teologia, bem como com a política, não poderá ser julgada do ponto de vista de uma época em que ambas se encontram separadas. É este o ponto de vista que compartilhamos com o pastor anglicano e historiador inglês John Neville Figgis, que nos

¹³ Cf. FIGGIS, J. N. Introducción. In: _____. *El derecho divino de los reyes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 13-14.

¹⁴ *Ibid.*, p. 14.

chama a atenção para o fato de que, no *Ancien Régime*, “até para fins utilitários, era preciso encontrar um fundamento religioso se se pretendia ter aceitação. Todo o mundo exigia alguma forma de autoridade divina para qualquer teoria de governo...”.¹⁵ No tempo de Bossuet, até mesmo as teorias contrárias a esta doutrina eram baseadas na Bíblia. O direito divino dos reis pertenceu a uma época em que teologia e política estavam imbricadas não somente em teoria, mas na vida cotidiana também.¹⁶

Analisar alguns aspectos da doutrina legitimadora do absolutismo de extração teológico-religiosa, a da vertente de Jaime I, de Bossuet e de Luís XIV, tomando como fontes centrais duas das orações fúnebres produzidas por Bossuet, é um exercício historiográfico que julgamos relevante, não somente pela oportunidade de pesquisas desta natureza no Brasil, como também pela possibilidade de crescimento intelectual no interior de uma linha de pesquisa que pouco a pouco vem se afirmando entre nós. Desta forma, esta pesquisa oferece a sua parcela de contribuição, ao possibilitar um melhor conhecimento da temática.

Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) foi teórico do absolutismo de Luís XIV. De família de eclesiásticos, foi tonsurado aos oito anos em Dijon. Bossuet entrou para o mosteiro de Metz e aí foi nomeado cônego aos treze anos. Ingressou no *Collège de Navarre*, onde estudou filosofia e teologia. Em Metz, assumiu vários cargos religiosos. Em 1659 deixou o cargo de arquediácono e foi para Paris. Nesta cidade ficou famoso como orador sacro. Por intermédio de seus sermões, alcançou um renome na corte, e fora dela. Por isso, foi indicado para fazer orações fúnebres das pessoas mais importantes da família real. Entrou para a Academia Francesa em 1671, e em 1669 já havia sido nomeado bispo de Condon e no ano seguinte preceptor do Delfim. Em 1681, após ter terminado o preceptorado, tornou-se bispo de Meaux, permanecendo nesse bispado até a sua morte, em 1704.¹⁷

¹⁵ FIGGIS, op. cit., p. 20.

¹⁶ Cf. Ibid., p. 20-21.

¹⁷ Cf. CHEVALLIER, Jean Jacques. ‘A política resultante da Sagrada Escritura’, de Bossuet (1679-1709). In: _____. *As grandes obras políticas de Maquiavel a*

Bossuet foi um homem dedicado à Igreja Galicana. A ela devotou toda a sua vida de escritor e clérigo devoto. Desde os oito anos de idade até a sua morte, assumiu cargos religiosos. Em sua concepção, uma das obrigações primordiais dos monarcas era a defesa do catolicismo. Para ele, os reis, ao defenderem a religião, estariam, ao mesmo tempo, defendendo o Estado. Isto porque, no referido período, as questões religiosas estavam ligadas visceralmente às questões políticas, tornando impossível delimitar uma fronteira entre ambas. Segundo René Rémond, “o campo do político não tem fronteiras fixas e as tentativas de fechá-lo diante de limites traçados para todo o sempre são inúteis”.¹⁸ Em seu tempo, ele foi um dos maiores propugnadores da realeza sagrada. Ele defendeu a ordem e a paz na França, combatendo tudo aquilo que, para ele, constituía-se em ameaça ao poder dos reis.

Há equivocadas interpretações a respeito de Bossuet e sua concepção de absolutismo. Alguns autores entendem que este teórico atribuía ao rei um poder absoluto, assim como nós entendemos o termo hoje. No entanto, nos próprios termos de Bossuet, “para tornar este termo odioso e insuportável, alguns fingem confundir o governo absoluto e o governo arbitrário. Mas não há nada mais diferente...”.¹⁹ Conforme Marcos Lopes, na concepção de Bossuet “o absolutismo monárquico significa muito mais o direito absoluto do príncipe ao poder real, à soberania indivisível para exercer suas atribuições, do que o direito ‘real’ de exercer o poder absoluto”.²⁰

O absolutismo consistia em uma forma de governo na qual o poder do rei era limitado. De acordo com Perry Anderson, na

nosso dias. 3 ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1973, p. 84-98; LOPES, 1997, op. cit., p. 89; MOLAND, Louis. Advertência. In: BOSSUET, J. B. *Orações fúnebres e panegíricas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909. (Organização e apresentação de Louis Moland), p. 1-3; MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 197.

¹⁸ RÉMOND, René. Do político. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora UFRJ, 1996, p. 443.

¹⁹ BOSSUET, J. B. Instrução a Luís XIV. In: LUÍS XIV. *A arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p. 127.

²⁰ LOPES, 1997, op. cit., p. 72.

prática, esta forma de governo “correspondia à teoria de Bodin. Nenhum Estado absolutista poderia jamais dispor livremente da liberdade e das propriedades fundiárias da própria nobreza, ou da burguesia, à maneira das tiranias asiáticas suas contemporâneas”.²¹

Por monarquia absolutista entendemos que o poder do monarca por direito divino era centralizado em sua pessoa. No entanto, não era absoluto, como pode parecer. Para Roland Mousnier, os reis não podiam limitar, nem violar os direitos já adquiridos por seus súditos como “franquias, liberdades, privilégios...”. O rei tinha como obrigação respeitar as leis fundamentais do reino. “O dever do rei é assegurar o respeito da lei da natureza e da lei de Deus”. O costume da província era muito valioso, pois “o costume é anterior e superior a tudo (...) O rei existe pelos costumes. (...) O rei é absoluto em sua esfera de direito. (...) Tal parece ser bem o conceito de ‘monarquia absoluta’”.²²

Conforme constata Behrens, as leis fundamentais apresentavam-se como obstáculos às modificações por parte dos monarcas absolutistas, pois

Os próprios monarcas do Ocidente não estavam mais emancipados do que os seus súditos em relação às crenças que simbolizavam. Os monarcas eram educados na crença de que deviam respeitar as leis fundamentais e de que, se não o fizessem, mesmo que os seus súditos não tivessem o direito de lhes resistir, se arriscavam a provocar a fúria de Deus e a ser considerado déspotas.²³

De acordo com Perry Anderson,

Nenhuma monarquia ocidental gozava jamais de poder absoluto sobre seus súditos, no sentido de um despotismo sem entraves. Todas elas eram limitadas (...) pelo complexo de concepções denominado direito ‘divino’

²¹ ANDERSON, op. cit., p. 50.

²² MOUSNIER, Roland. Les concepts d’ “orders” d’ “états”, de “fidélité” et de “monarchie absolue” en France de la fin du XV siècle à la fin du XVIII. *Révue historique*, 247, Paris, 1972, p. 306-308.

²³ BEHRENS, op. cit., p. 96.

ou ‘natural’. (...) a monarquia absolutista no Ocidente foi sempre, na verdade, duplamente limitada: pela persistência, abaixo dela, de corpos políticos tradicionais, e pela presença, sobre ela, de um direito moral abrangente.²⁴

O direito divino dos reis foi uma doutrina complexa e paradoxal; ao mesmo tempo em que dava direitos ao rei, também estipulava quais os seus deveres perante a religião. Segundo Behrens, o monarca absolutista europeu

não tinha que prestar contas de suas ações a nenhuma autoridade terrena. Resistir-lhe era o mesmo que resistir ao próprio Deus. Não tinha que prestar contas aos seus súditos e a lei não punha limites ao seu poder, mas acentuava-se sempre o fato de que tinha de prestar contas a Deus, que estava limitado moralmente pelas leis de Deus e estava igualmente limitado moralmente pelas leis e costumes do seu reino porque estas tinham a sanção divina.²⁵

Esta doutrina, de um lado, fortalecia o poder do monarca, ao defender que o seu poder era delegado diretamente de Deus, e que por isso não podia ser contestado, e, de outro, o enfraquecia, ao mostrar-lhe que era necessário cultivar um conjunto de virtudes que, uma vez cultivado, limitava o seu poder de ação. Segundo a reflexão de Lopes,

É necessário estabelecer o primeiro e maior efeito contraditório do direito divino; por paradoxal que pareça, as doutrinas de legitimação transcendente (...) atuam como instrumentos inibidores do poder absoluto do monarca. (...) o rei é o primeiro súdito de Deus. Assim sendo, tem interditas pelos preceitos da religião quaisquer ações que comprometam sua condição de rei cristianíssimo. Ainda que sua finalidade fosse fun-

²⁴ ANDERSON, op. cit., p. 50.

²⁵ BEHRENS, op. cit., p. 85.

damentalmente oposta, o direito divino pode atuar também como instrumento de limitação do poder do monarca. Na Europa Moderna, um poder ilimitado, no sentido pleno da expressão, determinado por Delegação divina, nunca existiu de fato.²⁶

Como se pode notar, este tema de pesquisa insere-se no campo historiográfico da história intelectual ou história das ideias políticas, denominação mais tradicional.²⁷ Neste campo há uma diversidade de concepções interpretativas a serem empregadas pelos historiadores. No entanto, não cabe, aqui, desenvolver este debate. Demonstraremos apenas a metodologia que, em nossa concepção, poderá trazer melhores resultados às interpretações dos textos de Bossuet.

Buscaremos compreender os textos de Bossuet por meio da metodologia de interpretação de textos denominada de contextualismo linguístico, mais conhecida como contextualismo radical, defendida e propagada pelo historiador inglês da escola de Cambridge, Quentin Skinner.

Acreditamos que para uma melhor compreensão do texto de um autor é de fundamental importância tentar enfocá-lo levando-se em consideração o contexto social em que foi produzido.²⁸ Conforme nos chama a atenção Quentin Skinner,

O que exatamente o procedimento aqui proposto nos permite identificar nos textos clássicos que não se possa encontrar à sua mera leitura? (...) é que ele nos permite definir o que seus autores estavam fazendo quando os

²⁶ LOPES, 1996, op. cit., p. 44-46.

²⁷ Cf. LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza. C. Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos. In: *Textos de história*. Brasília: UnB, 1997, p. 10.

²⁸ Cf. TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 274. Ver: SKINNER, Quentin. In: PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 315; LASKI, Harold. J. Sobre o estudo da política. In: KING, op. cit., p. 13.

escreveram. Não podemos esperar atingir este nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos.²⁹

Devido à evidência do escritor político tentar responder a questões que surgem como um problema em sua sociedade, o historiador intelectual deve atentar para a relação entre a teoria do escritor político e o contexto histórico no qual ela está inserida.³⁰ Será que algum teórico político ganharia a atenção de seus contemporâneos se tratasse de questões irrelevantes para eles? De acordo com Sheldon Wolin,

Toda filosofia política – por mais refinadas e variadas que sejam suas categorias – representa uma perspectiva necessariamente limitada a partir da qual contempla os fenômenos de índole política. Os enunciados e formulações que produzem são – como disse Cassirer – ‘abreviaturas da realidade’ que não esgotam a ampla gama da experiência política. (...) Para um filósofo como Thomas Hobbes, que viveu a agitada vida política da Inglaterra do século XVII, a tarefa urgente do filósofo político consistia em definir as condições necessárias para uma ordem política estável. No pensamento de um filósofo influem, em grande medida, os problemas que agitam a sua sociedade. Se querem ganhar a atenção de seus contemporâneos, devem encarar seus problemas e aceitar, para o debate, os termos que estas preocupações impõem.³¹

²⁹ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Campanhia das Letras, 1999, p. 13. A este respeito, ver: THOMSON, David. *Las ideas políticas*. Barcelona: Labor, 1973, p. 16.

³⁰ Cf. SKINNER. In: PALLARES-BURKE, op. cit., p. 330.

³¹ WOLIN, Sheldon. *Política y perspectiva*. Madrid: Alianza Editorial, [s.d.], p. 30-31. Ver SKINNER. In: PALLARES-BURKE, op. cit., p. 323.

Bossuet redigiu a *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne*³² em 1669, num contexto político conturbado: a Revolução Inglesa de 1640 resultou na execução de Carlos I, em 1649, pela vitoriosa revolução liderada por Oliver Cromwell, com a instauração da República Puritana – dirigida pelo Conselho de Estado, sob a liderança do próprio – em lugar da monarquia absolutista. Como Bossuet era um monarquista devoto, não é difícil imaginar o que tudo isto significava para ele. Bossuet percebeu o quanto as ideias dos revolucionários puritanos eram ameaçadoras aos monarcas. Como lembra Henri Sée, foram os teóricos protestantes os primeiros a se oporem ao absolutismo de Luís XIV.³³ É possível avaliar o quanto o ato da decapitação de Carlos I representou naquela época, não somente para aqueles que pensavam e transitavam na esfera do poder, mas também para a sociedade política, nas várias monarquias governadas por príncipes absolutistas. De acordo com Christopher Hill, em *As origens intelectuais da Revolução Inglesa*, “o ato de 1649 teve tamanho impacto que, segundo dizem, ao saberem do fato, ‘mulheres abortaram, homens caíram em profunda melancolia’”.³⁴ Portanto, Bossuet sentiu-se motivado a responder a essas questões.

No trabalho de interpretação dos textos políticos, é de fundamental importância prestarmos atenção nos “atos linguísticos”, tentando perceber quais são as intenções subjacentes no texto do autor.³⁵ Estamos cientes de que o significado de um texto não existe antes dele. O sentido passa a existir a partir das operações mentais inerentes ao processo de sua produção. A linguagem utilizada pelo autor, além de ter um significado, tem a função de uma ação, ou seja, o texto traz consigo a intenção do autor em intervir,

³² BOSSUET. Jacques-Benigne. *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne*. In: _____. *Oraisons funèbres*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1874.

³³ Cf. SÉE, Henri. *Idées politiques en France au XVII^e siècle*. Paris: Marcel Giard Libraire-Éditeur, 1923, p. 359. Cf. SKINNER, 1996, op. cit., p. 467-512.

³⁴ HILL, Christopher. *As origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 13.

³⁵ Cf. TUCK, op. cit., p. 275.

em advertir sobre algo que está acontecendo ou que, em seu entender, está prestes a acontecer. Segundo Skinner, é importante

descobrirmos o que o autor pretendeu fazer com o que disse. Nesse caso, o que nos interessa é o que chamo de atos linguísticos. O que quero dizer é que um discurso, além de ter um significado, é também uma ação. Para os patinadores, por exemplo, a frase ‘o gelo lá está muito fino’, além de ter um significado, tem também a força de um ato de advertência. A questão que se deve, pois, propor a todo ato linguístico é o que se está fazendo com o que é dito.³⁶

É preciso abordar as obras do autor em relação ao contexto intelectual e político de sua época, levando-se em consideração que a sua intenção era a de intervir no debate político de seu tempo.³⁷ De acordo com Ribeiro, “o pensamento político exprime, em grau mais alto, um traço que talvez seja comum a todo pensamento: uma tensão de intervenção”.³⁸

Neste sentido, situando Bossuet na segunda metade do século XVII francês, é possível constatar que, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne*, redigida em 1669, quando Bossuet adverte que o maior dever dos monarcas é defender a religião católica, combatendo o protestantismo, está implícito em suas palavras o desejo alimentado de que o Editto de Nantes (1598), que estabeleceu a tolerância religiosa aos calvinistas, seja revogado pelo monarca cristão, já que, para Bossuet, a doutrina protestante contém os elementos que desestabilizam a soberania indivisível do príncipe.

Como o texto do autor não apenas reflete a realidade, mas pretende intervir nela, ele escolhe seus leitores, e estará sempre se dirigindo a eles. Conforme salienta Ribeiro,

³⁶ SKINNER. In: PALLARES-BURKE, op. cit., p. 332-233.

³⁷ Cf. SKINNER. In: PALLARES-BURKE, op. cit., p. 308.

³⁸ RIBEIRO, Renato J. A filosofia política na história. In: _____. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. p. 117.

Mesmo o pensador que opta pelo *otium* escolhe, muitas vezes, um leitor ideal, parceiro que dará vida às suas páginas (...). O texto político, pelo menos ele, exige levar em conta tais relações. (...) é preciso saber a quem o autor se dirige. (...) em vez de pensar o que o texto retrata, ou como ele retrata uma realidade ou problema, pensar o que ele concebe. Qual é a sua visada. (...) O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura *refletir* o seu tempo e sociedade; quer *produzir* efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produzires.³⁹

Nos textos de Bossuet aqui analisados certamente que o seu leitor ideal era Luís XIV, haja vista que era este quem segurava as rédeas do poder na França, aquele que detinha em sua pessoa poderes suficientes para interferir no curso dos acontecimentos.

Segundo Ribeiro, para uma melhor compreensão de um filósofo político precisamos considerar que “haveria um discurso do filósofo a seus pares, quase um diálogo, porque é uma interlocução, e outro, do pensador aos não-pensadores, como que uma doutrinação, espécie de prédica, ou melhor, de exposição do dogma”.⁴⁰ Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* e na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon* é fácil perceber que Bossuet se dirige aos reis. O autor pretende ensinar-lhes qual é o melhor meio de se manter o poder forte e unificado. Entretanto, para conhecer-se os interlocutores do autor já é algo mais complexo, pois eles não estão explícitos no texto. Além de atentarmos para os argumentos utilizados por ele, em seus textos políticos, temos que ler suas notas,

³⁹ Ibid., p. 117, 121.

⁴⁰ Ibid., p. 122.

as suas dedicatórias, os seus prefácios, etc., tentando distinguir quais são os seus interlocutores eletivos. Além disso, a bibliografia especializada nos auxilia a encontrar os interlocutores não admitidos por Bossuet.

Neste caso, somente sabemos que Bossuet tem Maquiavel por interlocutor, pois, segundo Jacques Le Brun, o nome do autor florentino foi encontrado em seu fichário por seu sobrinho.⁴¹ Já quando fez suas críticas à Reforma e aos protestantes, sabemos que o seu grande interlocutor foi o pastor Paul Ferry, de quem Bossuet, em 1655, refutou a obra em que este pastor defendia a Reforma.

O texto político deve ser pensado em sua dinâmica específica, levando-se também em consideração que o autor não busca um leitor eternamente válido, mas sim que tem o seu público alvo, definido, o qual pretende atingir com suas ideias. Como propõe Renato Janine Ribeiro a solução do problema da “audiência” do texto, consiste em “pensar o escrito como uma dinâmica, como convite à participação do leitor. (...) É também (...) recusar a idéia de um leitor universal (...) Nenhum texto é essencial para todos; cada texto tem o seu público”.⁴²

É preciso levar em consideração que as obras produzidas por um mesmo escritor político apresentam uma diferença entre si, por terem sido produzidas em épocas distintas de sua vida.⁴³ Um bom exemplo disso aparece nas duas obras de Bossuet: a *Oraison funèbre de Henriette-Marie* e a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*. Na oração da rainha o assunto abordado do início ao término é a questão protestante. Já na oração do príncipe este assunto não toma sequer dois parágrafos. O fato é que, quando Bossuet escreveu a oração da rainha, em 1669, vigorava na França o Edito de Nantes, que estabelecia a tolerância religiosa para com os protestantes. E isto incomodava Bossuet, pois ele sabia que a Revolução Inglesa de 1640 e todos os seus desdobramentos foram liderados

⁴¹ Cf. LE BRUN, Jacques. Introduction. In: BOSSUET, J. B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Librairie Droz, 1967, p. XXIII.

⁴² RIBEIRO, op. cit., p. 124.

⁴³ Cf. TUCK. In: BURKE, op. cit., p. 288-289.

por protestantes. Ao escrever a oração do príncipe, em 1687, a questão protestante não o incomodava mais. Afinal, o Edito de Nantes tinha sido revogado por Luís XIV dois anos antes, sob a influência do próprio Bossuet. Nesse momento o que preocupava nosso autor era a política de guerras de Luís XIV. Este entrou em uma onda de guerras sucessivas, causando a ruína econômica, social e política da França. A miséria que assolava o reino fazia com que surgissem críticas cada vez mais fortes ao absolutismo. Como um grande defensor da monarquia absolutista, o tema escolhido por Bossuet, na oração do príncipe, passa a ser o pacifismo.

O valor histórico do pensamento político do autor somente será encontrado à medida que o intérprete levar em conta toda a gama de movimentos intelectuais ocorridos em seu contexto.⁴⁴ Sendo assim, como pretendemos analisar de que forma os aspectos da doutrina do direito divino dos reis aparecem nos textos de Bossuet, devemos tentar entender os movimentos intelectuais do século XVII. Desse modo, compreenderemos o porquê de Bossuet ter criticado algumas ideias com tanta veemência. Por exemplo, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* sua crítica à liberdade é uma negação das ideias defendidas pelos libertinos, ideias estas que estavam alcançando enorme repercussão na França do século XVII.⁴⁵

Os filósofos políticos estão engajados nos problemas de seu tempo, como também buscam participar do diálogo mantido no interior da tradição do pensamento político. Por exemplo, na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, como também no capítulo IX da *Politique*, Bossuet constrói a imagem de um príncipe moderado, pacífico, que somente deve empreender a guerra em caso de extrema necessidade, como para defender as suas santas leis, o seu povo da opressão do inimigo e a unificação da religião católica, enfim, para defender a unificação, a centralização do poder em sua pessoa. Bossuet dirige uma severa crítica aos reis que empreendem a guerra por desejo de glória e de conquista. Lendo *A*

⁴⁴ Cf. ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: *Revista brasileira de história*, São Paulo, n. 30, 1995, p. 12-13.

⁴⁵ A respeito do movimento dos libertinos, ver: SÉE, op. cit., p. 338-354.

arte da guerra,⁴⁶ de Maquiavel, percebe-se que o autor florentino defende a imagem de um príncipe que busca a glória e a conquista acima de tudo. Desta forma, ao mesmo tempo que Bossuet buscava participar do diálogo pretendendo “consertar” os “erros” de Maquiavel, estava procurando responder às questões de seu tempo, ou seja, estava preocupado com a grande crise que assolava a França, por consequência da política de guerras de Luís XIV.

Como nos lembra Wolin,

Nenhum pensador político se interessa exclusivamente pelo passado, assim como tampouco se propõe falar somente ao futuro distante; em um ou outro caso, o preço seria a ininteligibilidade. Com isto queremos dizer unicamente que todo filósofo político está engajado em alguma medida, e que toda obra de filosofia política é, em alguma medida, um manifesto dirigido a sua época. Em outro nível, sem dúvida, muitos escritos políticos têm sido projetados como algo mais que *livres de circonstance*: os tem destinado a contribuir ao diálogo contínuo da filosofia política ocidental. Isto explica porque é tão frequente que um pensador político apareça atacando a outro morto muito antes.⁴⁷

É importante ter clareza de que os teóricos políticos buscam participar do diálogo não como uma camisa de força, buscando apenas responder aos problemas propostos pelos predecessores, mas sim à medida que os temas tratados pelos autores anteriores são temas também recorrentes em sua época. E cada teórico responde a essas questões de forma diferente também.⁴⁸

⁴⁶ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra e outros ensaios*. Brasília: EUB, 1982, p. 48-56. Segundo observa Skinner, “como Maquiavel afirma repetidas vezes, o objetivo do governante deveria ser ‘manter seu estado’, ‘realizar grandes feitos’ e perseguir as elevadas metas da honra, glória e fama”. SKINNER. *A era dos príncipes*. In: _____. 1996, op. cit., p. 155.

⁴⁷ WOLIN, op. cit., p. 34-35.

⁴⁸ Cf. LACERDA; KIRSCHNER, op. cit., p. 17. Sobre a importância da tradição, ver: WOLIN, op. cit., p. 31-32.

Ao debruçarmo-nos sobre o pensamento político de Bossuet, considerado por Voltaire como o último dos clássicos,⁴⁹ no âmbito da literatura, já que no âmbito do pensamento político ele é tido como um autor menor, estamos recorrendo a abordagens que julgamos relevantes para a interpretação de seus textos. Desta forma, entendemos que para compreender as ideias políticas de um determinado período não devemos recorrer somente aos grandes autores, mas sim analisar também as obras dos autores considerados de menor expressão em nosso tempo, para tentar perceber como questões semelhantes eram percebidas por eles. Devemos, também, levar em consideração o clima de opinião, o que se comentou sobre o autor estudado.⁵⁰

Na França, desde a afirmação da história intelectual como disciplina autônoma, em 1943, com Jean-Jacques Chevallier,⁵¹ até os anos 1950/60 com o grupo norte-americano, a ideia predominante era a de que o historiador intelectual deveria debruçar-se sobre as obras clássicas, pois somente elas continham os elementos intemporais, ideias universais que serviriam como respostas aos problemas de todas as épocas e, principalmente, para explicar a história do tempo presente. No entanto, no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, a história intelectual renovou-se, pois os historiadores de Cambridge, com evidência para Quentin Skinner e John Pocock, advertiram para a importância de se estudar os autores menores. Michel Winock chama a atenção para o fato de que, em suas teses de doutorado, René Remond, em 1959, e Jean Touchard, em 1968,

empenharam-se em descobrir as marcas das ideias em todos os setores da sociedade. Com essa finalidade, des-

⁴⁹ Cf. VOLTAIRE. In: Jugements sur Bossuet. In: BOSSUET. J-B. *Oraisons funèbres et sermons*. (Organizado por J.- Roger Charbonnel). Paris: Librairie Larousse, 1942, p. 95.

⁵⁰ Consulte, a este respeito, ROSANVALLON, op. cit., p. 17; MOUSNIER, Roland. Problemas de metodo en el estudio de las estructuras sociales de los siglos XVI, XVII y XVIII. *Estudios políticos*. Madrid, n. 198, 1973, p. 41; LOPES, Marcos A. *Para ler os clássicos do pensamento político*: um guia historiográfico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 34-35.

⁵¹ Cf. WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, op. cit., p. 274.

cendo do Olimpo das ‘grandes obras’, ambos saíram ao encaço de todos os elementos de seu tema nos diferentes meios de expressão e particularmente naqueles que atingiam grandes camadas da população (...) os almanaques, as canções, os autores de vaudeville e a imprensa que aos poucos se libertava da censura do Estado.⁵²

É bom lembrar que esta preocupação já existia anteriormente. Em 1926, Harold Laski advertia para a importância de se estudar os autores menores.⁵³

Se até então a história intelectual estava “presa aos pináculos”, abordando somente as grandes obras dos autores de renome, as fontes antes inusitadas passaram a receber a sua atenção, e assim houve uma renovação do *corpus* documental.⁵⁴ Com isto a história intelectual evoluiu e se enriqueceu. Com este movimento, como ressalta Michel Winock, “descemos dos picos rochosos para o fundo dos vales; das obras mais ou menos imortais para o saco de gatos da produção literária, jornalística, política; do comentário das ‘grandes idéias’ ao inventário das ‘mentalidades correntes’”.⁵⁵ Com esta descida houve uma enorme diversificação no interior dessa disciplina.

Para uma melhor compreensão do pensamento político de Bossuet, levaremos em conta suas idiossincrasias, ou seja, tudo aquilo que era próprio de sua personalidade e atuava sobre ele.⁵⁶ Além disso, atentaremos para o fato de que o meio social, o grupo ao qual pertenceu, também mantiveram influência sobre ele. Desta forma, por pertencer a uma família de magistrados fiéis à monarquia, Bossuet defendia-a com todas as suas forças. A sua crítica ao protestantismo, como sendo o grande causador da instabilidade política, sem dúvida, se dava pelo fato de Bossuet ter sido um bispo e por ter pertencido à Igreja Católica num período

⁵² Ibid., p. 279.

⁵³ Cf. LASKI, In: KING, op. cit., p. 18.

⁵⁴ Cf. WINOCK, In: RÉMOND, op. cit. p. 278-289.

⁵⁵ Ibid., p. 289.

⁵⁶ Cf. LOPES, 2002, op. cit., p. 75, 78.

do em que o movimento de Contrarreforma era muito forte na França.

No primeiro capítulo, *A formação intelectual de Bossuet*, pretendemos compreender de que forma o ambiente familiar, os meios que frequentou, os autores que leu, os acontecimentos políticos e os movimentos intelectuais influenciaram em sua teoria. Buscaremos perceber também as principais características do gênero *orações fúnebres* analisando os pontos semelhantes ao gênero medieval *espelhos de príncipes*. Em *Os combates intelectuais de Bossuet*, que se constitui no segundo capítulo, situaremos Bossuet no contexto da Contrarreforma e de intolerância religiosa, buscando compreender os motivos de sua forte crítica ao protestantismo. Tentaremos perceber em que sentido, em seu entendimento, esta doutrina oferecia riscos à monarquia absolutista. Objetivamos compreender de que forma a imagem do rei, como defensor da fé católica, estava inserida na dimensão simbólica do tempo de nosso autor. No terceiro capítulo, *Um catecismo para a realeza*, procuraremos compreender, por meio da comparação entre os textos de Bossuet e Luís XIV, o porquê de ambos insistirem com tanta veemência na obrigação dos reis em cultivar a imagem de representante do bem público. Tentaremos compreender a relação do conjunto de virtudes defendido pelo teórico e o monarca com as dimensões simbólicas da política na segunda metade do século XVII.

1

A formação intelectual de Bossuet

Como afirmamos anteriormente, para uma adequada compreensão de um autor é necessário investigarmos os elementos que influenciaram decisivamente em sua vida: sua origem, de que forma os eventos atuaram sobre ele, sua formação, os ambientes que frequentou e os autores e obras que o influenciaram.

Jacques-Bénigne Bossuet nasceu em 27 de setembro de 1627, em Dijon, na região de Bourgogne, na França. Ele pertencia a uma família católica, de parlamentares e magistrados muito distinta.⁵⁷ Viveu num tempo de embates doutrinários, na arena político-religiosa, em meio ao contexto da Contrarreforma. Como observa François Gaquère, em *Bossuet et ses ascendances*, é preciso considerar “o fato de que Bossuet adornou a cena do mundo, nesta primeira metade do século XVII em que florescia na França uma verdadeira Renascença católica”.⁵⁸ Em seu tempo, a Igreja romana utilizou-se de vários expedientes para recuperar os seus fiéis. Foi em uma “torrente de vida cristã renascente (...) de tempestade, que seria trazido Jacques-Bénigne; foi no barulho destas vitórias, jamais definitivas da fé, que ele seria embalado, por ocasião de seu nascimento providencial, no ano de 1627”.⁵⁹

O seu pai, Jacques-Bénigne Bossuet, foi um eminente magistrado. De início escrivão e advogado do Parlamento, em 1626

⁵⁷ Cf. DUSSALT. Notice sur Bossuet. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 1; CHARBONNEL, J.-Roger. Bossuet et son temps. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 5.

⁵⁸ GAQUÈRE, François. *Bossuet en ses ascendances*. Paris: Beauchesne, 1965, p. 9.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 11.

entrou para o Conselho de Estado. Quando em 1630, em Dijon, ocorreu a revolta conhecida como Lanturelu, provocada por um edito de Luís XIII, os camponeses e vinhateiros dos arredores de Bourgogne “pilharam e incendiaram as casas” gritando “viva o imperador!”⁶⁰ Jacques-Bénigne Bossuet conseguiu, de um lado, fazer com que Luís XIII retirasse o seu edito, e, de outro, pacificar as massas rebeldes que estavam em uma praça “em frente a sua própria casa”.⁶¹ Com certeza essas imagens de revolta ficaram gravadas na memória do pequeno Bossuet, que neste período tinha três anos de idade, levando-o, alguns anos mais tarde, a defender a ordem, a submissão ao príncipe e o combate à anarquia.⁶²

Quando o pai de Bossuet partiu em direção a Metz para ali residir, ocupando o cargo de conselheiro do Parlamento dessa cidade, deixou os filhos sob a responsabilidade do tio Claude Bossuet, que era conselheiro do Parlamento da cidade de Dijon.⁶³ Claude Bénigne mantinha relações estreitas com o príncipe de Condé. Devido a sua fidelidade a este príncipe, foi promovido de Conselheiro do Rei no Parlamento de Dijon a Visconde-Maior da cidade.⁶⁴ Na segunda magistratura de Claude Bossuet, explodiu a Fronda parlamentar, em 1649. Claude Bossuet expressou, então, toda a sua lealdade ao príncipe de Condé, chegando a declarar aos nobres “que ‘seria preciso agir para que o mal de Paris não pudesse chegar até eles’” e que “os habitantes de Dijon nunca se afastariam da fidelidade que eles juraram ao Rei, e da obediência que lhe é devida!”⁶⁵ O príncipe de Condé era amigo e protetor da família de Bossuet.⁶⁶ Como observa Ernest Lavisse, “Bossuet

⁶⁰ GAQUÈRE, 1965, op. cit., p. 30.

⁶¹ Ibid.

⁶² Cf. Ibid.

⁶³ Cf. SAINTE-BEUVE, Bossuet. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frère, 1928, p. 29,104; GAQUÈRE, 1965, op. cit., p. 27.

⁶⁴ Cf. GAQUÈRE, 1965, op. cit., p. 9.

⁶⁵ Ibid., p. 28.

⁶⁶ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 108.

nasceu sob fundo realista sólido”.⁶⁷ Nos tempos turbulentos da Reforma, da Liga e da Fronda, sua família sempre manteve a sua fidelidade à Igreja e ao rei.⁶⁸

Em setembro de 1642, com quinze anos, Bossuet foi a Paris pela primeira vez. No dia em que ali chegou, presenciou uma cena que marcou a sua vida. O cardeal Richelieu voltava do Sul, já moribundo, transportado em uma liteira, coberta por um lençol escarlate, “com uma pompa próxima dos funerais”, em que se mostrava “onipotente em sua púrpura”.⁶⁹ Alguns anos depois, com vinte e um anos de idade, Bossuet assistiu à Fronda e à anarquia desencadeada por esta guerra civil. Esses dois episódios foram “um curso resumido de política”, e Bossuet soube tirar deles uma grande lição. Para ele, “mais vale, certamente, um senhor que mil senhores, e melhor ainda que o mestre possa ser o próprio rei que o ministro”.⁷⁰

Dos dez filhos oriundos do casamento de Jacques-Bénigne e Marguerite Mochet, Bossuet foi o sétimo e recebeu o nome do pai. Bossuet herdou de seu pai a moderação, a habilidade, a obstinação para o trabalho, a coragem, a benevolência e a vivacidade. De sua mãe herdou a sensibilidade e a generosidade.⁷¹ Foi do seu meio familiar que Bossuet “retirou o sentido de ordem, autoridade, justiça, direito, lealdade, fidelidade à tradição aprendendo a ‘honrar a magistratura’”.⁷² O fogo e a vivacidade que possuía eram moderados pela doçura e a prudência: “Sua palavra era de fogo, mas seu espírito, sua conduta foram sempre moderados”.⁷³ A coragem era uma de suas maiores virtudes. Quando mais tarde,

⁶⁷ LAVISSE, Ernest. Les lettres. In: _____. *Histoire de France illustrée. Depuis les origines jusqu'à la Révolution*, [s.d.], p. 108.

⁶⁸ Cf. *Ibid.*

⁶⁹ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 31, 106.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 31.

⁷¹ Cf. GAQUÈRE, 1965, op. cit., p. 32, 36, 39-40.

⁷² *Ibid.*, p. 43.

⁷³ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 104.

em Versailles, Bossuet tinha algum assunto para tratar com Luís XIV, “ele o fazia com uma grande independência e uma tranqüila coragem”.⁷⁴ Apesar de seu amor e admiração por Luís XIV, a ponto de louvá-lo em público, nos momentos em que a moral cristã era esquecida por este rei, “Bossuet sem hesitar lhe lembrava os rigores”.⁷⁵ De acordo com Dussalt, “o bispo de Meaux, fiel a seus princípios, ousava, nas ocasiões importantes, falar a Luís XIV com uma liberdade que fazia os cortesãos temer por ele...”.⁷⁶

Morando com o tio em Dijon, sua cidade natal, Bossuet foi tonsurado em 1635, aos oito anos de idade, sendo destinado à carreira eclesiástica. Neste mesmo ano, passou a receber uma profunda cultura humanista, em um colégio dos jesuítas dessa cidade.⁷⁷ Aos treze anos tornou-se cônego de Metz. No colégio dos jesuítas, Bossuet já mostrava uma fantástica capacidade de compreensão e de memória: “sabia de cor Virgílio, como um pouco mais tarde soube Homero”.⁷⁸ Desde a infância, ele se dedicou aos estudos “com a avidez de um gênio nascente”.⁷⁹

Em 1642, em Paris, Bossuet ingressou no Colégio de Navarra, a casa dirigida por Nicolas Cornet, “mestre firme e prudente”.⁸⁰ Em Navarra, todos os estudos eclesiásticos de Bossuet foram concluídos. Aí ele se destacou entre os outros alunos por todos os seus dons e qualidades, e por aquilo que é o bem maior de um orador, uma excelente memória.⁸¹ Segundo Dussalt, “com tão raros talentos para a eloquência, a natureza dotou Bossuet de

⁷⁴ CALVET, J. Le XVII siècle. La littérature classique. In: _____. *Manuel illustré d'histoire de la littérature française*. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord, Éditeur, 1952, p. 293.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ DUSSALT, op. cit., p. 13.

⁷⁷ Cf. CALVET, op. cit., p. 289-290; LAVISSE, op. cit., p. 107-108; GAQUÈRE. *Le dialogue irénique Bossuet – Paul Ferry à Metz (1652-1669)*. Paris: Beauchesne, 1967, p. 6.

⁷⁸ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 29.

⁷⁹ DUSSALT, op. cit., p. 1.

⁸⁰ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 106.

⁸¹ Cf. Ibid.

uma memória prodigiosa”.⁸² O espírito de Bossuet “era antes de tudo um espírito de doutrina e de ordem e da exposição lógica e oratória”.⁸³ Em Navarra, nos atos públicos e nas teses ele brilhava. Conforme Sainte-Beuve, antes de ser a águia admirada por todos “ele foi um prodígio e anjo” desta escola.⁸⁴ Ao final do primeiro ano de filosofia, ele defendeu sua tese. Com isso, Bossuet passou a ser citado “como uma das maravilhas da Universidade, uma das glórias de Navarra”.⁸⁵

Por pertencer a uma linhagem de advogados, Bossuet herdou desta a sua eloquência natural. A respeito do seu gênio oratório, segundo Gaquère, não podemos esquecer que Bossuet “cresceu em uma família de parlamentares, uma dessas famílias onde os esforços convergem espontaneamente em direção à eloquência”, pois disto depende todo o seu futuro profissional. “Seus dons naturais receberam da atmosfera familiar um estimulante certo”.⁸⁶

Desde muito cedo, o talento de Bossuet para a cátedra já se manifestava. No hotel de Rambouillet, ele foi anunciado como um orador precoce. O marquês de Feuquière, um conhecido de seu pai, benevolente também para com o filho, em uma noite, o conduziu e o apresentou ao salão do hotel de Rambouillet, onde, conforme a tradição, pela primeira vez, quase sem nenhuma preparação, ele pregou um sermão improvisado, diante de uma assembleia numerosa e selecionada, sendo muito aplaudido. Como tinha somente dezesseis anos e era perto das onze horas da noite, Voiture, que estava presente, ficou encantado. Ele, que era muito bom nos jogos de palavras, pronunciou uma frase muito conhecida: “nunca tinha ouvido pregar nem tão cedo nem tão tarde”.⁸⁷ Em seguida, Bossuet pregou outros sermões improvisados no salão do hotel de Nevers, em Vendôme e em Metz. Apesar do reco-

⁸² DUSSALT, op. cit., p. 3.

⁸³ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 107.

⁸⁴ Ibid., p. 31-32.

⁸⁵ Ibid., p.107.

⁸⁶ GAQUÈRE, 1965, op. cit., p. 43.

⁸⁷ DUSSALT, op. cit., p. 3. Cf. também: SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 31-32, 107; CALVET, op. cit., p. 290.

nhecimento do seu talento, louvado pelo mundo por ser um gênio tão precoce, de forma alguma Bossuet deixou que sua vaidade e orgulho fossem atingidos.⁸⁸

Enquanto Bossuet fazia teologia em Navarra, e pregava sermões, ele ia a Metz para o seu canonicato, e assim fugia um pouco dos “triumfos escolásticos” de Paris. Enquanto a vida em Paris era movimentada e tinha um certo brilho, Metz significava um retiro para ele. Ali, ele se recolhia e se dedicava aos estudos e às preces, e com isso se sentia revigorado. Esse regime serviu para sustentar e aperfeiçoar o seu gênio. A juventude de Bossuet foi muito regrada, no entanto, conheceu o brilho na mesma proporção, como também as facilidades, já que “a via real foi toda aberta diante dele”.⁸⁹ Em sua juventude, apesar de se dedicar a tantos estudos, Bossuet nunca deixou de lado a amabilidade, a doçura e a sociabilidade.⁹⁰

Como já foi observado, Bossuet chegou a Navarra em 1642; dois anos depois, concluiu o estudo de filosofia. Em seguida, em 1644, sob a direção de Nicolas Cornet, fez o curso de teologia. Em 16 de maio de 1652, tornou-se doutor em teologia.⁹¹ Foi ordenado padre, em 16 de março do mesmo ano, após ter feito o retrato de São Lázaro, com a orientação de São Vicente de Paulo.⁹² Com este, Bossuet teve relações de amizade, vínculo este que durou até a morte de São Vicente de Paulo, e que influenciou profundamente a *Águia de Meaux*. Com o mestre e amigo, o novo padre aprendeu “a se desligar da sutileza e da especulação para se conduzir à ação e ao apostolado”.⁹³ Como predicador, Bossuet “aprendeu as verdadeiras características da eloquência evangélica”.⁹⁴

⁸⁸ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 31-32.

⁸⁹ Ibid., p. 108.

⁹⁰ Cf. Ibid., p. 107.

⁹¹ Cf. CALVET, op. cit., p. 289-290; LAVISSE, op. cit., p. 107-108; GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 6.

⁹² Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 6.

⁹³ CALVET, op. cit., p. 290.

⁹⁴ Ibid.

Os ancestrais de Bossuet, tanto do ramo paterno como do materno, foram camponeses elevados à burguesia, desta à magistratura e, finalmente, à nobreza de robe. Seus avós, tios e primos ocuparam cargos de grande importância. Fizeram alianças, cultivaram relações políticas eminentes, o que mais tarde serviriam para favorecer-lhe na sociedade de corte, na fase áurea de Luís XIV. Foram abertas para ele as mais altas distinções e funções. Os “seus dons oratórios e seus talentos (...) atraíram sobre ele a atenção da corte, do parlamento, da alta sociedade”.⁹⁵ Em 1652, Nicolas Cornet, objetivando mantê-lo em Paris, chegou a oferecer-lhe um cargo da mais alta importância. Porém, como o serviço da Igreja e a conversão dos protestantes eram a sua maior paixão, ele foi atraído a Metz, próximo a seus familiares.⁹⁶ Em 1652, Bossuet, um jovem cônego, alguns meses depois de ter sido nomeado padre, foi para Metz, e com a ajuda de seu pai recebeu a nomeação de Arquediácono da igreja dessa cidade.⁹⁷ Segundo Sainte-Beuve, “Bossuet se conduzia como um jovem militante que em lugar de aceitar (...) um posto agradável no centro e na capital, preferiu (...) transportar as armas da palavra lá onde estava o dever e o perigo...”.⁹⁸

Os sete anos em que Bossuet permaneceu em Metz foram de extrema importância. Pois, em Metz, foram constituídas a sua cultura e a sua formação ao contato da realidade, como também as linhas diretrizes de seu pensamento foram ali concluídas. Ele retomou e deu continuidade aos seus estudos teológicos.⁹⁹ Teve muito contato com o povo, inclusive com os protestantes que encontrava pelo caminho por serem numerosos nessa cidade. Foi ali também que suas primeiras armas de controvérsias foram feitas. Ele chegou a refutar o *Catéchisme* do ministro Paul Ferry, em

⁹⁵ GAQUÈRE, 1997, op. cit., p. 6.

⁹⁶ Cf. Ibid., p. 7.

⁹⁷ Cf. CALVET, op. cit., p. 290.

⁹⁸ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 32.

⁹⁹ Cf. GAQUÈRE, François. *Le dialogue irénique. Bossuet-Leibniz: la réunion des églises en échec (1691-1702)*. Paris: Beauchesne, 1966. p. 9.

1655.¹⁰⁰ Em Metz, ele também concebeu e pregou seus primeiros sermões e panegíricos.

Bossuet foi destinado à Igreja desde muito cedo. Como vimos, aos oito anos foi tonsurado. Foi nomeado ao canonicato da catedral da cidade de Metz com apenas treze anos.¹⁰¹ Tornou-se arquediácono em 1652. Em 1654, nessa mesma Igreja, foi nomeado Grande-Arquediácono. Em 1664, tornou-se Deão do cabido e, em 1668, Vigário Capitular. Foi designado membro da Assembleia das Três Ordens e com esse título representou um papel secular e político de destaque.¹⁰² Em 1669, se tornou bispo de Condon e, em 1681, bispo de Meaux. Nesse bispado permaneceu até a sua morte, em 1704.

Em 1659, atendendo ao convite de São Vicente de Paulo, Bossuet passou a residir em Paris. Porém, sua antiga residência foi conservada em Metz, onde ele retornava com frequência.¹⁰³ Por meio de seu pai e de seu tio, Bossuet pôde manter excelentes relações com a alta sociedade.¹⁰⁴ Em Paris, a sua eloquência teve um destaque notável. Ele fez inúmeras predicacões nessa capital: pronunciava orações fúnebres e pregava eventos e quaresma.¹⁰⁵ A repercussão de seu prestígio foi tanta que “Ana d’Áustria, a rainha-mãe, e Mazarino, vieram ouvi-lo pregar em sua Catedral”.¹⁰⁶ Logo, tornou-se o predicador predileto de Ana d’Áustria: em 1658 ou 1659, Bossuet pregou o *Panegyrique de Sainte Thérèse* diante dela.¹⁰⁷ Em 1661, passou a ser considerado como o maior dos oradores sacros da França. A sua *Carême du Louvre*, de 1662, consagrou a sua autoridade. E com isso, em seguida, passou a ser convidado com frequência para pregar diante da corte como também nas grandes comunidades de Paris. Com trinta e quatro anos, Bossuet já “era

¹⁰⁰ Cf. CALVET, op. cit., p. 290; SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 32.

¹⁰¹ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 30.

¹⁰² Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 8, 9, 11.

¹⁰³ Cf. Ibid., p. 12; CALVET, op. cit., p. 291-292.

¹⁰⁴ Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 11.

¹⁰⁵ Cf. LAVISSE, op. cit., p. 107-108; CHARBONNEL, op. cit., p. 5.

¹⁰⁶ GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 11.

¹⁰⁷ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 51.

um orador completo”. Por dez anos, de 1660 a 1669, Bossuet foi o predicador em voga nas grandes igrejas e na capela real.¹⁰⁸ Em 1669, ele foi convidado para pronunciar a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*.¹⁰⁹

Como nos faz ver Sainte-Beuve, “Bossuet é um talento anterior de origem e de formação a Luís XIV, mas para seu acabamento e sua perfeição ele deveu muito a esse jovem rei”.¹¹⁰ Quando este ouviu Bossuet pregar pela primeira vez ficou maravilhado e teve um procedimento condizente com todo esse encantamento: “Ele fez escrever ao pai de Bossuet para felicitá-lo de ter um tal filho”.¹¹¹ O grande orador sacro, além de dever a ele próprio e ao espírito que o inspirava, devia ao jovem rei que reconheceu seu talento e sempre o apoiou. Ainda muito jovem, o astro rei foi muito útil a ele.¹¹² Quando Bossuet e Luís XIV se encontraram, a confiança transmitida um ao outro foi tal que, no sentimento de Bossuet, ele “encontrou seu monarca, o rei conforme seu coração”; para Luís XIV, ele tinha encontrado o “seu bispo, seu prelado, por sua vez piedoso e político, não somente seu orador sacro, solene e autorizado, mas seu conselheiro de Estado eclesiástico”.¹¹³

Na corte, a eloquência de Bossuet foi muito apreciada. Os seus sermões foram aí muito aplaudidos pelos cortesãos. Luís XIV, que tinha uma capacidade de julgamento maior que os seus cortesãos, logo lhe deu sinais de sua estima e reconhecimento de seu prestígio. Em 1669, três dias após ter pronunciado a *Oraison funèbre de Henriette-Marie, reine de la Grande-Bretagne*, Bossuet foi nomeado por Luís XIV ao bispado de Condon.¹¹⁴ Antes de tomar posse, em 1670, o Rei-Sol confiou a Bossuet um lugar muito importante. No julgamento de Luís XIV, Bossuet era a pessoa

¹⁰⁸ Cf. CALVET, op. cit., p. 291-292; SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 43-45.

¹⁰⁹ Cf. CALVET, op. cit., p. 291-292.

¹¹⁰ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 49.

¹¹¹ Ibid., p. 52.

¹¹² Cf. Ibid.

¹¹³ Ibid., p.113.

¹¹⁴ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 4; CALVET, op. cit., p. 291-292; LAVISSE, op. cit., p. 107-108; CHARBONNEL, op. cit., p. 5.

mais adequada para instruir o seu filho, o herdeiro da coroa. Desta forma, Bossuet foi escolhido pelo rei para ser o preceptor do Delfim.¹¹⁵ No último dia daquele ano, Bossuet começou a exercer o preceptorado.¹¹⁶

A educação do Delfim durou dez anos, de 1670 a 1681. Para cumprir esta função de educador, e fazê-la da melhor maneira possível, Bossuet retomou os estudos que tinha abandonado por muito tempo.¹¹⁷ Em seu programa de preceptorado, Bossuet valorizou a história e a política. Deu maior destaque à educação moral e religiosa. Por ser padre, procurava “inspirar em seu aluno uma piedade eclesiástica, mas ele se dedicou a lhe mostrar na religião a regra suprema da conduta de um rei”.¹¹⁸ Bossuet procurava ensinar tudo pessoalmente, com o auxílio de seu suplente Daniel Huet, para, assim, garantir a unidade desta educação. Escreveu diversos livros visando uma melhor formação de seu aluno. Para lhe fornecer uma visão mais geral a respeito da história dos povos, escreveu os *Discours sur l’histoire universelle*; buscando fornecer ao príncipe noções de filosofia, redigiu o *Traité de la connaissance de Dieu et de soi même*; com o propósito de inseri-lo “nos princípios do governo dos povos”, escreveu a *Politique tirée des propres paroles de l’Ecriture Sainte*.¹¹⁹ Os *Discours* e a *Politique* são suas maiores obras. Nesse período, Bossuet escreveu também várias pequenas obras de controvérsia, em que se defendia dos ataques dos protestantes.¹²⁰

O aluno de Bossuet era desatento e indolente.¹²¹ Segundo Lavissee, Bossuet “dedicou dez anos de sua vida à educação de

¹¹⁵ Cf. LAVISSEE, op. cit., p. 107-108; CHARBONNEL, op. cit., p. 5; DUSSALT, op. cit., p. 6.

¹¹⁶ Cf. LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. 11.

¹¹⁷ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 7.

¹¹⁸ CALVET, op. cit., p. 292-293.

¹¹⁹ Ibid., p. 293.

¹²⁰ Cf. LA BROISE, René de. *Bossuet et la Bible*. Genève: Slatkine Reprints, 1971, p. XXXII.

¹²¹ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 101.

um dos mais medíocres alunos”.¹²² De fato, o Delfim não foi um bom aluno. Não soube aproveitar tudo o que o seu mestre esforçou-se para lhe ensinar. Nascido em 1661, portanto com nove anos, segundo Calvet, “ele era lento de espírito, indiferente, distraído e às vezes de um humor bizarro. Bossuet não chega a despertá-lo nem fazer com que suas ideias o interesse”. No entanto, tornou-se impossível saber ao certo se Bossuet perdeu totalmente o tempo que dedicou na formação de quem seria o futuro rei, pois, “seu aluno morreu em 1711 sem ter reinado, não se pode dizer que essa educação fracassou radicalmente”.¹²³ Porém, uma coisa é certa, se o aluno não soube aproveitar todo o esforço que seu mestre dedicou à sua educação, Bossuet, pelo contrário, retirou um enorme proveito dela. Aos quarenta e três anos, Bossuet retomou os estudos profanos que tinha abandonado havia muito tempo, assim ele “adquiriu um conhecimento de duas antiguidades. Teólogo por sua vez e humanista, ele se tornou (...) um verdadeiro clássico, tendo feito na consciência cristã a síntese harmoniosa das duas sabedorias, a pagã e a cristã”.¹²⁴ No período do preceptorado, Bossuet residiu na corte. No entanto, ele não foi contaminado pelo espírito cortesão. “Em Versailles, ele se conservava à parte na ‘ala dos filósofos’”.¹²⁵

Bossuet adquiriu uma reputação tão brilhante que a Academia Francesa desejou tê-lo como um de seus componentes.¹²⁶ Sendo assim, em 1671, Bossuet passou a integrar essa Academia. O seu nome está incluído entre os componentes que mais a orgulharam.¹²⁷

Ao término do preceptorado, em 1681, por recompensa, Luís XIV nomeou Bossuet ao bispado de Meaux, onde permaneceu até a sua morte, em 1704.¹²⁸ Este bispado que, confor-

¹²² LAVISSE, op. cit., p. 108.

¹²³ CALVET, op. cit., p. 292.

¹²⁴ Ibid., p. 293.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 6.

¹²⁷ Cf. Ibid.

¹²⁸ Cf. Ibid., p. 8; LAVISSE, op. cit., p. 108.

me observa J. Calvet, era “o menos importante da França”, não correspondia ao papel tão brilhante que uma pessoa tão ilustre como Bossuet representava.¹²⁹ Quando jovem, nos dias áureos de sua glória, Luís XIV soube reconhecer os homens de talento, como Bossuet, Fénelon, Fleury, entre outros, nomeando-os a cargos ilustres, condizentes com o prestígio de cada um. E se ao final de sua vida, eles tiveram que se prestar a escolhas que não estavam à altura de seu prestígio e capacidade, eles deviam perdoar a este rei, pois isto era devido, segundo Dussalt, ao “triste fruto do infortúnio de reinar e, sobretudo, de envelhecer sobre o trono”.¹³⁰

Como bispo de Meaux, Bossuet se incumbia de várias atividades visando pregar o evangelho. Em Meaux, “ele se aplicava a administrar, a visitar e a evangelizar por seus sermões, suas cartas pastorais, e por um catecismo que ele próprio quis redigir”.¹³¹ Em sua vida pastoral em Meaux, Bossuet se mostrava “o mais paternal dos bispos”.¹³² Entre outros casos, “ele escreveu ao chanceler para solicitar a graça de um pobre pastor que foi homicida por azar no caso de uma justa defesa”.¹³³

A eloquência de Bossuet não foi esquecida pela corte. Era a ele que todos recorriam nas circunstâncias mais importantes. Desta forma, foi convocado a pronunciar as orações fúnebres das pessoas mais ilustres da França, entre elas a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé*, em 1687. Esta foi, por sua vez, a última oração fúnebre pronunciada por ele. Todos o reconheciam como o “chefe da Igreja da França”.¹³⁴

Bossuet sempre foi muito modesto. Era comum, após o pronunciamento de seus trabalhos em público, recolher-se imediatamente, como uma forma de se refugiar dos aplausos. Sem

¹²⁹ Cf. CALVET, op. cit., p. 293.

¹³⁰ DUSSALT, op. cit., p. 7.

¹³¹ CALVET, op. cit., p. 293.

¹³² SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 91.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ CALVET, op. cit., p. 294.

dizer uma palavra sequer, a respeito do sucesso que tinha obtido, ele rendia “glória a Deus de seus dons e de suas misericórdias”.¹³⁵ Ele não se orgulhava disso, pois “ele se considerava apenas como um órgão e um canal da palavra”.¹³⁶ Devido a esta modéstia, de acordo com Sainte-Beuve, Bossuet não pode ser considerado um homem de letras, “no sentido ordinário desse termo”, pois os homens de letras do século XVII, “um século sem calma, no seio de uma atmosfera aquecida, onde tudo excita e inflama”, se vangloriavam de seus talentos, como Chateaubriand e M. de la Mennais.¹³⁷

Apesar de desde muito jovem ter conhecido a fama, a sua moderação sempre foi mantida. Como observa Sainte-Beuve, “Bossuet não é um autor, é um bispo e um doutor”.¹³⁸ Bossuet somente escrevia ou imprimia seus textos diante da necessidade pública, objetivando instruir ou refutar, e jamais com o desejo de obter o sucesso por meio de seus escritos. Desta forma, “se o motivo cessava, ele suprimia ou ao menos ele punha na gaveta seus escritos”.¹³⁹ Segundo Le Dieu, “não havia nada mais importante a seus olhos que a defesa da Igreja e da religião”.¹⁴⁰ Bossuet somente publicou algumas de suas obras por julgá-las úteis e jamais por vaidade literária.¹⁴¹ De acordo com Le Dieu, inúmeras vezes Bossuet nos disse: “‘não compreendo como um homem de espírito tem a paciência de fazer um livro pelo único prazer de escrever..’ Esta foi sua conduta de somente escrever e imprimir por necessidade”.¹⁴² Por

¹³⁵ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 75.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Cf. Ibid., p. 75-77.

¹³⁸ Ibid., p. 76.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ LE DIEU apud SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 76.

¹⁴¹ Cf. CALVET, op. cit., p. 295.

¹⁴² LE DIEU, *Mémoires et journal*, apud CHARBONNEL, op. cit., p. 94. A respeito da repugnância de Bossuet em publicar ver Le cardinal de Bausset, *Histoire de Bossuet*, liv. III. In: DUSSALT, op. cit., p. 27.

esse motivo é que a maioria de seus escritos somente foi publicada após sua morte.¹⁴³

É inegável que Bossuet foi um homem de Estado. Mas, por sua natureza, veremos que foi, sobretudo, um cristão convicto. Ele acreditou na religião e jamais deixou espaço para que a dúvida nele se instalasse: “Bossuet acreditou na religião com toda a sua inteligência e com todo o seu coração”.¹⁴⁴ Enquanto cristãos como Pascal, Fénelon e Malebranche se deixaram abater pela dúvida e a crise de sensibilidade, que afetaram a maioria das pessoas da época, Bossuet nunca teve a sua fé abalada. Ele sempre acreditou na religião e sempre recomendou a todos a nunca deixar de ter fé e de obedecer. Como afirma Sainte-Beuve, a respeito de Bossuet, ele “é o espírito mais naturalmente religioso e sagrado, o mais naturalmente sacerdotal, o menos combatido. Ele acreditou, do primeiro ao último dia, de uma maneira estável, sem tentação, sem luta, como Pascal e outros”.¹⁴⁵ Quando, perto da morte, um incrédulo em seu leito, por sua grande confiança no bispo de Meaux, lhe perguntou o que ele achava da religião, Bossuet respondeu-lhe com toda a sinceridade: “Que ela é certa, e que nunca tive nenhuma dúvida disso”.¹⁴⁶

Após terminar a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, em 1687, Bossuet, com sessenta anos, já cansado do mundo de triunfos e de glória, resolveu se dedicar à instrução e ao zelo da diocese de Meaux a qual, em sua concepção, Deus lhe confiou e que ali dedicaria os últimos anos de sua vida. Ele subia ao púlpito somente para pregar a religião aos seus diocesanos. Ele nunca deixou que nada o impedisse de celebrar as grandes festas. Como um padre, anunciava a santa palavra a seu povo. Antes de pregar os sermões, Bossuet lia a Bíblia ou Santo Agostinho. Ele resolveu terminar a sua vida se dedicando aos trabalhos de caridade pastoral.¹⁴⁷ Conforme Dussalt,

¹⁴³ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 27.

¹⁴⁴ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 95.

¹⁴⁵ Ibid., p. 112.

¹⁴⁶ LE DIEU apud SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 94.

¹⁴⁷ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 71, 74.

Ele descia para fazer o catecismo às crianças, e sobretudo aos pobres, e não se achava rebaixado por esta função, tão digna de um bispo. Era um espetáculo raro e tocante, ver o grande Bossuet, transportado da capela de Versailles em uma Igreja da aldeia, ensinando os camponeses a suportar seus males com paciência. Reunia com ternura suas jovens famílias em torno dele. Apreciava a inocência das crianças e a simplicidade dos pais, e encontrava em sua simplicidade, em seus movimentos, em suas afeições, esta verdade preciosa, que ele buscava inutilmente na corte, e tão raramente nos homens. Retirado em seu gabinete, desde que podia dispor de alguns instantes, ele continuava aí a preencher os deveres de pastor e de pai; e sua porta estava sempre aberta aos infelizes que procuravam instruções, consolações ou socorros; (...) O estudo do Evangelho, que este prelado tão estudioso devia preferir a todos os outros, tinha ensinado a Bossuet que a obrigação de todas as horas, para aquele que deve anunciar aos homens o Deus de bondade e de justiça, é de abrir seus braços àqueles que sofrem e de enxugar suas lágrimas.¹⁴⁸

Aos setenta e quatro e setenta e cinco anos, Bossuet pregou os seus últimos sermões: no Dia de Todos os Santos, em 1.º de novembro de 1701, ele pregou o sermão da Beatitude Eterna; e no domingo da Paixão, em 2 de abril de 1702, para a abertura do jubileu, ele pregou um grande sermão na catedral de Meaux.¹⁴⁹ Ao término, ele descia do púlpito, e, mesmo não dando sinais de fadiga, por precaução, colocavam-no na cama para repousar até à noite. Todos os seus diocesanos vinham visitá-lo, e ele os edificava ali mesmo, “após sua jornada dominical e pastoral”.¹⁵⁰

Nos últimos anos de sua vida, Bossuet padeceu com a doença que o matou. Tal doença “parecia então bem mais assustadora que hoje, pois o único gênero de operação que se prati-

¹⁴⁸ DUSSALT, op. cit., p.16.

¹⁴⁹ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 91.

¹⁵⁰ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 120.

cava era quase sinônimo de morte. (...) a febre com uma ligeira perturbação de cabeça o agitava durante os dias e as noites que seguiam”.¹⁵¹ Mesmo se sentindo fraco, devido à doença que se encontrava num estado tal chegando a lhe causar decadência psíquica, fazia questão de permanecer em Versailles, para solicitar favores à sua família, sobretudo ao sobrinho, “que parecia ser uma pessoa seca, egoísta e exigente”.¹⁵²

Não se encontrava firme sobre os seus pés quando deu a comunhão à duquesa de Bourgogne, em 6 de maio de 1703. No mesmo ano, em 15 de agosto, no dia da Assunção, “querendo assistir a uma procissão da Corte, ele deu um espetáculo que afligiu os seus amigos”.¹⁵³ Como observa Gaquère,

Ele que teve tanto vigor passou a ser torturado pela doença, a dor que o perseguia. ‘É preciso deixá-lo morrer; ele não irá muito longe!’ aconselhava finalmente seu cruel antagonista, Richard Simon. ‘Apenas firme sobre as pernas, conta Paul Hazard, com um embaraço tocante ele ensaiava fazer sua corte ao mestre. (...) e os cortesãos zombavam desse grande velho debilitado, um pouco ridículo e atrapalhado. ‘Ele quer então morrer na corte?’ murmurava a pouco compadecida Madame de Maintenon. Em 1703, na procissão de Assunção, a qual ele quis assistir, ele dá um triste espetáculo que afligia seus amigos (...) ‘coragem, Monsieur de Meaux’, lhe dizia Madame ao longo do caminho (...) De outros: ‘Ah! Pobre senhor de Meaux !’ (...) ‘Porque ele não vai morrer em casa!’¹⁵⁴

Em sua velhice, Bossuet desejou fazer versos religiosos. Por isso, se dedicou a traduzir alguns dos salmos para o francês. A partir do momento em que sentiu que o término de sua vida se aproximava, passou a fazer uma meditação perpétua da Escritu-

¹⁵¹ Ibid., p. 92.

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibid., p. 93.

¹⁵⁴ GAQUÈRE, 1966, op. cit., p. 245.

ra.¹⁵⁵ Ele recitava com frequência o salmo XXI: “Meu Deus, Meu Deus, lance sobre mim o vosso olhar; por que me abandonastes?”.¹⁵⁶ Era sob a meditação deste salmo, chamado por ele de “o salmo da morte, o salmo do abandono”, que ele dormia e acordava.¹⁵⁷ No dia de sua morte, 12 de abril de 1704, em seus últimos minutos de vida, o abade Le Dieu, seu secretário, lhe falava sobre a sua glória. Bossuet encontrou forças e o interrompeu severamente lhe dizendo: “Pare esse discurso; peçamos perdão a Deus de nossos pecados”.¹⁵⁸

Ao final de sua vida, o sofrimento obrigou-o a deixar a sua pena.¹⁵⁹ Em sua velhice, Bossuet ficou sozinho. De acordo com Gaquère, “os poderosos deste mundo sobre os quais ele confiava para agir, o abandonaram”.¹⁶⁰ Ainda segundo Gaquère, “quando (...) o eleitor de Hanovre tornou-se rei da Inglaterra, recusou os serviços desse velho doente. Como ele não frequentava o templo e não se aproximava dos sacramentos”, foi considerado “um descrente; e os pastores se posicionaram contra ele”. Em sua morte, o enterraram “sem pompa, sem cortejo, sem assistentes, sem compaixão: ‘antes como um bandido que como um homem que foi o ornamento de sua pátria’”.¹⁶¹ No entanto, a morte de Bossuet foi lamentada por toda a Igreja. A eloquência, a doutrina e toda a dedicação de Bossuet pela Igreja têm sido conservadas na memória desta. Ela tem muito respeito por suas obras e dá grande importância a sua autoridade nas matérias de fé. Bossuet foi o mais corajoso defensor da religião católica. Esta aprovou o elogio que La Bruyère fez a ele no discurso de recepção à Academia Francesa, em 1671. Esta Academia estava repleta de ouvintes, La Bruyère, no momento em que nomeou Bossuet, bradou: “Falemos previamente a linguagem da posteridade, um

¹⁵⁵ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 94.

¹⁵⁶ LE DIEU apud SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 94.

¹⁵⁷ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 94.

¹⁵⁸ CALVET, op. cit., p. 295.

¹⁵⁹ Cf. GAQUÈRE, 1966, op. cit., p. 245-246.

¹⁶⁰ Ibid., p. 247.

¹⁶¹ Ibid.

Padre da Igreja!”.¹⁶² Bossuet foi considerado o maior orador sacro como também um Padre da Igreja, como seu amigo La Bruyère o chamava.¹⁶³

A reforma religiosa influenciou imensamente nosso autor. Na primeira metade do século XVII, houve um imenso desejo de reforma religiosa. Este desejo provocou um movimento geral com tendência a renovar e aprofundar o sentimento cristão. Entre as correntes religiosas surgidas nessa época, a corrente católica e a corrente jansenista foram as mais importantes. A corrente formada por São Francisco de Sales, no princípio do século XVII, recebeu várias afluentes. Entre elas, a afluente oratória, difundida por Bérule, e a afluente jesuíta. Com a influência de Bérule, Bourdoise, Olier e São Vicente de Paulo, penetrou na sociedade uma vida cristã mais correta. Houve o esforço de cada um para reformar a sua vida. Em toda parte se estabeleceu um grande número de poderosas confrarias; sendo que a mais conhecida dentre elas foi a Companhia do Santo-Sacramento. Os homens mais importantes daquele tempo se reuniam ali. Seu objetivo era defender a decência das Igrejas e suprimir os escândalos. Sua ação era secreta e se sustentava sob a suspeita do poder régio e o ódio dos libertinos. Pois a sua severa crítica aos libertinos levava-os à cólera.¹⁶⁴

O espírito mais saudável e incontestável da reforma católica é representado por São Vicente de Paulo. Ele teve como meta refazer a França cristã. Em um tempo de guerra e de fome, ele foi o apóstolo da caridade, preocupou-se com a renovação das almas. Tornou-se o verdadeiro mestre das consciências católicas. Aproveitou para combater o misticismo e o jansenismo, como também em reformar a pregação, aproximando-a das fontes evangélicas. Foi em sua escola que Bossuet se formou. Toda a sociedade foi tomada por esta reforma católica. Dela nasceu um espírito geral com uma concepção cristã da vida. E este é um dos elementos fundamentais da literatura clássica. É na reforma

¹⁶² LA BRUYÈRE apud DUSSALT, op. cit., p. 16.

¹⁶³ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 101.

¹⁶⁴ Cf. CALVET, op. cit., p. 219-220.

católica que se deve buscar o verdadeiro espírito cristão da qual os mais autênticos representantes foram São Vicente de Paulo e seu aluno Bossuet.¹⁶⁵

Segundo Calvet, antes de Bossuet, a pregação era repleta de erros, como “abusos de escolástica, de erudição profana e de alusões políticas”. Houve várias tentativas de São Francisco de Sales, do oratório e dos jesuítas para reformá-la, “e reconduzi-la à decência e à dignidade evangélica” No entanto, todos falharam, e São Vicente de Paulo foi o verdadeiro reformador da pregação cristã. Ele ensina em seu *Petite Méthode* a arte de pregar, em que os preceitos de retórica não estão ausentes, e o fundamental de tudo é que “convém pregar unicamente o Evangelho de Jesus Cristo e é preciso pregar com o seu coração”. Como aluno aplicado de São Vicente de Paulo, Bossuet aprende e aproveita bem essas lições em suas pregações.¹⁶⁶

Bossuet foi influenciado pelos meios devotos. Ele pertencia à Companhia do Santo-Sacramento. Esta, por sua característica secreta, foi suprimida pelo poder real. Após esta supressão, passou a existir na clandestinidade. Ela sempre causou inquietação em Luís XIV que, durante toda a sua vida, foi atormentado pela ideia de que os seus súditos, sem nenhuma forma de controle, se reunissem e promovessem o desenvolvimento de conspirações. Isto porque, no tempo de seu avô Henrique IV, e nos primeiros anos de Richelieu, os devotos da Santa-Liga eram amigos da Espanha, inimiga da França, e conspiravam contra o seu próprio rei. Porém, nos anos 1650/1660 não era essa a imagem do devoto do Santo-Sacramento.¹⁶⁷ Para Bossuet, aderir a esta Companhia

implicaria uma certa escolha moral que por sua vez implicaria certas opções políticas: era a afirmação de uma influência da religião nas questões humanas: o mundo é uma realidade dominada pelo maquiavelismo e o egoísmo, o devoto trabalha para mudar esse mundo:

¹⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 220-221.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 289.

¹⁶⁷ Cf. LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. VIII-IX.

assistência aos pobres, missões estrangeiras, educação, etc., assim como uma reforma moral e religiosa: luta contra os duelos, as blasfêmias, as heresias, a libertinagem, apelo à cruzada, etc., luta que só pode ser levada com o auxílio de um poder forte e penetrado dessas exigências morais...¹⁶⁸

Influenciado pela Companhia do Santo-Sacramento, Bossuet afirmou o papel moral do soberano quando solicitou em seus textos que ele intercedesse em favor dos pobres, e contra todas as formas de imoralidade e de irreligião.¹⁶⁹ No período do preceptorado do Delfim, Bossuet também frequentou a Academia Lamoignon. Este meio não era frequentado pelos devotos do Santo-Sacramento, que se preocupavam com o governo da cidade. Esta Academia era frequentada por geógrafos, historiadores, juristas e homens de letras. Esta Academia teve um certo papel político. Mas a sua influência a ultrapassou. Entre os seus componentes estavam escritores políticos de grande importância, como Le Vayer, Cordemoy e Fleury, o melhor amigo de Bossuet. Não se sabe se ele a frequentou antes desse período, pois há indícios concretos de sua presença ali em 14 de dezembro de 1670, quando fala a respeito da eloquência dos livros sagrados. No entanto, Bossuet teve contato com esses talentos antes e depois deste período, e isto aparece nos temas de suas obras: “a paz, a justiça, a agricultura, a população, a simplicidade, um certo primitivismo social ...”¹⁷⁰

O período do preceptorado foi também a época do *petit Concile*, o que marcou indelevelmente a vida da Águia de Meux, para recordar o codnome prestigioso que a tradição literária francesa concedeu a ele. Neste círculo, que foi criado em 1673, eclesiásticos e eruditos laicos reuniam-se para discutir questões das *Sagradas Escrituras*, como também de filosofia. O *Concile* era composto por homens versados em antiguidade eclesiástica, como

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Cf. Ibid., p. IX.

¹⁷⁰ Ibid., p. X.

Mabillon e Fénelon, além de teólogos, orientalistas e eruditos. Péllisson e La Bruyère estavam entre os participantes deste seletto círculo de intelectuais de corte e todos eles, à sua maneira, escreveram tributos entusiasmados à realeza sagrada. Os principais personagens do *Concile* foram Bossuet, indicado como presidente, e o abade Claude Fleury, como secretário. Bossuet e muitos de seus contemporâneos possuíam o ardor e a paixão característicos dos homens de sua época, pois dedicavam o seu tempo de lazer para comentar a Bíblia.¹⁷¹

Como constata La Broise, Bossuet e seus amigos do *Concile* incumbiam-se da tarefa de estudar “a história, a cronologia (...) antiguidades, e todas as ciências auxiliares de hermenêutica sagrada, para dar ao texto um comentário (...) claro e conforme as tradições do passado”.¹⁷² Por desejar estudar os textos bíblicos com seriedade, Bossuet sentia ser necessário conhecer as línguas antigas. Estudou a língua grega e a hebraica. Segundo La Broise, Bossuet sabia o grego como ninguém: no *Concile* tinha o codinome de Pai Grego. Para o hebreu, encontrava-se muitas críticas aqui e ali ...”.¹⁷³ O fato é que quando Bossuet fez teologia o hebraico não era ensinado ainda nas universidades da França. Então, ele começou a estudar esta língua após os quarenta anos de idade.¹⁷⁴ Como o seu venerado Santo Agostinho, Bossuet não estudava as línguas clássicas buscando apenas a sua compreensão, mas para “sustentar invencivelmente a verdade”.¹⁷⁵ Mas era o latim a sua língua preferida. Ele sabia tão bem o latim, que esta parecia ser a sua língua natural. Ele sabia todas as espécies de latim, o dos autores profanos como o dos Padres da Igreja. Ele fazia um uso bem familiar desta língua. Segundo Sainte-Beuve, Bossuet,

o falava; disputava em latim na escola; escrevia fluentemente cartas latinas aos prelados estrangeiros com

¹⁷¹ Cf. LA BROISE, op. cit., p. XXXVI.

¹⁷² Ibid., p. XXXII-XXXVI.

¹⁷³ Ibid., p. XXXVII.

¹⁷⁴ Cf. Ibid., p. VII-XVIII, XXXVIII.

¹⁷⁵ Ibid., p. XL.

quem se correspondia; as notas das quais ele registrava as margens de seus livros eram mais frequentemente em latim. É deste conhecimento aprofundado do latim e do uso excelente que soube fazer dele que decola em Bossuet o francês novo.¹⁷⁶

A história o atraía bem mais que o estudo das línguas. Ele reconhecia a sua importância. De acordo com La Broise, Bossuet

dedicava-lhe uma ampla parte de seu tempo e de seus trabalhos. Os *Discours sur l'histoire universelle* e *l'Histoire des variations des Églises protestantes* supõem uma ciência vasta, exata, profunda. As notas manuscritas nos revelam uma leitura atenta dos historiadores modernos como dos antigos. Sabe-se, aliás, que Bossuet não somente estudou a história, mas também a obra de Ussérius sobre a cronologia, e que ele consultava os trabalhos de Scaliger e de Petau, e mesmo o *in-folio* muito menos conhecido do *'docte génébrard'*. Ele pensava que, para melhor compreender a *Escritura*, é preciso 'pesquisar as histórias e desenvolver as antiguidades'. A explicação de muitas passagens, sobretudo de muitos profetas, 'depende da história, e tanto da leitura dos autores profanos quanto dos *Santos Livros*'. Por isso Bossuet à ocasião encoraja as pesquisas de seus contemporâneos e aplaude a seus sucessos. (...) ele pressente que o estudo aprofundado do passado daria um impulso novo à ciência da *Escritura*.¹⁷⁷

Por seu grande conhecimento sobre a história, Bossuet reinava entre os eruditos que frequentavam o *petit Concile*.¹⁷⁸ No período em que foi bispo de Meux, "Bossuet continuou a interessar-se pelos estudos de seus amigos do *Concile*", como também os de outros eruditos que produziram trabalhos sobre as *Sagradas Escrituras*. Contra Richard Simon publicou *Commentaires, Élévations*,

¹⁷⁶ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 111-112.

¹⁷⁷ LA BROISE, op. cit., p. LX-LXI.

¹⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. XLI.

Méditation, a Défense de la tradition et des Saints Pères. Consultava os santos Padres para responder a Richard Simon e a Pierre Jurieu.¹⁷⁹

Para a compreensão dos confrontos intelectuais daquele que encarnou o espírito da polêmica teológico-religiosa na segunda metade do século XVII, é preciso recordar, com René de La Broise, em *Bossuet et la Bible*, que ele “é talvez o maior de nossos autores clássicos”.¹⁸⁰ Neste sentido, é de fundamental importância sabermos quem leu e o que ele leu, e como leu os escritores políticos e intelectuais que sobre ele exerceram influência.

Devido ao fato de Bossuet ter sido destinado desde cedo aos estudos eclesiásticos, tratou de fazer todas as leituras que, em seu entendimento, seriam necessárias e úteis a este ministério tão importante. Assim sendo, dedicou-se a fazer “desde a leitura da Bíblia até a dos autores profanos, e desde os Padres da Igreja até os teólogos da escola e os escritores místicos”.¹⁸¹ Como Bossuet nasceu no seio “de uma boa e antiga família burguesa de magistrados e parlamentares”, ele foi criado junto aos livros e bibliotecas domésticas.¹⁸²

O pai de Bossuet, mesmo morando em Metz, devido a seu trabalho, conservava um gabinete em Dijon, onde vinha sempre que podia para visitar a sua família. Certo dia, nesse gabinete, o jovem Bossuet encontrou e abriu uma Bíblia latina pela primeira vez. Foi profunda a impressão que ele recebeu. Nesse instante, imergiu nela e nunca mais saiu.¹⁸³ Nessa época, o jovem Bossuet estava em seu ano de retórica; o estudo das belas letras ocupava o primeiro lugar em seu pensamento. Porém, no momento em que ele viu uma Bíblia latina, e a leu pela primeira vez, o estudo das belas letras imediatamente perdeu seu posto. A impressão de luz e de felicidade que ele sentiu naquele momento sempre o acompanhou até o último dia de sua vida. Foi como se ele tivesse se revelado a si mesmo. Imediatamente “ele se torna o filho e

¹⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. XLVII-XLVIII.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. VII.

¹⁸¹ DUSSALT, *op. cit.*, p.1.

¹⁸² Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, *op. cit.*, p. 29.

¹⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 108. A este respeito, ver: LAVISSE, *op. cit.*, p. 108.

logo o homem da Escritura e da palavra santa”.¹⁸⁴ Era na Bíblia que ele se apoiava em todas as suas atividades de eclesiástico e de doutor: teses, predicacões, conferências e controvérsias. Na Bíblia, Bossuet “punha todo o sentido e toda a doutrina, ele aí encontrava toda sua essência”.¹⁸⁵ A paixão que ele sentia pelos livros sagrados fazia com que esse prelado se dedicasse a celebrar a palavra de Deus com a eloquência dos profetas e a pregar com o mesmo zelo dos apóstolos.¹⁸⁶

As *Sagradas Escrituras* tiveram um papel de destaque na formação de Bossuet. Segundo La Broise, “o grande escritor não parou de estudar a palavra de Deus, de pregá-la, ensiná-la, defendê-la, de nela inspirar-se em todas as suas ações e em todos os seus trabalhos”.¹⁸⁷ A parte principal da formação de Bossuet vem da Bíblia. Este foi o livro que exerceu maior influência em seu estilo. De fato, o estilo e a linguagem de Bossuet são essencialmente bíblicos.¹⁸⁸ Segundo este autor,

Se nós percorrermos a vida e as obras de Bossuet, descobriremos (...) que a Escritura é ‘a essência de tudo’. Desde sua juventude, ele começa a pregá-la; convocá-a perto do Delfim, empregá-la como base de seu ensinamento; daí ele tira as duas principais obras compostas na ocasião dessa educação real, l’Histoire universelle e a Politique; estabelecido em sua diocese de Meux e encarregado da direção das almas (...) aproveita seus menores tempos vagos para redigir e publicar seus Commentaires; investido por seu cargo de bispo defensor da verdade busca na Escritura armas para sua polêmica. Ele nunca mostrou mais ardor na luta do que quando ele via os Livros santos serem ameaçados pela crítica temerária.¹⁸⁹

Em sua juventude, Bossuet realmente havia se dedicado com

¹⁸⁴ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 66.

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 1.

¹⁸⁷ LA BROISE, op. cit., p. VIII.

¹⁸⁸ Cf. Ibid., p. VIII-IX.

¹⁸⁹ Ibid., p. IX-X.

afinco aos estudos bíblicos. Lia e relia a Escritura.¹⁹⁰

Bossuet foi um aluno admirável do Colégio de Navarra. Assim como o padre Nicolas Cornet, mestre e amigo, “ele ‘se alimentava e se saciava da melhor essência do cristianismo’”.¹⁹¹ Para uma melhor compreensão da Escritura ele estudava os Padres da Igreja. Pois, na concepção de Bossuet, eles eram melhores que os novos intérpretes. Para Bossuet, somente neles ele encontrava a pura substância da religião e a essência do cristianismo. Bossuet foi imensamente alimentado pela religião.¹⁹² Encontra-se com frequência, em suas notas e sermões, citações de vários deles, entre os quais Clemente de Alexandria e o papa São Gregório. Contudo, quatro padres, três latinos e um grego, foram os seus preferidos. Tertuliano, São Cipriano, São Crisóstomo e principalmente Santo Agostinho.¹⁹³

Os anos em que Bossuet se retirou em Metz para estudar lhe renderam bons frutos. Serviram para alimentar o seu talento. Lia a Bíblia e meditava nela. Juntamente com seu santo livro tinha Santo Agostinho sempre presente. Bossuet “o conhecia a fundo como o grande reservatório de princípios da teologia”.¹⁹⁴ Dos doutores da Igreja, a sua maior admiração era por Santo Agostinho. “Ele o sabia de cor, o citava sem cessar”.¹⁹⁵ Para Bossuet, era neste Padre da Igreja que ele encontrava a resposta a todas as suas dificuldades. Por isso, onde quer que ele fosse o levava consigo.¹⁹⁶ O fato de Bossuet não ser somente doutor, mas também orador, fazia com que ele não separasse de Santo Agostinho, São Crisóstomo. Com este, Bossuet aprendia a interpretar a Santa Escritura de forma mais apropriada à cátedra.¹⁹⁷ Na concepção de Bossuet,

¹⁹⁰ Cf. LA BROISE, op. cit., p. XXV.

¹⁹¹ LAVISSE, op. cit., p. 108.

¹⁹² Cf. Ibid.

¹⁹³ Cf. LA BROISE, op. cit., p. XXVIII-XXIX.

¹⁹⁴ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 67.

¹⁹⁵ DUSSALT, op. cit., p. 1.

¹⁹⁶ Cf. Ibid.; SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 67.

¹⁹⁷ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 67.

“esse Padre era o maior predicador da Igreja”.¹⁹⁸

Durante toda a sua vida, Bossuet procurou se instruir, e esta preocupação foi maior no período do preceptorado. Sendo assim, aos quarenta e três anos, ele retomou e ampliou seus estudos.¹⁹⁹ Bossuet estudou profundamente a literatura latina e grega, para poder exercer ao mesmo tempo as duas funções, de bispo de Condon e de preceptor do Delfim, com maior capacidade.²⁰⁰ Nos dez anos do preceptorado, Bossuet retomou os seus estudos humanísticos com o propósito de oferecer um melhor ensinamento a seu aluno. Esse foi o período em que ele mais se ocupou das belas letras. Ele lia e relia Homero e Virgílio com muito entusiasmo.²⁰¹ No entanto, mesmo nos anos do preceptorado, em que Bossuet foi reconduzido de modo favorável à literatura profana, em toda a sua vida ele se alimentou mais dos autores sagrados que dos profanos.²⁰² Apesar do entusiasmo de Bossuet pelos autores antigos, ele não deixou de estudar e de se aprofundar nos estudos bíblicos. Pelo contrário, foi no período do preceptorado que os estudos sobre os seus livros preferidos foram mais fecundos.²⁰³ A Escritura foi sempre sua principal e perpétua leitura. Sob ela, Bossuet “aspirava envelhecer e morrer”.²⁰⁴ Fato importante é que Bossuet se interessou e se notabilizou no gênero literário conhecido como *orações fúnebres*.

Pelo fato de duas das orações fúnebres de Bossuet serem as principais fontes analisadas neste trabalho, convém tentarmos entender quais são as características deste gênero. As *orações fúnebres* foram um gênero literário de grande influência até o século XVII. Este gênero requeria eloquência mesclada de poesia e de muita imaginação. Sendo assim, caracteriza-se pela pompa das palavras, ousadia das imagens, em que o orador arrebatava os espíritos lhes

¹⁹⁸ LE DIEU apud SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 67.

¹⁹⁹ Cf. LAVISSE, op. cit., p. 108.

²⁰⁰ Cf. LA BROISE, op. cit., p. XXXI-XXXII.

²⁰¹ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 30, 76-77.

²⁰² Cf. Ibid., p. 106.

²⁰³ Cf. LA BROISE, op. cit., p. XXXI-XXXII.

²⁰⁴ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 106.

impondo a verdade.²⁰⁵ Segundo constata M. Villemain, em *Essai sur oraison funèbre*, este gênero de eloquência “celebra e consagra as grandes virtudes humanas. (...) não é estranho a nenhum interesse terreno; atém-se à história, pela narrativa dos fatos, à política pela observação dos grandes eventos, à moral pela pintura e evolução de caráter. As proezas de um capitão, os talentos de um homem de Estado, a vida de um rei, constituem sua matéria habitual. A religião aí domina sempre...”.²⁰⁶

Este gênero eloquente obteve ampla repercussão no interior da tradição judaico-cristã. Mas possui origens muito remotas. De início, as orações fúnebres eram feitas para celebrar os guerreiros mortos nos campos de batalha. Davi celebrou Saul e Jônatas, mortos no campo de batalha. No Egito Antigo, os encarregados dos ofícios religiosos elogiavam os monarcas lembrando dos seus belos feitos. Na Grécia, os guerreiros que pereciam na guerra eram celebrados por Péricles. Elogiavam-se os que morriam defendendo a pátria. Lísias, Platão, Sócrates, Demóstenes e Péricles celebraram a memória dos guerreiros mortos, exaltando sua coragem. Os romanos também faziam “os elogios fúnebres para os grandes, para os homens famosos, e mesmo para as mulheres de um nascimento ilustre”.²⁰⁷

No século XVII, vários autores escreveram no gênero, como Masillon, Fléchier, Bourdaloue, Saint François de Sales, entre outros. Mas foi com Bossuet que este gênero encontrou maior eloquência. Os Padres da Igreja foram tomados como modelo. No entanto, Bossuet os corrigiu, os embelezou e frequentemente revelou-se “mais sublime, mais puro”.²⁰⁸ Dos Padres da Igreja, Bossuet tomou de empréstimo “a audácia de estilo e de imagens,

²⁰⁵ Cf. VOLTAIRE, *Le siècle de Louis XIV.* (Chapitre XXXII, 1751) In: CHARBONNEL, op. cit., p. 95; VAUVENARGUES, In: CHARBONNEL, op. cit., p. 95.

²⁰⁶ VILLEMMAIN, M. *Essai sur oraison funèbre*. In: BOSSUET, 1874, op. cit., p. I-II.

²⁰⁷ Cf. *Ibid.*, p. III, V, VIII-XXII.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. LIII.

imita-os, sobretudo, na marcha livre e ativa de sua eloquência”.²⁰⁹

No século XVII, antes de Bossuet, o gênero *orações fúnebres* era um tanto quanto comprometedor. A única preocupação dos predicadores que pronunciavam orações fúnebres era “agradar a família à força de lisonja e de fazer valer seu talento, em multiplicar os ornamentos oratórios. A *oração fúnebre* era indigna da cátedra de autenticidade”.²¹⁰ Desta forma, houve uma espécie de hesitação e receio por parte de Bossuet em ingressar neste gênero.²¹¹ Bossuet iniciou-se no gênero *orações fúnebres* no terceiro ano de sua residência em Paris, com a oração que pronunciou em 1662 para o Padre Bourgoing, geral do Oratório.²¹²

A partir de Bossuet, o gênero recebeu uma injeção de autenticidade. Bossuet não mudou de gênero ao passar do sermão à *oração fúnebre*. Esta foi tratada por ele como um sermão: “Da mesma forma que no sermão ele partia da liturgia ou do dogma para dar uma lição de moral, na *oração fúnebre* ele se servia da vida de seu herói para dar lições e fundar exortações práticas”.²¹³ Assim sendo, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie, reine de la Grande-Bretagne*, ele busca provar que os reis e seus respectivos reinos são governados pela Providência divina; na *Oraison de Louis de Bourbon, prince de Condé*, ele demonstra que a piedade é tudo no homem; que todas as qualidades do coração e do espírito nada são sem esta virtude.²¹⁴ Nas orações fúnebres, Bossuet discutia a doutrina, preocupando-se sempre em expor o dogma de forma clara e precisa.²¹⁵

Em suas orações fúnebres Bossuet dá lição de moral aos reis. O objetivo da oração da rainha Henriette-Marie, por exemplo, é demonstrar que Deus é o mestre dos reis e lhes dá terríveis

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ CALVET, op. cit., p. 297-298.

²¹¹ Cf. Ibid., p. 297.

²¹² Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 60.

²¹³ CALVET, op. cit., p. 298-299.

²¹⁴ Cf. Ibid., p. 299.

²¹⁵ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 73-74.

lições quando estes desobedecem aos seus preceitos.²¹⁶ Jamais os reis receberam lições semelhantes às que Bossuet lhes deu em suas orações fúnebres. Como orador, para Bossuet, o diadema não vale nada diante de seus olhos. Em sua concepção, “o pobre é igual ao monarca”, e o homem mais poderoso do mundo deve afirmar perante inúmeras testemunhas “que suas grandezas são apenas futilidades, que sua potência é apenas um sonho, e que ele próprio é apenas pó”.²¹⁷ No gênero orações fúnebres, segundo afirma Dussalt, Bossuet

não teve nem superior nem igual (...) Todas aquelas que ele pronunciou trazem a marca da alma forte e elevada que as produziu, todas retumbantes dessas verdades terríveis que os poderosos desse mundo não saberiam entender muito bem, e que eles são tão infelizes e tão culpados de esquecer. É aí, para empregar suas próprias expressões, que se vê ‘todos os deuses da terra degradados pelas mãos da morte e abismados na eternidade, como os rios permanecem sem nome e sem glória, confundidos no Oceano com os rios mais desconhecidos’.²¹⁸

Bossuet se submeteu a certas leis deste gênero. Ele não se recusou a cumprir a pompa exigida pela solenidade. Cumprim-tava os parentes do morto por mais indignos que fossem, como o esposo de Madame, por exemplo. Bossuet tinha grande preocupação em dizer a verdade. Não podemos cobrar dele a veracidade da história, no entanto, ele falou com seriedade das questões que tratou.²¹⁹ Com ele, o movimento, o ritmo, as ousadias de imaginação se subordinavam à verdade. “Quaisquer que tenham sido os limites de seus horizontes, sua sinceridade, sua lealdade permaneciam”, a cada elogio que fazia, guardava as justas restrições.²²⁰ Na

²¹⁶ Cf. CHARBONNEL, op. cit., p. 26.

²¹⁷ DUSSALT, op. cit., p. 18.

²¹⁸ Ibid., p. 4-5.

²¹⁹ Cf. CALVET, op. cit., p. 299.

²²⁰ Cf. CHARBONNEL, op. cit., p. 28.

Oraison funèbre de Henriette-Marie, ele apresenta Cromwell como um homem providencial; na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, ele fala sobre as traições do príncipe de Condé.²²¹

Para tratar das grandes questões a que se propunha, Bossuet não usava de mentira nem de leviandade, pelo contrário, “ele multiplicava suas pesquisas e fazia um verdadeiro trabalho de documentação”.²²² Neste sentido, ele foi um grande historiador mesmo sem ter tido esta pretensão.²²³ Quando não testemunhava os eventos pessoalmente, Bossuet se preocupava em documentá-los com seriedade. Para fazer a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, ele se inspirou em uma memória redigida pela amiga da defunta, Madame Motteville. Ele narra os fatos relacionados à Revolução Inglesa, apesar de sua subjetividade estar aí infiltrada, daí o grande valor histórico da obra.²²⁴ Bossuet faz alusões a fatos históricos; eventos políticos; faz sínteses profundas sobre as causas psicológicas dos grandes acontecimentos que mudam o destino das nações, e sobre as características específicas de cada povo. Por isso, “mais ainda que um historiador, ele parece ser, como Montesquieu, um grande filósofo político”.²²⁵

A morte da rainha Henriette-Marie, em 1669, proporcionou um grande salto na carreira oratória de Bossuet. Pois, com a morte desta rainha, foi oferecido a Bossuet “o mais majestoso e grandioso dos assuntos. (...) a queda e a restauração dos impérios, todas as fortunas diversas reunidas sobre uma mesma cabeça”.²²⁶ Quando pronunciou a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet tinha aproximadamente quarenta anos. O sucesso foi tanto que, três dias depois, foi nomeado por Luís XIV bispo de Condon.

Por mais de um século, os homens de Estado e religiosos meditaram profundamente sobre a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*.

²²¹ Cf. CALVET, op. cit., p. 299.

²²² Ibid.

²²³ Cf. Ibid. Ver também: LOPES, Marcos A. Bossuet o historiador da realeza. *Revista varia historia*, Belo Horizonte, n. 23, p. 164-179, jul. 2000.

²²⁴ Cf. CHARBONNEL, op. cit., p. 26-27.

²²⁵ Cf. Ibid., p. 28.

²²⁶ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 61; ver: DUSSALT, op. cit., p. 26.

Antes de Bossuet, “jamais a aliança da religião e da política, o perigo das inovações religiosas, e as terríveis consequências das máximas anárquicas, tinham sido apresentadas sob características mais surpreendentes”.²²⁷ Um dos grandes aspectos que caracterizam a particularidade da eloquência de Bossuet é a grande aproximação que ele faz entre a política e a religião. De acordo com Dussalt,

Suas orações fúnebres não são apenas discursos teológicos e religiosos: as maiores vistas da política aí se confundem às instruções do cristianismo (...) Bossuet não era apenas um Padre da Igreja: este título (...) não o representa completamente. Esse espírito vasto e penetrante, que abraça toda a teoria da religião cristã e que sonda todos os abismos, tinha também penetrado em todos os mistérios do governo e dos Estados. Veja de quais traços, de que tinha, ele pinta as personagens que são mostradas com brilho nas administrações dos impérios, ou nas facções, as cabalas e as perturbações civis. A religião e a política são os dois grandes pivôs sobre os quais rolam principalmente todas as coisas humanas. São os dois interesses estreitamente aproximados entre eles, e se fortificam de certo modo um pelo outro, são os recursos sempre operados da eloquência de Bossuet. (...) o cristianismo e a política: esta dupla ciência é sem contestação uma das origens desta eloquência singular que o caracteriza e que se situa fora de toda comparação, como ela se eleva acima de toda rivalidade.²²⁸

Por meio da *Oraison funèbre de Henriette-Marie* Bossuet se apresentou na França como “o criador da eloquência *fúnebre*”.²²⁹ Como observa o mesmo autor, “ninguém antes dele deu à religião uma característica tão majestosa, à razão um acento tão eloquente, à política tanta profundidade, à história tanta majestade. Ninguém, além disso, falou e escreveu como Bossuet; ninguém encontrou como ele o sublime da expressão no sublime do pensamento, e a

²²⁷ DUSSALT, op. cit., p. 26.

²²⁸ Ibid., p. 22-23.

²²⁹ Ibid., p. 27.

arte singular de dar por vezes ao pensamento ainda mais grandeza pela simplicidade da expressão...”²³⁰

Na cátedra fúnebre, os oradores que o sucederam apenas renovaram as maravilhas criadas por ele. Da mesma forma que Bourdaloue e Massilon são considerados como os primeiros predicadores na categoria dos sermões, Bossuet é situado no primeiro lugar entre os oradores na categoria das *orações fúnebres*. De fato, desde o momento em que Bossuet se lançou neste gênero, ele tornou-se inigualável: “Bossuet permaneceu para a *oração fúnebre* o que Homero é ainda para a poesia épica, o modelo que todos os sucessores procuram imitar sem pretender se igualar”.²³¹ De acordo com Voltaire, “se tem dele cinqüenta e uma obras (...) são suas oraisons funèbres e seu *Discours sur l’histoire universelle* que o conduziram à imortalidade”.²³² A *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, em 1687, marcou o fim da carreira oratória de Bossuet. “Ele acaba por sua obra-prima, como deveria fazer muito dos grandes homens menos sábios ou menos afortunados que ele”.²³³

No século XVIII esse gênero foi desprezado. Voltaire, Montesquieu, entre outros o desdenharam. No final do século XVIII, apesar de alguns homens de talento terem tentado recuperar sua eloquência, não conseguiram.²³⁴ Segundo Villemain,

O século XVIII, de um espírito mais livre e mais ousado, fazia suceder a mania da censura ao elogio, gosta pouco da exageração do panegírico. A influência de alguns escritores mais engenhosos do que eloquentes enfraqueceram a admiração pelas grandes belezas da arte oratória; a razão fria, sobretudo a finesse, prevaleceram. Este não é o tempo da alta eloquência: a oração fúnebre foi cultivada sem talento e sem glória.²³⁵

²³⁰ DUSSALT, op. cit., p. 27.

²³¹ Ibid., p. 26.

²³² VOLTAIRE. Le siècle de Louis XIV. (éditions Garnier Frères, in - 12, p. 542) In: SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 97.

²³³ DUSSALT, op. cit., p. 5.

²³⁴ Cf. VILLEMMAIN, In: BOSSUET, 1874, op. cit., p. LXI, LXIII-LXIV.

²³⁵ Ibid., p. LVIII.

De acordo com Voltaire, “Diga-me porque depois de Bossuet e de Fénelon, nós não tivemos boas orações fúnebres? É a falta dos mortos ou dos vivos?”.²³⁶

Nos anos de 1659 a 1670 Bossuet foi considerado o maior dos oradores cristãos. Hoje, ele continua ocupando o primeiro lugar entre os oradores sacros.²³⁷ Como observa Lavissee, Bossuet é tido como “o maior orador da literatura francesa”.²³⁸ Por meio de suas orações fúnebres, Bossuet é considerado o mais poderoso na arte da palavra e o escritor mais eloquente que a língua francesa produziu.²³⁹ Bossuet foi um orador notável. De suas obras oratórias, as mais lidas foram as orações fúnebres.²⁴⁰

A língua francesa deve muito a Bossuet. Por meio de suas obras-primas ele mostrou aos franceses toda a potência de sua língua. Ele mostrou toda a amplitude, revelou os recursos e descobriu todos os meios. Por meio de sua eloquência, mostrou toda a beleza e majestade da língua francesa. Por outro lado, Bossuet também deve muito à língua francesa, já que é dela que vem todo o seu prestígio como orador.²⁴¹

As fontes analisadas neste trabalho, as *Oraisons funèbres de Louis de Bourbon*, a *Oraison funèbre de Henriette-Marie* e as *Instruções a Luís XIV*, de Bossuet, como também a *Arte de governar*, de Luís

²³⁶ VOLTAIRE, Lettre à d’Argental, 18 de setembro de 1768, In: CHARBONNEL, op. cit., p. 95.

²³⁷ Cf. CALVET, op. cit., p. 297.

²³⁸ LAVISSEE, op. cit., p. 109. Ver também: DUSSALT, op. cit., p. 18, 21; CHARBONNEL, op. cit., p. 28; VALÉRY, Paul. Sur Bossuet. In: _____. *Variété 1 et 2*. Paris: Gallimard, 1978, p. 164; CALVET, op. cit., p. 306; ADAM, Antoine. Histoire de la littérature française au XVII siècle. Tome V (1956). In: CHARBONNEL, op. cit., p. 98; VAUVENARGUES. Fragments. In: _____. *Oeuvres choisies*. Paris: Classiques Garnier Frères, 1954, p. 275.

²³⁹ A este respeito, cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 26; LA HARPE, Cours de littérature, In: DUSSALT, op. cit., p. 5, 17; MADAME DE SEVIGNÉ, Lettres, (11 de janeiro de 1690). In: CHARBONNEL, op. cit., p. 94; CHATEAUBRIAND, Gênie du christianisme, 1802. In: CHARBONNEL, op. cit., p. 96.

²⁴⁰ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 69-70.

²⁴¹ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 23-24.

XIV, são textos que se aproximam do gênero *espelhos de príncipes*. Na verdade, mantêm características residuais dos espelhos medievais, que se transformaram com o tempo, segundo o avanço de novas concepções da política. As memórias políticas do Grande-Rei formam uma espécie de catálogo moral, que mostra quais são os atributos que os reis cristãos devem cultivar e os vícios dos quais devem se afastar. Em suma, um catálogo de virtudes morais muito rico, que se incumbe de traçar o ideal ético da realeza. Trata-se de um catecismo político, que um pai zeloso achou por bem colocar à disposição do futuro herdeiro da mais fulgurante coroa do mundo. Em suas orações fúnebres, Bossuet também se utiliza desse estilo moralizante. Ao recorrer à Bíblia, para trazer exemplos aos reis franceses, seu método discursivo faz recordar algumas características do gênero literário medieval.

Como nos demonstram alguns autores, entre eles Quentin Skinner, os espelhos de príncipes formulam uma complexa escala de virtudes que os reis devem possuir, além dos vícios que devem repudiar. Do século XIII ao fim do XVI, os espelhos de príncipes demonstraram que, ao cultivar as virtudes, os reis receberiam as recompensas de Deus para o seu reino. Se, pelo contrário, entregarem-se às paixões mundanas, que representam os vícios, atrairiam sobre si e sobre seu reino os mais terríveis castigos de Deus.²⁴²

O gênero *espelhos de príncipes* tem origens antigas, e foi passando por alterações no decorrer dos séculos, correspondendo aos interesses e valores morais, na esfera da política, de cada época. No século XVII, no contexto da chamada “querela dos antigos e dos modernos”, em que Luís XIV assume a cena central, tanto as obras históricas como os diversos estilos literários centralizavam-se na imagem do príncipe perfeito, que deveria “administrar o Estado segundo as virtudes cristãs”.²⁴³ Lopes argumenta que,

Desde a Antiguidade Clássica se conheceu no Ocidente uma literatura voltada para a formação moral dos ho-

²⁴² Cf. LOPES, 1997, op. cit., p. 69-104.

²⁴³ Cf. Ibid., p. 25-46.

mens de Estado. Na Idade Média os *espelhos de príncipes* mantêm esta tradição. Produzidos por clérigos, dedicam-se a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, reis e imperadores. (...) A época moderna, à sua maneira, deu seqüência a este tipo de literatura política. No século XVII, muitos escritores políticos, defensores do absolutismo, se ocuparam em traçar normas para guiar os governantes pela via da prudência, da justiça, da caridade e da sabedoria, entre tantas outras virtudes de um extenso catálogo. (...) De todo o modo, os *espelhos de príncipes* modernos, apesar de incorporar elementos novos, mantiveram-se como uma espécie de catecismo real, trazendo as normas para administrar o Estado, segundo as virtudes cristãs.²⁴⁴

Não foi por acaso que os historiadores e escritores políticos enveredaram por este caminho. Na segunda metade do século XVII, o absolutismo atingiu o seu ponto culminante, e não se deve negar a contribuição desses profissionais ao lento processo da construção do Estado Moderno. Quase todos os modelos de história, no século XVII, são discursos engajados que tomam a realeza como o núcleo temático da narrativa.²⁴⁵ Como bem lembra Pierre Chaunu, “na época moderna, a história está historicamente ligada à construção do Estado”.²⁴⁶ Nesta linha de raciocínio Lopes também argumenta que, “dificilmente, em qualquer tempo, a história foi tão refém do poder. Em qualquer um dos gêneros que conheceu no *Ancien Régime*, a história não escapou do cativeiro das lições morais e das máximas políticas, até porque sua principal função, na época, era pedagógica: instruir os homens que conduzem a nação. (...) E o tema político por excelência é o do monarca de direito divino”.²⁴⁷

Devemos levar em consideração que um contexto histórico de lutas pela afirmação do poder influenciava o pensamento desses autores. Tanto Bossuet como Luís XIV tinham a Fronda

²⁴⁴ Ibid., p.12-14.

²⁴⁵ Ibid., p. 25-46.

²⁴⁶ CHAUNU apud LOPES, 1997, op. cit., p. 28.

²⁴⁷ LOPES, 1997, op. cit., p. 34-35.

como uma experiência negativa, como um sinônimo de anarquia, e que por isso trabalhavam no sentido de construir o oposto a ela, ou seja, a ordem, por meio da centralização do poder nas mãos de uma só pessoa, o príncipe.

2

Os combates intelectuais de Bossuet

No terreno da política a maneira de agir e de sentir da maioria dos franceses no tempo de Luís XIV... tem para nós algo de surpreendente...

Marc Bloch

Neste capítulo, objetivamos compreender qual foi, na segunda metade do século XVII, a influência do cristianismo no interior da doutrina política justificadora da monarquia absolutista: o direito divino dos reis. Temos por objetivo situar Bossuet no contexto da Contrarreforma na França para entender o porquê de sua forte crítica ao protestantismo. E em que sentido esta doutrina ameaçava a monarquia absolutista. Pretendemos demonstrar que, na concepção de Bossuet, uma das obrigações primordiais dos reis por direito divino era a fidelidade e a defesa da religião católica. Pois, em seu entendimento, os reis, ao defenderem a religião, estariam, ao mesmo tempo, defendendo o Estado. Demonstraremos que a figura simbólica do rei, como defensor da fé e da Igreja, era uma das imagens que os reis cristãos tinham que apresentar para reforçar o seu poder. As imagens do rei como defensor da Igreja e da fé católica, entre outras, eram concepções antigas – que tinham suas origens por volta do século XIII – e foram reforçadas, no decorrer da Idade Moderna, pelos teóricos políticos, constituindo-se em estruturas representativas do poder monárquico, elas davam base ao poder absoluto.²⁴⁸ As imagens do poder real, além de terem sido representações coletivas e de

²⁴⁸ Cf. TORRES, João Carlos B. *Figuras do Estado moderno: representação política no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988, p. 128.

sustentação à legitimidade do poder, eram, antes de tudo, “instrumentos de luta ideológica”.²⁴⁹

Após ter exposto as influências centrais na trajetória intelectual de Bossuet, abordaremos neste capítulo a *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France*, pronunciada por Bossuet em 1669.²⁵⁰ Segundo J.-Charbonnel, a *Oraison funèbre d’Henriette de France* “foi pronunciada em 16 de novembro de 1669, em presença de Monsieur, irmão do rei e de Madame, na igreja das religiosas de Saint-Marie d’Chaillot, onde foi depositado o coração de Sua Majestade a rainha da Inglaterra. Ela foi publicada (...) no mesmo ano, em Paris, em Cramoisy”. Em 1689, foi feita “uma coleção das orações fúnebres (...). A principal edição ‘moderna’ é a de Urbain e Lévêque [7 vol. In-8° 1914-1926]”.²⁵¹

Conforme observa Le Brun, durante o preceptorado Bossuet escreveu algumas obras, entre elas a *Politique*, que é um tratado de política. Não devemos pensar que foi somente nesse período que Bossuet se preocupou com a política. Desde sua juventude as questões relacionadas aos dois poderes, o civil e o eclesiástico, ao governo das coisas humanas como também à autoridade dos soberanos o preocupavam e vinham sendo elaboradas por ele, mesmo que não fosse de forma sistematizada, mas que se constituíam num conjunto “que revela certos eixos de preocupações”.²⁵²

De fato, a observação de Le Brun se evidencia na obra em que Bossuet escreveu um ano antes do preceptorado. Em 1669, o absolutismo francês estava em seu ápice. No entanto, na Inglaterra, país próximo da França, este sistema tinha sofrido um severo golpe. Nesse país, houve a Revolução Inglesa de 1640, na qual

²⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 127-166.

²⁵⁰ BOSSUET, J. B. *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grand-Bretagne*. In: _____. BOSSUET. *Oraisons funèbres*. Paris: Librairie de Fermin Didot Frères, 1874.

²⁵¹ CHARBONNEL, J. – Roger. In: BOSSUET. *Oraison funèbre d’Henriette de France*. In: _____. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Librairie Larousse, [s.d.], p. 25.

²⁵² LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. VII.

foi proclamada a República Puritana sob a liderança de Oliver Cromwell. Em 1649, o rei Carlos I foi decapitado. Alguns anos depois, a monarquia foi restaurada pelo Parlamento, mas, a partir de então, os reis tinham que se submeter a todas as imposições do Parlamento. O poder real ficou extremamente limitado; o rei cedeu a maioria de suas prerrogativas ao Parlamento. Em 1688/89, com a Revolução Gloriosa, instaurou-se o regime parlamentarista. Na França, o Editto de Nantes, que estabelecia a tolerância aos protestantes, ainda estava em vigor, e isto incomodava nosso autor. Pois, sabendo do que os puritanos foram capazes de fazer na Inglaterra, temia que o mesmo ocorresse em seu país.²⁵³

A *Oraison funèbre* de Henriette-Marie foi concebida em um momento de grande intolerância religiosa na França. Este é um problema que se apresenta desde a Reforma. É importante assinalar que os desdobramentos desta revolução religiosa (Contrarreforma, guerras de religião e intolerância religiosa) tocaram na esfera das ideias políticas, já que, nesse período, religião e política eram esferas imbricadas. Desta forma, achamos pertinente retroceder um pouco no tempo para tentar situar melhor esta questão.

A teologia política do absolutismo em meio aos embates religiosos

Na primeira metade do século XVI, diante do catolicismo surgiram as Igrejas protestantes: a Igreja luterana, a Igreja calvinista e a Igreja anglicana. Esta revolução religiosa, denominada de Reforma, rompeu definitivamente com a unidade que a Igreja romana desfrutava até então. Tal movimento religioso fez com que grande parte da Europa católica se separasse da Igreja romana.

Os reformadores responderam ao descontentamento generalizado da população com a situação existente na Igreja. Segundo André Corvisier, esse descontentamento se dava por dois motivos: “o descontentamento com a Igreja enquanto instituição”,

²⁵³ A respeito do protestantismo, convém lembrar que o anglicanismo era a religião oficial da Inglaterra. Tal religião consistia em um amálgama de catolicismo com calvinismo. Na Inglaterra, os calvinistas eram denominados de puritanos e na França recebiam a denominação pejorativa de huguenotes.

como também “o desejo de regresso a uma religião pessoal mais satisfatória, mais intimamente baseada na história do Evangelho do que a Igreja contemporânea”.²⁵⁴ A Reforma iniciou-se em 1517, na Alemanha, com Martinho Lutero, expandindo-se imediatamente por todo o Sacro Império Romano-Germânico.

Na Inglaterra, em 1534, iniciou-se a Reforma anglicana. Nesse país, a Reforma foi obra de soberanos e não de eclesiásticos, como foi o caso da Reforma calvinista e a luterana. O rei inglês, Henrique VIII, rompeu definitivamente com a Igreja de Roma. Por meio da publicação do Ato de Supremacia, ele criou e estabeleceu as bases de uma Igreja nacional, a nova Igreja anglicana, da qual ele se tornou o chefe supremo. Segundo constata Mousnier, com este ato Henrique VIII tornou-se “o único e supremo chefe da Igreja da Inglaterra com toda a autoridade e jurisdição espirituais”.²⁵⁵

Por volta de 1536, se deu a Reforma em Genebra, Suíça, com o francês João Calvino. Em Genebra, Calvino construiu uma verdadeira Roma calvinista. O calvinismo se alastrou por vários países: Polônia, Hungria, Escócia, Países-Baixos, Boêmia e França. Neste último, os protestantes eram conhecidos como huguenotes, na Inglaterra como puritanos, e na Escócia como presbiterianos.

Delumeau, em busca de descobrir a verdadeira causa da Reforma, empreende um balanço historiográfico, por meio do qual contesta a historiografia marxista que, desde Marx, explica a Reforma como sendo causada por motivos econômicos. A tese tradicional também é criticada por ele. Segundo esta, tanto os historiadores católicos quanto protestantes dão uma explicação moral à Reforma. Nesta linha de raciocínio, as principais causas da Reforma foram os abusos do clero. Em contraposição, Delumeau valoriza a historiografia não marxista contemporânea, que seguiu as pegadas de Karl Holl e Lucien Febvre e defende uma explicação teológica da Reforma. Esta vertente historiográfica vê a Reforma

²⁵⁴ CORVISIER, André. *História moderna*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 123.

²⁵⁵ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 78.

como um fenômeno predominantemente religioso.²⁵⁶ Segundo Delumeau,

foi (...) no sentido de um estudo cada vez mais no eixo das causas religiosas da Reforma que a pesquisa histórica se orientou de há quarenta anos para cá. Ele seguiu neste domínio os conselhos e os exemplos de Karl Holl e Lucien Febvre. Karl Holl afirmou, em substância, que nem a filosofia, nem a sociologia, nem o nacionalismo, nem a economia podem explicar Lutero, mas apenas a religião. Lucien Febvre escreveu (...) ‘Para uma Revolução religiosa é preciso procurar causas religiosas’. Lucien Febvre atribuía, no entanto, às ‘causas religiosas’ um sentido muito mais vasto que Karl Holl e queria ver a investigação se orientar para um estudo das mentalidades, cujo componente mais importante era, no século XVI, o fator religioso.²⁵⁷

No tocante à doutrina, enquanto a Igreja católica defendia que, para se obter a salvação, não bastava ter fé, era preciso praticar boas obras, Lutero, baseado em Santo Agostinho e Erasmo de Roterdã, definiu que somente a fé salva. Para este frade agostiniano, “as obras não têm importância para a salvação. Somente a fé, a primeira das graças, é que salva. As boas obras são o simples sinal da graça”.²⁵⁸ Calvino defendia a teoria da predestinação, segundo a qual uns nasceram predestinados à salvação e outros à danação. Para ele, de forma alguma “podemos saber quais são os predestinados, porque o fundo da consciência nos escapa e jamais conheceremos nesta terra aqueles em que o Espírito Santo trabalha”.²⁵⁹ No anglicanismo, a doutrina pouco diferiu da católica; na verdade, houve uma mistura de catolicismo e calvinismo. Isto ocorreu devido ao fato de Henrique VIII não ter sido levado

²⁵⁶ Cf. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 251-271.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 269. A este respeito, consulte MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 87-88.

²⁵⁸ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 68.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 81.

pelos mesmos motivos religiosos pelos quais Lutero e Calvino foram impulsionados.

De forma indireta, a Reforma, de imediato, contribuiu para o fortalecimento das monarquias nacionais. Os reformadores defendiam a existência de Igrejas nacionais, governadas pelos soberanos, portanto fora da intervenção do papa. Para Lutero, somente os soberanos podiam nomear os pastores; qualquer modificação no culto ou na doutrina só poderia ser feita com a permissão do Estado. De acordo com Jean Touchard, as reformas eclesiásticas, recomendadas por Lutero em seu apelo à nobreza, provocaram graves repercussões na esfera política: “Consequência do sacerdócio universal, a supressão do estado eclesiástico, e, portanto, dos privilégios que a este estavam ligados, conduz a um alargamento das atribuições do poder temporal”.²⁶⁰ Porém, como assinalaremos adiante, não demorou muito para que os reformadores se tornassem uma ameaça ao poder dos monarcas absolutistas.

Diante do espantoso avanço do protestantismo, a Igreja Católica se mobilizou para combatê-lo. Este movimento de contra-ataque é denominado de Contrarreforma. De acordo com Corvisier, “os católicos devem ter ficado confusos e assombrados por toda a parte com a grande expansão da heresia”.²⁶¹ Com a Reforma, o poder do papa foi muito reduzido, em alguns países chegou a quase inexistir. Por isso, sentiu-se a necessidade de se convocar um concílio.²⁶² O objetivo consistia em reformar a Igreja e combater o protestantismo. A princípio surgiu a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, em Paris. Constituída formalmente em 1537, em 1540 foi ratificada pelo papa Paulo III. Os Jesuítas se consideraram os soldados de Cristo; eles fizeram voto de obediência cega ao papa. Por terem conquistado a confiança desse pontífice, receberam a tarefa de

²⁶⁰ TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. Vol. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 38

²⁶¹ CORVISIER, 1976, op. cit., p. 199.

²⁶² *Ibid.*

organizar e dirigir o Concílio de Trento, convocado em 1540, porém, começou a se reunir somente em 1545.

Enquanto aguardava a reunião do Concílio Ecumênico, o papa Paulo III tomou algumas medidas para conter o movimento protestante. Primeiramente, restaurou os tribunais da Inquisição, de origem medieval. O Santo Ofício era composto por seis cardeais, e tinha sua sede em Roma. Era dominado pelos padres dominicanos, que agiram com grande violência e assim conseguiram conter o aumento do protestantismo nas principais regiões em que atuaram: Espanha, Itália e Portugal. Em seguida criou-se, em 1543, a Congregação do Índice, que tinha por objetivo publicar a listas dos livros proibidos aos católicos. Acreditava-se que, por serem contrários à doutrina católica, tais livros apresentavam forte ameaça à fé. O Índice e a Inquisição eram medidas “puramente repressivas (...) Não há dúvida, porém, de que ambas ajudaram a sustar a expansão da heresia e desempenharam assim algum papel na Contrarreforma”.²⁶³

O Concílio Ecumênico reuniu na cidade de Trento representantes de toda a Igreja. O concílio reuniu-se de 1545 a 1563 por três sessões interrompidas por motivo das guerras de religião. Do Concílio resultou uma Igreja reformada e modernizada. Devido ao esforço dos jesuítas, a autoridade papal foi reforçada e a doutrina tradicional foi mantida. Por outro lado, foi restabelecida a disciplina na Igreja. Como constata Corvisier, o mais importante deste movimento de Contrarreforma “reside muito simplesmente no fato de ela ter sido um impulso coletivo em que se conjugaram os esforços de numerosos indivíduos para restabelecer os antigos padrões da vida da Igreja”.²⁶⁴

Após terem feito essa reforma no interior da Igreja Católica, os católicos tomaram medidas objetivando combater sistematicamente os protestantes. De imediato, a Contrarreforma teve como resultado “uma tentativa em grande escala, apoiada com freqüência na força armada e na violência das perseguições, para recon-

²⁶³ CORVISIER, 1976, op. cit., p. 216.

²⁶⁴ Ibid., p. 219.

quistar os territórios e os povos que os reformadores protestantes tinham ganho para a sua fé”.²⁶⁵

Por meio da confissão, ensino, pregação, escritos, erudição e missões os jesuítas contribuíram imensamente para o movimento da Contrarreforma.²⁶⁶ Ao lançar mão da pregação e da confissão os jesuítas influenciaram os soberanos a tomar medidas favoráveis à religião católica e ao papado. Como educadores, em seus colégios, eles deram um ensino secundário de excelente qualidade. Os seus colégios atraíam as crianças das classes mais abastadas, que mais tarde seriam os dirigentes do Estado, e por isto teriam papel importante na sociedade. Logo, a Europa católica estava repleta de colégios dirigidos por eles. Como teólogos, posicionaram-se como os grandes adversários dos protestantes. Por meio de todas essas estratégias diversas conseguiram fazer com que, na segunda metade do século XVI, o protestantismo recuasse em alguns países. Além das fronteiras da Europa, os jesuítas foram fervorosos missionários; pregaram e evangelizaram em vários países. Como missionários, “os Jesuítas cercaram assim o mundo com a missão de Roma”.²⁶⁷ Segundo Corvisier,

A Companhia era uma força militar, equipada com uma couraça ‘celestial’ e armas ‘espirituais’ para a conquista das almas perdidas para o Protestantismo ou o paganismo. A Companhia, categórica na obediência que devia ao seu geral e ao papa, foi a força internacional da Igreja e desenvolveu uma ação preponderante na extensão do domínio católico, na instrução da mocidade católica e em atrair a atenção e a devoção de reis e nobres, tão ativa no campo de batalha europeu da fé católica como nas missões do Norte da África, da Ásia e da América.²⁶⁸

De acordo com o autor, “claro está que foi a Contrarreforma que sustou a podridão no seio da Igreja e levou a um melhor

²⁶⁵ CORVISIER, 1976, op. cit., p. 219.

²⁶⁶ Cf. Ibid., p. 205-209.

²⁶⁷ Ibid., p. 208.

²⁶⁸ Ibid., p. 201.

critério de vida, de oração e de saber, e até a recuperação de algumas terras perdidas para os protestantes”.²⁶⁹

As guerras de religião na França ocorreram de 1562 a 1598. Quando faleceu Henrique II, em meados do século XVI, os dois filhos, Francisco II e Carlos IX, eram menores de idade. Desta forma, a mãe deles, Catarina de Médicis, assumiu a regência. Com isso, duas famílias fidalgas passaram a disputar ferrenhamente a primazia: os Bourbons e os Guise. Estes deram apoio aos católicos e aqueles, aos protestantes. As guerras de religião colocavam o poder real em perigo. No reinado de Henrique III, tanto a Liga Católica de 1576 quanto os teóricos protestantes tentaram fragmentar e com isso enfraquecer o seu poder. Foi tal a desordem que por diversas vezes os Estados Gerais foram convocados.²⁷⁰ Como observa Perry Anderson, em *Linhagens do Estado absolutista*, “a morte de Henrique II precipitou a França em quarenta anos de luta cruenta. As guerras civis que grassaram (...) foram, evidentemente desencadeadas pelos conflitos religiosos resultantes da Reforma”.²⁷¹

No tempo de Henrique III, o tiranicídio foi justificado por diversos pregadores. No dia 1.º de agosto de 1589, o monge Jacques Clément assassinou este rei. Antes de morrer, Henrique III designou o primo, Henrique de Navarra, como seu sucessor à coroa da França; solicitando-lhe, ou melhor, impondo-lhe a condição, que abjurasse ao protestantismo e aceitasse a religião católica. Assim, Henrique de Navarra assumiu o poder, tornou-se Henrique IV, dando início à dinastia Bourbon. Em 4 de agosto, por meio da declaração de Saint-Cloud, o novo rei prometeu, entre outras coisas, “conservar a religião católica” e “reservar aos católicos o governo dos lugares que viesse a ocupar”.²⁷² Desta forma, reuniu em torno de si os denominados “católicos reais”.²⁷³

²⁶⁹ Ibid., p. 199.

²⁷⁰ Cf. MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 127-128.

²⁷¹ ANDERSON, op. cit., p. 90.

²⁷² CORVISIER, 1976, op. cit., p. 141.

²⁷³ Ibid.

Uma das consequências das guerras de religião foi a evolução no plano das ideias políticas. No transcorrer das guerras religiosas a ideia de nação foi comprometida. Em seu término voltou-se a defendê-la: “Os franceses afirmavam a existência de sua nação, obrigando-se à tolerância, condição de sobrevivência, e recusando a seu rei a escolha de sua religião”.²⁷⁴ Por outro lado, a monarquia foi posta à prova, pois foi vítima de ataques tanto de protestantes quanto de católicos. De ambas as partes defendiam-se teorias que limitavam o poder real. Alguns chegaram ao extremo de defender o tiranicídio.²⁷⁵

Apesar de ser duramente criticada, a monarquia também teve quem a defendesse. Seus defensores mostravam que pelas leis fundamentais os reis tinham obrigações, mas, por outro lado, tinham direitos assegurados por elas. Destacou-se entre eles Jean Bodin. Este, em 1576, em *La république*, defendia que o poder do rei somente podia ser limitado pelas leis naturais e pelas leis divinas. Esta teoria da monarquia absolutista possibilitou que Henrique IV restaurasse o poder monárquico. Futuramente, Richelieu e Luís XIV recorreriam a ela para sustentar a monarquia absolutista.²⁷⁶ Não podemos nos esquecer que Jean Bodin foi um dos autores que Bossuet lançou mão em busca de respaldo para conceber a sua *Politique*. Aliás, como nos faz ver Le Brun, *La république*, de Bodin, incluía-se na biblioteca da Águia de Meux.²⁷⁷ De fato, esta teoria da soberania, concebida em meio às guerras religiosas, ilustrou, no século XVII, a monarquia absolutista francesa.²⁷⁸

No dia 13 de abril de 1598, Henrique IV outorgou o Editto de Nantes, o qual estabeleceu a tolerância religiosa, pacificando o reino, afinal. Com isto, a França se restabeleceu. Este editto de tolerância retomava algumas disposições dos editos anteriores. Porém, distinguia-se dos outros pelo fato de ser realmente aplica-

²⁷⁴ Ibid., p. 146.

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Cf. LE BRUN. In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXIII.

²⁷⁸ Cf. CORVISIER, 1976, op. cit., p. 146.

do. Um mês depois concluiu-se a paz de Vervins, a qual conteve as pretensões da Espanha por algum tempo. Os quarenta anos de guerras civis deixaram diversas consequências para a França. No plano econômico, ela ficou desolada. No entanto, em pouco tempo a economia se refez.²⁷⁹ Já no âmbito político, a autoridade real foi restaurada: “O mérito pessoal de Henrique IV consistiu em provar que o rei podia corresponder à necessidade de paz no reino”.²⁸⁰ O território francês foi conservado intacto, e o que foi melhor ainda, a sua independência foi salva das pretensões de dominação espanhola.²⁸¹

As guerras religiosas no século XVI – como também as guerras civis – provocaram crises que, de início, serviram para enfraquecer o poder ascendente dos reis. Porém, ao final de cada um desses grandes abalos na esfera central do poder régio, o monarca teve o seu poder fortalecido.²⁸² A população, em meio a tanta insegurança e desolação, passava a desejar alguém com um poder forte e centralizado, para governá-la em prol da paz e da ordem. Na análise do historiador francês R. Mousnier, “o absolutismo era o desejo das multidões que viam sua salvação na concentração dos poderes nas mãos de um homem, encarnação do reino, símbolo vivo da ordem e da unidade almejadas”.²⁸³

Contudo, os encargos fiscais continuaram a aumentar. Desta forma, o descontentamento da população jamais cessara. Continuou a circular, entre católicos e protestantes, teorias que ganharam notoriedade devido às hostilidades à monarquia.²⁸⁴ As ideias monarcômicas foram despertadas. Os monarcômicos objetivavam limitar o poder régio, afirmando que a soberania reside no povo e não no rei. Defendiam a teoria do contrato, segundo a qual o rei contrai um contrato com o povo, e quando

²⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 144-145.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 187.

²⁸¹ Cf. *Ibid.*, p. 141-142.

²⁸² Cf. ANDERSON, *op. cit.*, p. 85.

²⁸³ MOUSNIER, 1973, *op. cit.*, p. 260.

²⁸⁴ Cf. CORVISIER, 1976, *op. cit.*, p. 187.

o rei não cumpre o seu dever ele se torna um tirano, o contrato é rompido e o povo tem o direito de destituí-lo do cargo.²⁸⁵

Nas duas últimas décadas do reinado de Henrique IV, vários elementos desgostaram os franceses. Em 1594-1603, Henrique IV expulsou os jesuítas da França, “sob o pretexto de que um deles inspirara o gesto de um regicida”.²⁸⁶ Rompeu com a Espanha católica e apoiou os holandeses protestantes contra ela. Em 1610, na véspera do dia em que partiria à frente de suas tropas para comandar uma expedição militar contra este império, o rei foi assassinado, esfaqueado por Ravaillac, um antigo integrante da Liga. Para grande parte dos franceses, “Henrique IV parecia retomar ao lado dos protestantes a luta contra a Espanha, campeã do catolicismo”.²⁸⁷ Para os fanáticos católicos, o rei pretendia estabelecer o protestantismo na França. Fato curioso é que enquanto Jacques Clément, o autor do regicídio que assassinou Henrique III, recebeu elogios, Ravaillac foi injuriado. “Henrique IV foi considerado um mártir e um pesado opróbrio vinculou-se ao regicida”.²⁸⁸ Desta forma, a monarquia absolutista de direito divino saiu fortalecida.²⁸⁹

No plano religioso, a França católica conheceu 87 anos de relativa paz religiosa. O Edito de Nantes, que fora promulgado por Henrique IV em 1598, estabelecia a tolerância religiosa, com uma longa trégua aos calvinistas. Apesar da tolerância ser estabelecida oficialmente, a rivalidade entre católicos e protestantes não deixou de existir. Na menoridade de Luís XIII, a partir de 1610, as agitações religiosas foram constantes. Ao assumir o Estado, a partir de 1624, Richelieu retomou a guerra contra os calvinistas franceses. Liquidou, sem piedade, as “fortalezas huguenotes remanescentes no sudoeste, com o cerco e a captura de La Rochelle...”.²⁹⁰ Conforme afirma Mousnier, no reinado de Luís XIII, com seu

²⁸⁵ Cf. TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 49-56.

²⁸⁶ CORVISIER, 1976, op. cit., p. 190.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Cf. Ibid.

²⁹⁰ ANDERSON, op. cit., p. 94-95.

ministro Richelieu à frente, houve uma grande perseguição aos protestantes. Em 1628, “destruíram o 1.º partido protestante”.²⁹¹

Algumas décadas depois, Luís XIV passou a interpretar “o Edito num sentido cada vez mais estrito”.²⁹² Em seu anseio pela conversão dos huguenotes, utilizou-se de estratégias pacíficas como as “missões de capuchinhos e as casas de Propagação da Fé”.²⁹³ Estes foram meios pelos quais não conseguiu muito sucesso. Pouco a pouco, o Edito de Nantes “foi sendo esvaziado de seu conteúdo e os protestantes sofreram perseguições”.²⁹⁴ Com o tempo, o Rei-Sol passou a recorrer a métodos mais violentos.²⁹⁵ O jansenismo também foi combatido por Luís XIV. O monarca, ao atacar o protestantismo, desejava, de acordo com Mousnier, “concentrar em sua pessoa todo o poder, realizar em torno de si a unidade religiosa ...”.²⁹⁶

No tempo de Bossuet, como no século anterior, os reis usavam de seu poder coercitivo para que os súditos aderissem à religião oficial. De acordo com Mousnier, Luís XIV “considerou sempre a unidade religiosa como o coroamento do absolutismo”.²⁹⁷ Em *As fundações do pensamento político moderno*, Quentin Skinner analisa as perseguições aos protestantes em alguns países da Europa, entre eles a França e a Inglaterra, na segunda metade do século XVI, demonstrando que nos momentos em que os governantes eram católicos, usavam da força para unificar sua religião.²⁹⁸

Convém lembrar que a intolerância religiosa não se dava somente de cima para baixo, mas entre os súditos também. Em *Culturas do povo*, Natalie Zemon Davis retrata a violência religiosa popular nos massacres de São Bartolomeu, em 1572. Segundo a historiadora norte-americana, os católicos odiavam os protestan-

²⁹¹ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 293-294.

²⁹² Ibid., p. 294.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ Cf. Ibid.

²⁹⁶ Ibid., p. 295.

²⁹⁷ Ibid., p. 292.

²⁹⁸ Cf. SKINNER, 1999, op. cit., p. 46.

tes “por suas ações poluidoras separatistas e desorganizadoras (...). Para os fanáticos católicos, a liquidação dos ‘vermes’ heréticos prometia a restauração da unidade do corpo social ...”.²⁹⁹ A multidão gritava nas ruas, entre outras coisas, “viva a religião católica, (...) Vivam os parisienses fiéis, (...) Que todo o mundo vá à missa. Um Deus, uma Fé, um Rei”.³⁰⁰ Natalie Davis analisa os ritos de violência praticados tanto por católicos quanto por protestantes, na França, na segunda metade do século XVI. A autora demonstra o alto grau de intolerância religiosa existente entre ambos. Segundo ela, os objetivos da multidão ao praticar a violência religiosa eram “a defesa da verdadeira doutrina e a refutação da falsa...”. Ambos entendiam que o outro poluía a comunidade, representando um perigo, pois, “provocava a ira de Deus. Tufões e enchentes terríveis eram às vezes vistos como sinais de Sua impaciência” por causa da poluição.³⁰¹

Nos séculos XVI e XVII, apesar dos abalos de fé provocados pela influência calvinista, o catolicismo era tão preponderante na França que os reis tinham que se curvar a ele como condição do reconhecimento de sua legitimidade pelos súditos; quando não, tinham que se converter, como é o caso de Henrique IV. A questão protestante incomodava não somente à Igreja, mas também ao Estado francês. Desde a Reforma havia uma luta ferrenha da monarquia para eliminar os protestantes na França.

A questão huguenote, desde o início da expansão das ideias reformadoras pela Europa, causou graves preocupações aos monarcas franceses. Afinal, os escritores protestantes foram os primeiros a se opor à doutrina do absolutismo.³⁰² A obra *Vindiciae contra tyrannos*, surgida nos círculos intelectuais huguenotes em fins do século XVI, chegava a apregoar o regicídio. Este quadro panorâmico da história das ideias políticas e religiosas no sécu-

²⁹⁹ DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: _____. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.135.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ Ibid., p. 132, 134-135.

³⁰² Cf. SÉE, op. cit., p. 359.

lo que precede a trajetória fulgurante de Bossuet permite-nos, ainda que num plano muito geral, apreender os elementos centrais da cultura política com que o autor se defrontou. Os seus combates intelectuais foram definidos por questões que atravessavam um considerável lapso de tempo.

Em 1652, na cidade de Metz, Bossuet, com 25 anos, recebeu a ordenação sacerdotal. Metz fazia fronteira com a Alsácia, uma região luterana. Em termos religiosos, Metz era considerada uma cidade dividida. Ali, havia uma comunidade judaica e principalmente uma Igreja protestante que, por ser muito bem organizada, sua importância e influência aumentavam cada vez mais.³⁰³

Segundo Gaquère, após a Fronda,

em vão, o clero católico, dividido, e mal regido tentou reagir. Em vão, os numerosos religiosos da cidade e os regentes de seus colégios dos Jesuítas inauguraram na Catedral conferências contraditórias semanais, para confundir a heresia. (...) Metz, que os dissidentes declarariam ao rei Luís XIV, em 1663, ‘cidade semi-dividida’ entre eles e os católicos, era o limite da Alsace luterana, tornada uma praça forte da Reforma, um campo-fechado onde luteranos e calvinistas, a princípio separados, depois reunidos, comprimiam de perto os defensores da igreja romana. (...) Na metade do século XVII, os reformados de Metz, cujo número alcançava 10.000, quase um terço da população total, eram uma minoria entre o povo, mas contavam em suas fileiras uma grande parte de famílias nobres, disseminadas nos castelos das vizinhanças, e a metade dos burgueses ricos da cidade. (...) apoiados pelo Editto de Nantes, e fortalecidos de seus direitos, eles podiam afrontar o governante.³⁰⁴

Entre católicos e protestantes, por muito tempo, reinou “um pacto relativo e um certo acordo cívico...”.³⁰⁵ No entanto,

³⁰³ Cf. GAQUÈRE, 1966, op. cit., p. 5-6.

³⁰⁴ GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 13-14.

³⁰⁵ Ibid., p. 14.

em meados do século XVII, uma fortíssima hostilidade foi aumentando cada vez mais entre estes grupos. Os protestantes, fortalecidos pelo edito que estabelecia a tolerância, aumentaram suas escolas; seus ministros atacavam publicamente as práticas católicas. Como resultado, o ministro Paul Ferry conseguiu converter muitos católicos ao protestantismo. De seu lado, o clero católico, cheio de zelo, cuidava para que seus fiéis não se tornassem protestantes. Foi esta nuvem de hostilidade, esta conjuntura complexa e explosiva, que Bossuet encontrou quando chegou a Metz no ano de 1652. Como observa Gaquère a respeito de Bossuet, “um temperamento de conciliador, herdado de seus ancestrais, uma competência manifestada em seus primeiros escritos, faziam com que ninguém melhor do que ele fosse mais qualificado para assumir semelhante tarefa”.³⁰⁶

Na segunda metade do século XVII, o clima de hostilidade entre católicos e protestantes era cada vez maior. Na França, após 1661, quando Luís XIV assumiu pessoalmente o poder, “foi convidado ‘a marchar sobre as pegadas do grande Constantino’; Bossuet predizia no ano seguinte ‘que ele tinha a glória de sufocar a heresia por um prudente temperamento de severidade e de paciência’”.³⁰⁷ Antes de sua morte, Bossuet reconheceu que no combate aos protestantes era preciso renunciar aos meios violentos, pois “‘a violência incita os fiéis à desordem, à revolta aberta’”.³⁰⁸

O contato de Bossuet com os protestantes, em Metz, foi cotidiano.³⁰⁹ Desde os 24 anos, o jovem estudante assumiu a posição que o acompanhou pelo resto de sua vida: defender a ortodoxia.³¹⁰ Diante da crítica que a religião católica recebia dos protestantes, Bossuet saía em sua defesa. Ele nunca parou de pregar, buscando instruir e converter. O jovem cônego empenhava-se em converter

³⁰⁶ Ibid., p. 17.

³⁰⁷ Ibid., p. 27.

³⁰⁸ Ibid., p. 28.

³⁰⁹ Cf. Ibid., p. 21.

³¹⁰ Cf. Ibid., p. 18.

judeus e protestantes.³¹¹ Em Metz, em meio aos seus “triunfos oratórios”, para refutar o *Catéchisme* do pastor protestante, Paul Ferry, Bossuet construiu suas primeiras armas como teólogo. Esta refutação, por um lado, foi muito bem acolhida pela Igreja Católica, que reconheceu em Bossuet o seu grande defensor, por outro, mostrava aos protestantes um adversário temível.³¹²

O príncipe defensor da fé e da Igreja

Vejamos, então, por quais meios este grande teórico político procurou defender o poder centralizado dos monarcas absolutistas. Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France* está explícito, logo nas primeiras páginas, o sermão que Bossuet prega aos reis. Ele lança mão de meios, como exemplos bíblicos e palavras do papa, para demonstrar o que devem ou não fazer os reis por direito divino. O texto de Bossuet possui um estilo moralizante. Ele busca lições de moral na Bíblia. Em *O político na modernidade*, Marcos Lopes, ao analisar os *Discours* e a *Politique* de Bossuet, afirma que “a adoção desse método”, do qual Bossuet se utiliza, “tem a intenção de garantir à realeza um reconhecimento completo, incontestável, num tempo em que as metáforas religiosas ainda têm o efeito de verdade simbólica”.³¹³

Bossuet defendia o poder centralizado em uma só pessoa, ao mesmo tempo em que procurava combater a anarquia. Ele teve uma grande preocupação em defender a ordem e a paz na França. Para ele, isto só era possível com a unidade do Estado como também da religião católica. Tudo o que pudesse oferecer risco à ordem pública estabelecida por Deus e salvaguardada pelo rei causava-lhe perplexidade e, conseqüentemente, podia levar à anarquia. É por isso que na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* a paz política e religiosa é a questão central de seu discurso. E neste caso, o protestantismo é considerado pelo autor como um fenômeno ameaçador à ordem existente. Algo que, inegavelmen-

³¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 10-11.

³¹² Cf. DUSSALT, *op. cit.*, p. 4.

³¹³ LOPES, 1997, *op. cit.*, p. 79.

te, promove a anarquia tanto na religião como no Estado, e que por isso tem de ser combatido com todas as suas forças. Para Bossuet, aplica-se o arrazoado de um outro teórico do absolutismo, Hobbes, ao afirmar, no *De cive*, que é preciso procurar a paz, enquanto se tem esperança de encontrá-la. Bossuet a procurou vigorosamente, brandindo a sua espada sagrada, o verbo divino. É importante assinalar que a ordem, para Bossuet, se dá quando todos se colocam em seus respectivos lugares, obedecendo à hierarquia imposta pela tradição. Quando os súditos se rebelam contra o poder real, abrem caminho para a anarquia. Como constata Mousnier, na França, do final do século XV ao final do século XVIII, a população concebia o universo como um *cosmo* organizado e hierarquizado: Deus na esfera superior, e na esfera inferior os homens. Sendo que estes pertenciam a categorias fixas e imutáveis com a função de conservar as leis da natureza, pois estas expressavam a vontade de Deus.³¹⁴

Uma das obrigações que Deus impõe aos reis cristãos, de acordo com Bossuet, é a de amar a religião católica, pois é este amor e fidelidade eterna à religião que garantem a glória da França. Bossuet exalta os reis que defendem o catolicismo. Numa exaltação às virtudes da rainha ele considera,

Que direi do seu amor inabalável à religião dos seus antepassados? Ela soube reconhecer que este amor era a glória de sua casa como da de toda a França, única nação do universo em que os reis tendo abraçado o Cristianismo desde doze séculos quase completos, nunca viu em seu trono senão príncipes filhos da Igreja. Também sempre ela declarou que nada seria capaz de separá-la da fé de São Luís.³¹⁵

Esta ideia defendida por Bossuet faz parte do universo simbólico no qual ele estava inserido. Desde meados do século XIII, os reis passaram a pronunciar quatro juramentos no momento de sua sagração. Neles estão contidos a defesa da fé, da Igreja e o combate à heresia. Conforme observa Le Goff,

³¹⁴ Cf. MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 290-293.

³¹⁵ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 39.

O rei, segundo os *ordines* de Reims e de 1250, pronuncia quatro séries de juramentos: 1- Ele promete primeiramente à Igreja de protegê-la em sua pessoa e em seus bens; 2- Ele promete fazer reinar a paz e a justiça – valor de forte conotação religiosa e mesmo escatológica – e, (...) de fazer prova de misericórdia. Uma quarta promessa, introduzida após o 4.º Concílio de Latrão (1215), consiste no comprometimento de combater os heréticos. 3- Ele promete defender a santa fé católica, de ser o defensor e o tutor das igrejas e de seus ministros, e de reger e defender o reino que Deus lhe deu conforme a tradição de justiça de seus pais. 4- Enfim, após o coroamento e a entronização, o rei faz uma última promessa sintética ‘*coram Deo, clero et populo*’ com efeito, nesses juramentos, e de modo geral quando da sagração, um pacto é concluído entre o rei e a Igreja, que fala por ele próprio e pelo povo do qual ele se dá por representante.³¹⁶

Como constata Roland Mousnier, “o rei é o chefe e o protetor da Igreja da França”.³¹⁷ Este autor afirma também que “todo mundo queria ver no rei a imagem de Deus: ‘Vós sois Deus na Terra (...)’. A esta concepção somava-se, em muitos, o velho sonho humanista: o rei deve ser protetor da Igreja, como Constantino ...”.³¹⁸ De acordo com as antigas leis consuetudinárias da França, os monarcas não podiam “banir grupos de pessoas”, com exceção dos “hereges”, pois estes encontravam-se “numa posição especial porque estavam fora da comunidade dos fiéis que o rei tinha jurado defender no juramento de coroação”.³¹⁹ Ao referir-se a Luís XIV, o monarca reinante no período de Bossuet, Mousnier

³¹⁶ LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrées de la monarchie française du X au XIII siècle. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio Sérgio. (eds.). *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: Ed. de l’École des Hautes Études en Sciences, 1992, p. 21.

³¹⁷ MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 306.

³¹⁸ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 260.

³¹⁹ BEHRENS, op. cit., p. 96.

nos chama a atenção para o fato de que, “o juramento de respeito ao sagrado obrigava-o a destruir a heresia. Todos os seus súditos, protestantes ou católicos, julgavam que, ‘a diferença de religião desfigura o Estado’: ‘Uma fé, uma lei, um rei’”.³²⁰

Em relação ao mito de São Luís, num período em que a questão protestante é muito combatida pela Igreja, o Bispo de Meaux o invoca para reforçar a ideia de quanto os reis franceses devem seguir o seu exemplo de amor e zelo pela religião católica. No século XVII, o espírito da Contrarreforma contribuiu para o ressurgimento do mito de São Luís. De acordo com François Bluche, neste século, “São Luís, modelo de obediência à lei de Deus, é transformado em arquétipo e protótipo do príncipe cristão, um ideal que predicantes e confessores não cessaram de celebrar para estimular o zelo dos reis da França”.³²¹

Bossuet lembra que tanto os reis franceses como a França são superiores aos outros monarcas e aos demais reinos da Europa e que, por isso, os reis franceses devem defender a religião de Deus com mais dedicação. Bossuet afirma que, como prova do amor à religião católica, os reis devem zelar pela Igreja. Segundo ele, como nada acontece sem a intervenção de Deus, Este usa o seu poder para que a Igreja Católica seja conservada. Assim como no passado Ele usou da força e sedução de Judith e Ester “para libertar os seus fiéis das mãos dos inimigos”,³²² da mesma forma, sob seus desígnios, providenciou o casamento de Henriette-Marie com Carlos I, rei da Inglaterra, dando-lhe o dom da sedução para que convencesse o rei a proteger os católicos perseguidos.

Os cristãos buscavam suas origens junto aos heróis do Antigo Testamento. Na França moderna persiste a concepção de que “o rei da França é um novo Davi e de que o seu povo é um novo povo eleito”.³²³ Esta ideia possui uma origem antiga e desde o século XIV já estava impregnada na mentalidade dos

³²⁰ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 292.

³²¹ BLUCHE apud LOPES, 1997, op. cit., p.153.

³²² BOSSUET, 1874, op. cit., p. 40.

³²³ HOUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997, p. 263.

franceses. Como observa Houx, “povo eleito dos novos tempos, os franceses vivem em uma nova Terra Santa”.³²⁴

Como os seus contemporâneos, Bossuet considerava os reis franceses e a França como superiores aos outros. É importante assinalar que, na concepção de Bossuet, o elemento que tornava a França superior é o fato dela ter sido sempre governada por reis católicos.³²⁵ Por volta do século XII, os reis franceses passaram a se considerar superiores aos outros reis. Com isso se recusavam a prestar homenagem aos imperadores que os julgavam como seus subordinados. A partir desse período, os reis franceses compreenderam que somente Deus estava acima deles; sendo assim, passaram a prestar homenagem somente a Ele. De acordo com Houx, desde o século XII “os reis da França têm consciência de sua altíssima dignidade...”.³²⁶ Fato importante é que tal ideia estava bem impregnada no imaginário dos franceses do século XVII. De fato, “a idéia de que o rei da França é de uma essência superior não pára de se desenvolver”.³²⁷ Isto ocorre devido à crença de que somente o rei da França era ungido, em sua sagração, pelo óleo santo, misturado ao bálsamo de uma Santa Ampola, trazida do céu por uma pomba branca, o Espírito Santo.³²⁸ Tal crença era tão disseminada que causava o ciúme nos outros povos. Como percebe Houx, “o incontestável privilégio francês era insuportável aos outros povos”, pois “eles não dispunham do bálsamo trazido pelo pássaro divino...”.³²⁹

A comparação estabelecida por Bossuet entre os atos da rainha Henriette-Marie, que viveu no século XVII, com os atos de Judite e Ester, da Antiguidade bíblica, era comum em sua época. No século XVII era natural os teóricos políticos buscarem nas *Sagradas Escrituras* temas e exemplos para melhor reforçar seus argu-

³²⁴ Ibid.

³²⁵ CF. BOSSUET, 1874, op. cit., p. 39.

³²⁶ HOUX, op. cit., p. 252.

³²⁷ Ibid., p. 253.

³²⁸ Cf. Ibid., p. 253, 257-258.

³²⁹ Ibid., p. 257.

mentos. Como Lopes nos chama a atenção, nesse período “muitas situações vividas cotidianamente pelos grandes vultos políticos contemporâneos eram interpretadas à luz das Escrituras”.³³⁰ O hábito largamente difundido dos teóricos políticos e dos reis em recorrerem às *Escrituras* desperta a atenção por ser um contraste interessante com a nossa época em que, curiosamente, não se aboliu de todo este recurso para cativar as almas mais devotas em pleno triunfo da cultura política secular nas sociedades democráticas ocidentais; aliás, isto era atitude recorrente desde a Idade Média. Este era um recurso típico da época, um elemento entranhado na cultura, que os teóricos e reis dominavam, tornando o seu discurso coerente e persuasivo, meio eficaz para produzir sentido no interior da audiência a que se dirigiam.³³¹

Bossuet afirma que, como prova do amor à religião católica, os reis devem zelar pela Igreja. Nestes termos, o bispo de Meaux extravasa todo o seu sentimento de defesa à Igreja galicana. Desde fins do medievo, a Igreja da França se tornou a Igreja galicana. Conforme assinala Marc Bloch, o galicanismo é um movimento muito contraditório, tanto em suas origens, pois “as mais nobres aspirações à supressão de graves abusos religiosos mesclam-se inextricavelmente aos interesses financeiros mais terra-a-terra”, como em sua natureza, haja vista que, como observa o mesmo autor, “o galicanismo apresenta-se ora como um impulso para a pelo menos relativa independência da Igreja da França, ora como uma tentativa para submeter essa Igreja ao poder régio”, livre dos obstáculos impostos pelo papado.³³²

Para uma melhor compreensão do galicanismo em Bossuet, sentimos ser necessário retroceder em alguns séculos. O movimento galicano tem origens antigas. Enquanto Gregório VI, os gregorianos e seus sucessores afirmavam que os reis eram simples leigos, refutando e julgando suas pretensões a uma aproximação do sacerdócio como um sacrilégio, a maioria dos súditos partilha-

³³⁰ LOPES, 1996, op. cit., p. 50.

³³¹ Cf. Ibid., 1996, p. 62; 1997, op. cit., p. 118.

³³² BLOCH, op. cit., p. 164.

va do sentimento de que a majestade que os revestia bastava para lhes atribuir um caráter quase sacerdotal; que os reis não eram completamente leigos.³³³

No século XII, diante da grande polêmica gregoriana, os defensores da realeza afirmavam que, por serem os reis ungidos, em sua sagração, com os óleos dos sacerdotes, portanto os ungidos do Senhor, situavam-se acima da multidão de leigos, passando a participar do ministério sacerdotal. O desejo dos reis de se igualarem aos sacerdotes, que eram os chefes da Igreja, expressava suas pretensões em dominar a Igreja. Aliás, os reis, havia algum tempo, vinham se dedicando a isto. Por seu lado, os sacerdotes, zelosos do espiritual, se esforçaram para barrar as pretensões reais. Os bispos estabeleceram que os reis não mais receberiam os óleos na cabeça, mas em outras partes do corpo, como ombro, braços ou mãos, e assim não se igualariam a eles; e ainda que os reis não seriam ungidos com o crisma, o óleo especial misturado ao bálsamo, mas sim com um óleo simples. No entanto, apesar de todas as imposições defendidas pela Igreja, os reis franceses, como também os ingleses, continuaram a receber o óleo especial, o crisma, na cabeça, como os sucessores dos apóstolos.³³⁴

Desde a cristianização do império romano, os imperadores exerciam uma certa tutela sobre a Igreja. Os reis posteriores continuaram a exercer esse direito de interferir no mundo eclesial. No século XIII, ocorreu um movimento de face dupla: de um lado, os reis contestaram a interferência da Igreja no domínio temporal, por outro, houve uma tendência do clero em conceder subsídios ao rei para que este defendesse o território e a Igreja. O rei se colocou como o defensor do clero em relação a Roma. Os conflitos entre o poder temporal e o espiritual, ou seja, entre Filipe, o Belo, e a Santa-Sé, reforçou esse movimento durante todo o século XIV.³³⁵

³³³ Cf. *Ibid.*, p. 148-149.

³³⁴ Cf. BLOCH, *op. cit.*, p. 150-156.

³³⁵ Cf. BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992. p. 185-186.

Com o Grande Cisma do Ocidente, no século XV, que assinalou uma crise da Igreja, sobretudo do papado, o baixo clero, contando com a ajuda do rei, passou a defender a autonomia da Igreja da França em relação ao papado. A partir daí defendeu-se com mais veemência a semelhança do rei ao sacerdote. O baixo clero alegava que o fato de os reis já gozarem do direito de regalia, ou seja, já usufruíam de benefícios eclesiásticos, nos períodos em que os bispos sujeitos a regalia estavam ausentes, como também por conservarem em seu poder algumas dignidades monásticas, herdadas de seus mais longínquos ancestrais, lhes dava uma certa divindade. Nesse período de crise da Igreja, os reis, com a ajuda do baixo clero, se vangloriavam dessa situação, utilizando-na “para provar sua natureza eclesiástica e, portanto, seu direito a, em maior ou menor grau, dominar o clero de seus Estados”.³³⁶ Foi neste momento que nasceu na França o movimento galicano.³³⁷ Como afirma Marc Bloch,

nesses tempos confusos, qualquer um que defenda a supremacia pontifical julga que os reis são apenas leigos; ao contrário, qualquer um que, a um só tempo, reivindique para os concílios a parte principal na governança da Igreja e para os diferentes Estados uma espécie de autonomia eclesiástica inclina-se a, em maior ou menor grau, aproximar do sacerdócio a condição régia.³³⁸

O Grande Cisma do Ocidente deu importante contribuição para a emergência do rei galicano. O clero, aproveitando-se da crise do papado, buscou o apoio do rei para que este defendesse as ‘antigas liberdades e franquias’ da Igreja da França. Desta forma, a Igreja se libertaria das extorsões da Santa-Sé, pagaria os impostos ao rei, em troca receberia os seus benefícios. Além disso, ambos se reuniriam para administrar os assuntos eclesiásticos. Esta questão não foi totalmente resolvida com o fim do Cisma, em 1417. Com a Concordata de Bolonha, assina-

³³⁶ BLOCH, op. cit., p. 164.

³³⁷ Cf. Ibid.

³³⁸ Ibid.

da por Francisco I e o papado, em 1516, o rei adquiriu o direito para nomear abades e bispos. Os quais “receberiam em seguida a sua investidura canônica do papado”.³³⁹ O rei conservou em suas mãos o direito de nomeação dos prelados. Tal direito assegurava-lhe “a obediência e a fidelidade do clero”.³⁴⁰ Os domínios do rei foram estendidos também para os bens do clero. A partir daí, a Igreja galicana foi associada à monarquia, e o rei passou a ser o seu chefe supremo. O rei limitou o poder do papado sem que fosse necessário romper de vez com Roma, como fez Henrique VIII, quando fundou a Igreja anglicana, na Inglaterra.³⁴¹

Bossuet destacou-se por sua defesa da unidade da fé e da Igreja galicana. Quando em 1681 a questão galicana gerava divisões profundas no seio da Igreja da França, foi convocada uma Assembleia do Clero, em que o baixo clero pretendia promover um Cisma. Bossuet atuou como o defensor da unidade desta Igreja. Na Assembleia, ele foi o escolhido para pronunciar o discurso de abertura – no qual ele lançou mão de seu *Sermon sur l'unité de l'Eglise* –, como também da redação da declaração final. Apesar de não ter conseguido satisfazer nenhuma das duas facções, Bossuet conseguiu evitar a realização do Cisma.³⁴²

Na famosa Assembleia do Clero, Bossuet lutou com ardor para que os antigos direitos da Igreja da França fossem conservados. O papa Inocêncio IX não queria reconhecer os direitos de franquias e regalias da Igreja da França, isto gerava uma divisão entre ela e o papado. O baixo clero queria o cisma para separar-se definitivamente de Roma. O papa, por seu lado, ameaçava dizendo que usaria de meios violentos se preciso fosse para impedir que isto acontecesse. Se tais ameaças foram capazes de amedrontar o rei Roberto no século XII, no século XVII não surtiu grande efeito perante a altivez de Luís XIV e da firmeza do bispo de Meaux. Desta querela galicana resultou a famosa *Défense de l'Eglise galicane*, uma das obras mais célebres de Bossuet. Até nos dias atu-

³³⁹ BARBEY, op. cit., p. 186.

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ Cf. Ibid., p. 186-187.

³⁴² Cf. CALVET, op. cit., p. 293-294.

ais a Igreja francesa reconhece que foi esta obra que a defendeu e fez com que os seus antigos direitos fossem conservados, como também a defendeu do ataque ultramontano.³⁴³

Zelar pela religião católica significa, para Bossuet, “alargar os caminhos do céu”. Como ele mesmo afirma,

O papa São Gregório, escrevendo ao piedoso imperador Maurício, mostra-lhe nestes termos os deveres dos reis cristãos: ‘Sabei, ó grande imperador, que o poder soberano vos foi concedido do alto, a fim de que a virtude seja protegida, os caminhos do céu alargados, e o império da terra sirva ao império do céu’ (...) Convém notar, sobretudo, a obrigação tão gloriosa, que este grande papa impõe aos príncipes, de alargar os caminhos do céu.³⁴⁴

Para Bossuet, o que vem a ser “alargar os caminhos do céu”? Em seu entendimento, é a obrigação que os reis têm de, ao mesmo tempo, expandir o catolicismo por intermédio da conversão dos hereges, os protestantes de seu tempo. Bossuet exalta a rainha Henriette-Marie por sua fidelidade à religião católica. Ele demonstra por quantas dificuldades esta rainha passou para defender os católicos, na Inglaterra protestante. Lembra Bossuet que, antes da ida da rainha à Inglaterra protestante, os católicos ingleses eram perseguidos, não podendo praticar sua doutrina em público. Mas que, porém, após a chegada da rainha, ela mandou construir uma capela em seu palácio para que os católicos pudessem realizar seus cultos e suas orações. Com isto, o rigor foi diminuído “e os católicos respiraram”. Segundo Bossuet, “a capela real que mandou construir com tanta magnificência em seu palácio de Somerset, restituía à Igreja sua forma primitiva. Ali Henriette, digna filha de São Luís, animava todos com o seu exemplo, e pelos seus exercícios espirituais, pelas suas orações e devoções, mantinha com glória a antiga reputação da cristianíssima casa de França”.³⁴⁵

³⁴³ Cf. DUSSALT, op. cit., p. 9-10.

³⁴⁴ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 40-41.

³⁴⁵ Ibid., p. 42.

A rainha combateu o protestantismo, afirma com ênfase Bossuet, convencendo o rei Carlos I a não dar proteção aos calvinistas que fugiam da França. Diante do destino sombrio da Inglaterra, Bossuet mostra o que a rainha fez para salvá-la. Não poupou esforços, por meio das “suas viagens, negociações e tratados (...). Todos os dias reconduzia alguns dos rebeldes”.³⁴⁶ Entre eles, homens de altos postos. Como um dos deveres dos monarcas por direito divino era realizar a conversão de protestantes ao catolicismo, observa Mousnier que, no reinado de Luís XIV, houve conversões de homens importantes, como Turenne, que abjurou ao protestantismo em 1668.³⁴⁷

Como a maioria dos homens de letras de seu tempo, incluindo seus mais convictos adversários, Bossuet salienta que, da mesma forma que Deus lança seus desígnios para castigar os reis e os povos que violam as suas leis, lança-os também para proteger os defensores de suas leis. Este é propriamente o caso da rainha que, para proteger os católicos, passou pelas mais terríveis provações sem que nada de mal lhe acontecesse. A rainha somente conseguiu sobreviver diante de todas as dificuldades pelas quais passou, conforme Bossuet, porque tinha em seu favor a coragem e a mão de Deus protegendo-a. Na concepção cristã, Deus escolhe os reis, estabelecendo com eles uma verdadeira aliança. Ensina-lhes a reinar com retidão e os ajuda nos momentos difíceis. Isto porque Deus é benevolente para com o rei e seu povo.³⁴⁸ De acordo com Houx, foi profundamente conservada na mente dos cristãos “a idéia de que Deus não pode abandonar seu povo, e que ele interviria quando a necessidade se fizesse sentir para salvá-los. Ninguém mais do que os franceses estavam convencidos disso. Essa idéia guiara suas vidas”.³⁴⁹

É surpreendente a maneira como Bossuet exalta os atos da rainha dando-lhes um tom de heroísmo. Ele demonstra que ela tinha poderes especiais, enviados por Deus, e que por isso,

³⁴⁶ Ibid., p. 56.

³⁴⁷ Cf. MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 293.

³⁴⁸ Cf. HOUX, op. cit., p. 20. Ver SÉE, op. cit., p. 359.

³⁴⁹ HOUX, op. cit., p. 254.

conseguia derrotar os seus inimigos. Conforme salienta Marcos Lopes, era muito recorrente, na literatura política do século XVII, a concepção de que “a instituição sagrada da realeza estava misteriosamente relacionada à presença de indivíduos com atributos especiais para aplacar, conciliar e conduzir as forças negativas rebeladas contra a ordem e a paz das sociedades políticas”.³⁵⁰

É importante lembrar que esta ideia do herói, “uma idéia fundamental da monarquia absolutista”, era demolida por aqueles que faziam oposição ao regime, como os libertinos e os jansenistas.³⁵¹ A comparação estabelecida por Bossuet entre a rainha Henriette-Marie com Judith e Ester ocorre porque a comparação do príncipe cristão com os heróis de outrora, tanto com os reis bíblicos como com os do Império Romano, foi um dos elementos que integravam o mito real que, por sua vez, serviram para reforçar todo o mistério criado em torno da monarquia sagrada. Em *Le mythe royal*, segundo Patrick Simon,

Esses atributos sobrenaturais reforçam o mistério da monarquia. (...) As qualidades do herói convêm ao rei da França. Ele não é um mortal superior aos outros que está em relação com Deus? (...) A Renascença reencontra a mitologia antiga. Os heróis de outrora representam o poder, a coragem, a inteligência e a justiça. Essas virtudes convêm perfeitamente à concepção que se faz da pessoa real. (...) A imagem do rei a cavalo o representa à frente de seus exércitos. Como o herói, ele é vencedor de seus inimigos e nada lhe resiste. A tradição guerreira da monarquia faz parte integrante do mito até a Revolução.³⁵²

A atribuição de poderes sobrenaturais ao príncipe cristão é uma maneira de demonstrar que, por ser superior aos demais, o

³⁵⁰ LOPES, 1997, op. cit., p. 73.

³⁵¹ Cf. MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 236-237.

³⁵² SIMON, Patrick. *Le mythe royal*. Paris: Diffusion aux Amateurs de Livres, 1987, p. 102-103, 106.

príncipe é dotado de certas qualidades especiais. Como observa Patrick Simon, “centro de um sistema, o rei é dotado por uma série de atributos. Por possuir uma essência superior em relação aos outros mortais, o rei adquire o poder sobrenatural”.³⁵³

Na Época Moderna, o poder régio está ligado à esfera do sagrado. O rei pertence a esta esfera pelo fato de estar ligado à ordem sobrenatural. Sendo assim, o rei cristão estabelece uma correspondência entre o reino do céu e o reino da Terra. Ele atua como um eixo cósmico, como “um ponto de encontro entre o humano e o divino”.³⁵⁴ Neste processo de sacralização, a sagração é de fundamental importância. Pois, como afirma Patrick Simon, “é pela cerimônia da unção que o rei penetra no domínio do sagrado. A união mística do rei e do seu povo decorre desta função sacerdotal”.³⁵⁵

É no momento da sagração que Deus se une aos reis, escolhidos por Ele, por forças misteriosas e sobrenaturais. É somente por meio da unção que os reis passam a ter legitimidade, recebem o poder de Deus, tornam-se os responsáveis por guardar a aliança estabelecida entre Deus e os homens. No momento da sagração, o rei é unido ao seu povo e passa a reinar sob a proteção de Deus. Ele é o responsável por guiar o seu povo no caminho traçado por Deus. Esta compreensão que se tem da monarquia é denominada de “mistério da monarquia”.³⁵⁶ Esta crença decorre do fato dos franceses terem uma mentalidade profundamente mística. Segundo constata Patrick Simon, os franceses do *Ancien Régime* vivem “em um duplo universo terrestre e místico”.³⁵⁷ Percebe ainda este autor que, “na mentalidade do Antigo Regime (...) o maravilhoso e a realidade, sob o impulso cristão, estão constantemente ligados”.³⁵⁸

³⁵³ SIMON, op. cit., p. 8.

³⁵⁴ Ibid., p. 273.

³⁵⁵ Ibid., p. 8.

³⁵⁶ Ibid., p. 88.

³⁵⁷ Ibid.

³⁵⁸ Ibid., p. 121.

Os reis do *Ancien Régime* estão ligados, também, à esfera do religioso. Apesar das esferas do sagrado e do religioso constituírem-se em dimensões que se encontram muito imbricadas na modernidade, cada uma carrega consigo as suas especificidades. Desse modo, torna-se necessário estabelecer distinções entre ambas.

O sagrado diz respeito às relações com o sobrenatural e independe da ideia de religião. O sagrado nem sempre tem origem na religião. Tudo que é religioso é sagrado, mas o sagrado não precisa passar pelo religioso. O sagrado está relacionado à fé enquanto o religioso com a instituição. Le Goff distingue muito bem essas duas esferas. Para ele, o sagrado é a expressão do laço com o sobrenatural. Além de ser uma delegação, ele é a própria expressão do sobrenatural. Segundo este autor, “o sagrado é o que exprime (...) um vínculo com os poderes sobrenaturais, a participação nesses poderes e, trata-se de uma sociedade cristã, uma relação direta com Deus, mas mais que uma delegação de poder (...) a insinuação de forças sobrenaturais pela *unção* e a manifestação de concessão de certas forças pela recolocação de *insígnias* simbólicas do poder”.³⁵⁹

Segundo Le Goff, o religioso é a codificação do processo do laço com o sobrenatural. É a religião que torna compreensível o sagrado. A possibilidade de leitura do sagrado é dada pelo religioso. De acordo com sua análise,

O religioso, mais difícil de definir em uma sociedade que quase não tem a ideia de civil, mas que distingue o temporal e o espiritual, é tudo o que concerne ao funcionamento regular do sagrado aqui em baixo, essencialmente assegurado pela Igreja. A função religiosa da monarquia consistia então em permitir, em ajudar e em favorecer o papel e a ação da Igreja. A sagração exprime-se sobretudo no compromisso tomado por juramento pelo rei.³⁶⁰

A Igreja sempre se mostrou zelosa pelo domínio do sagrado; lembrando sempre que o rei apenas passava a fazer parte dessa

³⁵⁹ LE GOFF, op. cit., p. 20.

³⁶⁰ Ibid.

esfera após a sua sacração, por meio, é claro, da intermediação sacerdotal. Isto para limitar o poder real. Contudo, apesar de todas as limitações que a Igreja buscava impor, essas restrições não conseguiram impedir que o rei fosse considerado por todos como uma pessoa sagrada em toda a sua plenitude. Conforme observa Jacques Revel, em *La royauté sacrée. Éléments pour un débat*, não podemos negligenciar essas limitações. No entanto, “de forma alguma elas põem em dúvida, aos olhos de Le Goff, a existência de uma sacralidade real plena, que sabe articular elementos relativamente heterogêneos que a compõem” e que no reinado de Luís IX floresceu excepcionalmente.³⁶¹ Em síntese, enquanto o sagrado está ligado à unção, o religioso está ligado aos juramentos que o rei cristão é obrigado a fazer no momento de sua sacração. Conforme os termos do autor,

O sagrado liga-se então à unção. Ela é feita pelo arcebispo de Reims sobre a cabeça, sobre o peito, entre os ombros, sobre os ombros, na articulação dos braços e, enfim (...) sobre as mãos. Todo o corpo vital do rei, todos os locais de forças são investidos pelo Santo Creme, óleo trazido milagrosamente pelo Santo Espírito ao bispo de Reims, Rémi, para o batismo de Clóvis. Santo Creme levado pelo arcebispo na Santa Ampola onde é conservado o óleo milagroso. Santa Ampola trazida da Igreja de Saint-Rémi conservada pelo abade do convento na catedral. (...) Investido desse poder sobrenatural, o rei é a partir daí intermediário sagrado entre Deus e seu povo. Para ele, por seu corpo unguido passa a proteção divina, a inspiração divina. Ela é o traço de união entre Deus e seu povo, e até sua morte ela garante ao seu reino e a seu povo os socorros divinos, não somente por sua salvaguarda aqui em baixo, mas sobretudo por sua salvação no além. (...) A sacração é também transmitida ao rei por intermédio das insígnias reais das quais ele é investido no curso da cerimônia.

³⁶¹ REVEL, Jacques. *La royauté sacrée. Éléments pour un débat*. In: BOUREAU; INGERFLOM, op. cit., p. 10.

O religioso (...) sobretudo está ligado aos juramentos pronunciados pelo rei no curso da sacração. (...) De fato, nesses juramentos, e de modo geral quando da sacração, um pacto é concluído entre o rei e a Igreja, que fala por ele mesmo e pelo povo do qual ele se dá por representante.³⁶²

A realeza e os reis ainda eram objetos de idolatria. No século XVII, Bossuet, como todos ao seu redor, adoravam a monarquia. Marc Bloch nos chama a atenção para o fato de que as obras dos teólogos e doutores do absolutismo, entre eles Bossuet, estão impregnadas, mesmo que inconscientemente, dos poderosos sentimentos difundidos em sua sociedade, como “o velho conceito de realeza sagrada”.³⁶³ Na verdade, “o caráter sagrado dos reis, tantas vezes afirmado pelos escritores medievais, permaneceu nos tempos modernos uma verdade que se mostra sem cessar”.³⁶⁴ Por um instante, em fins do século XVI e início do século XVII, parece que as lutas religiosas despertaram “as velhas polêmicas do *regnum* e do *sacerdotium*”, como a prolongada discussão dos teólogos a respeito do tiranicídio. No entanto, de forma geral, principalmente na França, os eclesiásticos tinham uma opinião cada vez mais “favorável à realeza sagrada”.³⁶⁵

Bossuet tenta mostrar o que acontece aos reis insubmissos que não defendem a verdadeira fé. Eles atraem os castigos de Deus por não defenderem a sua religião. O autor da *Politique* sustenta que, nas nações protestantes, o poder dos reis é frágil porque submisso à heresia. Ele relembra que Henrique VIII, rei da Inglaterra, ao tornar-se protestante, abalou a unidade da religião, e com isso enfraqueceu o único ponto que dava sustentáculo ao poder real:

Quando o rei Henrique VIII, príncipe perfeito em tudo o mais, desorientou-se pelas paixões que perderam

³⁶² LE GOFF, op. cit., p. 20-21.

³⁶³ BLOCH, op. cit., p. 232.

³⁶⁴ Cf. Ibid., p. 233.

³⁶⁵ Cf. Ibid., p. 236-237.

a Salomão e muitos outros reis, e começou a abalar a autoridade da Igreja, os sábios denunciaram-lhe que, atacando este único ponto, ele punha tudo a perigo, e dava, sem querer, uma licença desenfreada às idades vindouras. Os sábios o preveniram, mas os sábios são acreditados nesse tempo de loucura? E não zombam de suas profecias? (...). Tudo o que a religião tem de mais sagrado foi entregue à devastação: a Inglaterra tanto destruiu, que não sabe mais o que conservar, e, mais agitada em seus estados e em seus portos, do que o oceano que a circunda, ela se vê inundada por um espantoso aluvião de seitas extravagantes.³⁶⁶

Bossuet procura demonstrar que, como tudo é designado por Deus, todas as calamidades que estavam acontecendo na Inglaterra eram por vingança Dele.³⁶⁷ Os príncipes que se entregam às paixões fazem cair o castigo de Deus sobre seu reino. O autor utiliza-se do exemplo de Carlos I que, segundo afirma, reinava com justiça, moderação, sabedoria e clemência, mas que, pelo fato de seus predecessores terem violado as leis de Deus, foi perseguido e traído, chegando a tornar-se cativo de seus próprios súditos.

Para Bossuet, Deus é o verdadeiro rei que governa o céu e a Terra. Sendo assim, os reis são apenas lugares-tenentes, ministros de Deus no mundo dos homens. Deus transmite o seu poder aos reis para que eles governem em seu nome. Em troca, os reis têm que agir segundo os seus preceitos, as suas leis. Do contrário, receberão os castigos de Deus que lhes tira o poder, castigando-os, mostrando-lhes que são fracos e que sem Ele, nada podem:

Aquele que reina nos céus e de quem dependem todos os impérios, o único a quem cabe a glória, a majestade e a independência, é também o único que se glorifica de dar lei aos reis e de aplicar-lhes, quando lhe agrada, grandes

³⁶⁶ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 43.

³⁶⁷ O episódio tão terrível a que Bossuet está se referindo como um castigo de Deus ao monarca inglês é a Revolução Inglesa. Acerca das consequências da Revolução Inglesa para a monarquia absolutista, ver: TORRES, op. cit., p. 301-329; HILL, op. cit.

e terríveis lições. Quer exalte os tronos, quer abata; quer comunique o seu poder aos príncipes, quer o chame a si, não lhes deixando senão a própria fraqueza, Deus ensina-lhes o dever de um modo soberano e digno dele, pois, dando-lhes o poder, que o empreguem como ele mesmo o faz, para o bem do mundo; e mostra, quando o retira, que toda majestade da terra é emprestada, e, ainda que esteja sobre um trono, nem por isso deixa de estar sob o jugo de sua mão, de sua autoridade suprema. É assim que Deus educa os príncipes, não somente com discursos e palavras, mas ainda com atos e com exemplos.³⁶⁸

O providencialismo, uma ideia muito antiga de um Deus que dirige a história dos homens, aparece com toda a sua força no pensamento político de Bossuet. Em sua concepção é Deus quem dirige a política aqui na Terra. Aos reis cabe somente fazer a Sua vontade; qualquer deslize acarreta em graves consequências. Deus, ao ver Suas leis violadas, lança os piores castigos aos reis e aos seus respectivos reinos. Na concepção de Bossuet, os reis são os responsáveis por fazer com que reine a ordem no mundo, recaindo sobre eles os mais cruéis castigos mandados por Deus, nos momentos em que deixam de lado a sua missão. Conforme constata Lopes, a concepção providencialista, no século XVII, tem como desdobramento a noção, muito recorrente já na Idade Média, de uma “soberania verticalizada”. No entendimento de Bossuet, o príncipe que age de acordo com os preceitos cristãos estabelece uma soberania vertical, atuando como uma espécie de elo de ligação entre Deus e os homens; agindo corretamente, os reis atrairão a graça de Deus não somente para eles, mas, sobretudo, para os seus súditos.³⁶⁹

De fato, na concepção de Bossuet, “Deus está sempre em ação, e os homens são apenas os executores de seus decretos”.³⁷⁰ Na visão de Bossuet, “a história é uma espécie de drama divino,

³⁶⁸ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 35.

³⁶⁹ Cf. LOPES, 1997, op. cit., p. 69-104.

³⁷⁰ DUSSALT, op. cit., p. 27.

o pensamento de Deus a realizar-se na terra; as revoluções são ‘destinadas a humilhar os príncipes’”.³⁷¹ Assim como *A cidade de Deus* de Santo Agostinho, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet demonstra que a história é obra da Providência divina.

Crítica à liberdade

Como vimos, Bossuet busca vários meios para reforçar os seus argumentos de que os reis devem amar e defender a Igreja católica, combatendo o protestantismo. Mas, afinal, qual é a grande preocupação do autor em chamar tanto a atenção dos reis para esta questão? O que levou os mercianos, dinamarqueses e saxões a cometer atos tão bárbaros e violentos contra Carlos I, segundo Bossuet, foi o fato de terem sujeitado “ao julgo a própria fé e a própria consciência”. As “falsas religiões” é que deixam os súditos insubmissos, e os leva a violar a ordem. Contra esses inimigos, a rainha, apesar de toda a sua coragem e obstinação, não pôde derrotá-los. Bossuet demonstra como o “desprezo da religião antiga e o da autoridade da Igreja são capazes de incitar os homens”.³⁷² A origem desse “mal”, conforme Bossuet, se encontra na Reforma, ou melhor, no Cisma, pois foi a partir deste acontecimento que se rompeu a unidade que a Igreja Católica possuía até então. Os reformadores violaram as leis sagradas da Igreja Católica. Ao permitirem que cada fiel pudesse interpretar a Bíblia à sua maneira, os reformadores desencadearam uma desordem espiritual. E com isto, os fiéis começaram a achar que os seus erros eram de inspiração divina. Na interpretação de Bossuet,

A fonte de todo mal foi o procedimento daqueles que, no século passado, não recuando da tentativa da reforma pelo cisma, não encontrando baluarte mais forte contra todas as novidades do que a santa autoridade da Igreja resolveram derrubá-la, e deste modo os decretos dos concílios, a doutrina dos santos Padres, a santa unidade de crenças, a antiga tradição da santa Sé e da Igreja

³⁷¹ TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 131.

³⁷² BOSSUET, 1874, op. cit., p. 18-19.

Católica, não foram mais como outrora, leis sagradas e invioláveis. Cada qual ergueu para si um tribunal e tornou-se o juiz de sua crença. Ainda que os inovadores pretendessem conter os espíritos dentro dos limites da Escritura santa, mas instituísssem, como princípio, que cada fiel seria intérprete e que o Espírito Santo lhe ditaria a explicação, não há indivíduo que não se sinta autorizado por essa doutrina a adorar as suas invenções, a consagrar os seus erros, a chamar Deus tudo o que lhe apraz. Previu-se desde então que, a licença não tendo mais freio, as seitas se multiplicaram até o infinito; que a obstinação seria invencível; e que uns não cessando de discutir apresentaram as suas quimeras como coisa inspirada; outros cansados de tantas loucas visões e não mais podendo reconhecer a majestade da religião despedaçada por tantas seitas, iriam, finalmente, pedir uma paz funesta e uma completa independência ao indiferentismo religioso ou ao ateísmo.³⁷³

Para Bossuet, todas as calamidades que ocorreram na Inglaterra eram conseqüências da Revolução Inglesa, a qual não se originava do temperamento de Carlos I, nem da característica da nação inglesa, mas sim do espírito de livre exame que desembocou na anarquia. Bossuet atribuiu a origem e o desenvolvimento da Revolução Inglesa unicamente ao espírito de livre exame decorrente da Reforma. O que pode se mostrar à primeira vista estreiteza de horizontes torna-se compreensível à medida que levamos em consideração que “sobre mais de um ponto, Bossuet sentiu e julgou com os olhos e o coração da França realista e ortodoxa de seu tempo. E é nisto que implica sua atitude”.³⁷⁴

A julgar pela perplexidade do autor diante destas calamidades, o tempo da Reforma, e aquele que se seguiu a ela, foi a nova era do Bezerro de Ouro. Seria necessário reintroduzir Moisés no mundo, para tentar refundar a ordem. E por que não assumir esta missão civilizadora em nome do Deus e da verdadeira religião, ele

³⁷³ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 49.

³⁷⁴ CHARBONNEL, op. cit., p. 27.

que tinha a autoridade de seu cargo para falar com toda a autoridade de um novo profeta? De acordo com Sainte-Beuve,

Da mesma forma que houve na antiguidade um povo à parte, que, sob a inspiração e a conduta de Moisés, guarda claro e distinta a idéia de um Deus criador e sempre presente governando diretamente o mundo, enquanto todos os povos circunvizinhos desviavam esta idéia, para eles confusa, nas nuvens da fantasia, ou sufocados sob os fantasmas da imaginação e a inundavam no luxo exuberante da natureza, igualmente Bossuet entre os modernos retomou mais que ninguém este pensamento simples de ordem, de autoridade, de unidade, de governo contínuo da Providência; e ele aplica a todos sem esforço e como por uma dedução invencível. Bossuet é o gênio hebreu ampliado, fecundado pelo Cristianismo, e aberto a todas as aquisições da inteligência.³⁷⁵

Assim, a partir do discurso de Bossuet, compreende-se que a guerra civil na Inglaterra, no século XVII, deveu-se ao protestantismo, que teve sua origem na Reforma. É por isso que ele o combateu com tanto esforço. Aparece, portanto, a contradição de ideia da Reforma como um dos fenômenos de ordem ideológica que colaborou para com a centralização monárquica. É possível afirmar que, no curto prazo, a Reforma colaborou com o absolutismo, pois levou ao fortalecimento das monarquias nacionais; mas que, no longo prazo, representou uma grande ameaça a ele, devido sua defesa à liberdade. Cavalcanti, ao analisar a relação entre o cristianismo e a política, percebe que o protestantismo, que eventualmente serviu para justificar o absolutismo “como forma de superar o sistema medieval”, rapidamente passou a criticá-lo, “concorrendo para o estabelecimento não só das nacionalidades, mas do exercício da liberdade”.³⁷⁶

Em sua crítica à Reforma e aos protestantes, Bossuet tomou o pastor Paul Ferry como seu primeiro interlocutor. Em 1655,

³⁷⁵ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 25-26.

³⁷⁶ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo & política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vinde, 1988, p. 121.

treze anos antes do pronunciamento da *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet escreveu a sua *Réfutation* como um combate ao *Catéchisme* escrito um ano antes pelo pastor. Nesta obra, Paul Ferry revelava-se um grande defensor da Reforma. Segundo Gaquère, desde a sua *Réfutation* ao *Catéchisme* de Paul Ferry, “o jovem doutor e teólogo aparecia como o principal defensor da doutrina católica contra a heresia”.³⁷⁷

Quando Bossuet afirma que os protestantes estavam “apresentando as suas quimeras como coisa inspirada”, revela a sua preocupação com o fato dos protestantes acharem que era Deus quem os inspirava a se rebelar e a resistir às perseguições dos monarcas católicos às suas seitas. Então, quais seriam, para Bossuet, as conseqüências do protestantismo? Segundo ele próprio afirma, os reis sofreram as conseqüências por terem aderido e inculcado na mentalidade de seus súditos “que se podia mudar a antiga religião”. Qual seria, em seu entendimento, a relação de tais conseqüências com o enfraquecimento da monarquia absolutista? Conforme salienta Bossuet, em conseqüência, os reis perderam o respeito e a autoridade diante de seus súditos, pois estes começaram a questionar e a não aceitar a autoridade deles: “Se, na Inglaterra, nada a conteve, e se a sua malícia mostrou-se sem reserva, os reis sofreram as conseqüências; mas os reis foram os culpados. Fizeram compreender ao povo que se podia mudar a antiga religião”.³⁷⁸ A unidade religiosa está tão inter-relacionada à unidade política, segundo Bossuet, que no momento em que os súditos se sentem em liberdade para questionar as leis da Igreja, esta liberdade chega a tal ponto conduzindo-os a questionar, também, as leis do Estado.

Bossuet afirma que o protestantismo não tem o mesmo efeito em todos os lugares, pois onde a religião católica é mais forte e onde os reis a defendem com mais obstinação, ele não consegue se expandir. Nesse momento, Bossuet está pretendendo demonstrar aos governantes franceses que, como filhos

³⁷⁷ GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 32.

³⁷⁸ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 50.

diletos de Deus, devem usar de todas as suas forças no combate ao protestantismo. Como ele mesmo se pronuncia,

Tais, e ainda mais perniciosos, como vereis, no correr deste discurso, são os efeitos naturais desta nova doutrina. Mas, como uma inundação não causa por toda parte os mesmos estragos, porque a torrente não encontra sempre os mesmos declives nem as mesmas saídas, assim este espírito de insubordinação e independência, ainda que espalhado em todas as heresias destes últimos séculos, não produziu universalmente os mesmos efeitos. Encontrou diversos limites, segundo o temor, os interesses, o caráter dos indivíduos e das nações, ou segundo o poder divino que, quando lhe agrada, põe termos imprevisos às mais indomáveis paixões humanas...³⁷⁹

Mas qual é o aspecto da doutrina protestante que realmente lhe causa inquietação, constituindo-se numa ameaça ao absolutismo? Certamente é a liberdade de interpretação das verdades canônicas do catolicismo o aspecto que mais preocupa Bossuet.³⁸⁰ Na segunda metade do século XVII, com Luís XIV no poder, a doutrina do direito divino dos reis alcançou o seu ápice. Porém, foi nesse período também, sobretudo no final de seu reinado, que as críticas ao absolutismo monárquico foram mais contundentes. Segundo Henri Sée,

A história das ideias políticas no século XVII oferece um interesse notável. É nesta época que a doutrina absolutista chega ao seu apogeu, encontra sua forma definitiva, quando a monarquia de Luís XIV, de fato, torna-se onipotente; é a época também em que os males causados pela política do Grande-Rei acarretam uma reação contra esta doutrina; a partir do fim do século apareceram as críticas, o desejo de reformas.³⁸¹

³⁷⁹ Ibid., p. 49-50.

³⁸⁰ Cf. Ibid., p. 18-19.

³⁸¹ SÉE, op. cit., p. 7.

Os libertinos do século XVII defendiam o espírito crítico que tinha sido almejado pelos reformadores do século anterior. Como constata Henri Sée, em *Les idées politiques en France au XVII siècle*, discípulos de Epicuro ou de Montaigne, os libertinos eram cétricos; defendiam a liberdade de pensamento, “a causa da independência intelectual, da crítica científica”.³⁸² Como Descartes, submetiam as causas religiosas à razão. No século XVII, o movimento dos libertinos, que reivindicava a liberdade de pensamento, alcançou notável progresso.³⁸³ Segundo Henri Sée, Pierre Bayle, o discípulo de Descartes, foi a maior expressão desse movimento. Ele era cétrico e tinha um acentuado espírito crítico:

Em 1681, sob a influência do pensamento inglês (...) começa a elaborar a teoria liberal que triunfa na França por volta de 1730-1750”. p. 342. Bayle censura toda perseguição (...). Para Bayle, a tolerância devia ser recíproca entre católicos e protestantes. Bayle (...) construiu a teoria dos direitos da consciência; ele afirma que nós temos todo ‘o direito inalienável de professar as doutrinas que acreditamos conforme a pura verdade’. Ele chega então a anunciar a doutrina da liberdade de consciência, que ultrapassa (...) os princípios emitidos pelos defensores dos direitos de reforma.³⁸⁴

Diversos pensadores criticaram o regime de Luís XIV na segunda metade do século XVII. Entre eles estavam Jurieu, Fénelon, Saint-Simon, Boulainvillier, e Pierre Bayle,³⁸⁵ espécie de reencarnação francesa de Maquiavel, ao mesmo tempo que uma antecipação de Voltaire, como lembra Paul Hazard em seu *Crise da consciência européia*. Nesta onda de defesa da liberdade de pensamento, Bossuet posicionou-se como um conservador, criticando todas as tendências renovadoras das ideias em seu tempo. Afinal, no século XVII, o movimento intelectual dos

³⁸² SÉE, op. cit., p. 339.

³⁸³ Cf. Ibid., p. 339-341.

³⁸⁴ Ibid., p. 350.

³⁸⁵ Cf. Ibid., p. 359-362.

libertinos apresentou forte oposição e ameaça às monarquias absolutistas. Assim é que, por aderência natural, os libertinos estavam entre os interlocutores de Bossuet, ou melhor, em sua linha de tiro.

Conforme observa Sainte-Beuve, Bossuet “detestava a novidade, a inquietude e a mudança; em uma palavra, é o mais magnífico e o mais soberano órgão e intérprete do que é instituído primordialmente e estabelecido”.³⁸⁶ Bossuet criticou a Reforma por ser uma inovação religiosa. Em sua *Histoire des variations des Églises protestants*, Bossuet afirma que “as variações são o estigma do terror e o imobilismo o sinal da verdade...”.³⁸⁷ Bossuet defende nesta obra que, “tudo aquilo que varia, tudo o que se sobrecarrega de termos duvidosos e ocultos, sempre se tornou suspeito e não só fraudulento, mas ainda absolutamente falso, porque é sintoma de uma dificuldade que a verdade não conhece”.³⁸⁸

A respeito do anglicanismo – a religião oficial da Inglaterra – e de suas consequências, Bossuet formulou um julgamento que hoje nos parece estreito e sistemático.³⁸⁹ Apesar dos limites de seus horizontes, Bossuet foi sincero e leal à suas ideias. Segundo Nisard, em *Histoire de la littérature française*, de 1859, “Bossuet se enganou quando acreditou ser o protestantismo incompatível com as grandes sociedades regradas e prósperas. [...] A deficiência dos maiores espíritos é de desejarem ser profetas”.³⁹⁰

Todas as formas de atividades humanas que não conduzem a Deus foram condenadas por Bossuet. Nos últimos anos de sua vida, para defender suas ideias contra os adversários, ele se engajou em várias polêmicas. Em suas *Maximes et réflexions sur la comédie*, de 1694, ele baniu o teatro. De acordo com Calvet, neste opúsculo, “Bossuet se mostrou muito intransigente, condenando o teatro de seu tempo”. Para ele “o teatro francês de hoje, de

³⁸⁶ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 112.

³⁸⁷ Cf. TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 131.

³⁸⁸ BOSSUET apud TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 131.

³⁸⁹ Cf. CHARBONNEL, op. cit., p. 27-28.

³⁹⁰ NISARD, *Histoire de la littérature française*, de 1859, apud CHARBONNEL, op. cit., p. 97.

Corneille, Quinault, Racine e Molière, somente fazia incitar as paixões e não fornecia nenhum remédio para acalmar as emoções que ele sublevoou. É assim que Bossuet condena Molière em termos exaltados”.³⁹¹

Bossuet criticou também a filosofia em seu *Traité de la concupiscence*, de 1694. Na verdade, segundo Lavissee, “ele a reprovava como perigosa. (...) Ele a desprezava como inútil: ‘Nosso excelente mestre – Jesus Cristo – determinou todas as coisas; o cristão não tem nada a buscar’”.³⁹²

Em sua *Défense de la tradition et des Saints Pères*, Bossuet perseguiu os novos críticos da Bíblia, encarnados na pessoa de Richard Simon. Como observa Sainte-Beuve,

Os trabalhos críticos de Richard Simon sobre o Antigo e o Novo Testamento, suas interpretações históricas e audaciosas sob forma literária, e as explicações filosóficas que aí eram um germe, lhe fizeram, sobretudo, soltar gritos de alarmes: ele trabalha até o último momento para refutá-lo, e a fazer condenar e suprimir seus livros pela autoridade eclesiástica e secular.³⁹³

Bossuet manteve uma encarnizada perseguição ao quietismo, na pessoa de Fénelon, em sua *Instruction sur les états d’oraison*, de 1697, e *Relation sur le quietisme*, de 1698.

O *Bispo de Meaux* defendia suas ideias com tanto ímpeto que muitas vezes chegava a ser ríspido. Em sua consciência, a sua função era proteger a verdade. Nos seus últimos anos, principalmente, ele chegava a confundir sua causa com a causa da doutrina; daí o seu alto grau de exaltação e até de cólera.³⁹⁴ Em seu duelo teológico com Fénelon, Bossuet refutou as ideias de seu adversário com extremo vigor. Nesta disputa, ele fez o seu trabalho de doutor em teologia, no qual assumiu o seu papel de “guardião incorruptível da verdade”.³⁹⁵

³⁹¹ CALVET, op. cit., p. 304.

³⁹² LAVISSEE, op. cit., p. 111.

³⁹³ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 89-90.

³⁹⁴ Cf. CALVET, op. cit., p. 295.

³⁹⁵ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 69. Ver DUSSALT, op. cit., p. 11.

Nos últimos anos de sua vida, uma grande preocupação tomou conta de Bossuet. Ele percebia que a grandeza da França era ilusória e que a sociedade francesa estava se desagregando. As grandes tarefas em que ele se empenhou fracassaram ou foram novamente colocadas em xeque. Como nos afirma Calvet, “os libertinos, que ele acreditou reduzir ao silêncio, são mais numerosos que nunca e eles têm a pretensão nova de apoiar sua incredulidade sobre a ciência”.³⁹⁶

Em meio a essas discussões penosas, sentindo que sua morte estava muito próxima, sem abandonar a polêmica, Bossuet passou a se dedicar mais à poesia que nele estava contida até este momento. Essa poesia se difundia em suas cartas de direção, como também em suas obras de piedade, entre elas as *Meditations sur l'Évangile*, de 1695, as *Elevations sur les mystères*, do mesmo ano, e a *Preparation à la mort*.³⁹⁷

Como vimos, Bossuet não admitia nem tolerava a dúvida, a inquietude e a busca de novas verdades. A qualquer sinal destas tendências ao seu redor, sua impaciência era tanta que imediatamente todo o seu raciocínio e sua doutrina se prontificavam para a “guerra”, como um exército pronto para a batalha.³⁹⁸ Neste sentido, Bossuet conquistou a antipatia de todos aqueles que carregavam consigo o desejo de mudança. Segundo Sainte-Beuve,

Havia muitas coisas que ele não gostava, que ele não entendia ou (...) as quais ele não queria entender. Os espíritos curiosos e livres, os espíritos delicados e distintos são inclinados a não gostar de Bossuet, eles têm suas razões por esta antipatia. (...) Os filósofos de seu lado, os amadores de idéias novas e os pesquisadores de verdades não perdoam em Bossuet sua imobilidade estável e imperiosa, seu *veto* contra tudo o que se tentava fazer, seja ao cristianismo, seja ao espírito filosófico...³⁹⁹

³⁹⁶ CALVET, op. cit., p. 294.

³⁹⁷ Cf. Ibid., p. 295.

³⁹⁸ Cf. SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 101.

³⁹⁹ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 101-103.

A este respeito, Lavissee é ainda mais duro em seu julgamento sobre Bossuet. Para Lavissee,

Bossuet é o exato representante de um século que acreditou que da união da antiguidade profana com a antiguidade sagrada encontraria ‘o imóvel sustentáculo’ de todas as coisas. Ele é um pregador da imobilidade. Ele vê bem que o espírito continua a mover-se, ele o vê muito claramente. As conseqüências certas do protestantismo e da filosofia cartesiana lhe são odiosas. Ele detesta todo o futuro. Ele nos amaldiçoa por avanço. Por isto nos é estranho e distante. Ele não tem nada a nos ensinar, ele que nada inventou e não quis que se inventasse nada. Bossuet não está de forma alguma na circulação dos espíritos. É, como Versalles, um monumento colossal, símbolo de uma época, e toda repleta de objetos grandes e raros, mas inabitável, que é preciso que se remova para ir visitá-lo.⁴⁰⁰

Oriundo de uma família de magistrados ligados à corte e fiéis às tradições galicanas, Bossuet sempre se prontificou “a exaltar a antiguidade e a missão da casa de França”.⁴⁰¹ Tratava com severidade qualquer espécie de rebelião. Ele acreditou na monarquia de direito divino e a defendeu com ardor, expondo sua doutrina justificadora na *Politique*. Ele teve grande preocupação em mostrar quais eram os deveres dos reis, dando-lhes conselhos e advertindo-os. Bossuet, antes de tudo, foi um “teólogo tradicionalista, nutrido da escolástica, familiarizado com os Padres e com os grandes apologistas”, particularmente com Santo Agostinho.⁴⁰² Ele desconfiava da “curiosidade”, do “desejo ardente de inovar”, das causas sem mérito que levam à heresia.⁴⁰³ Como defensor do dogma e guardião da verdade, ele se manteve distante da indulgência casuística e da austeridade jansenista. Reagiu com severi-

⁴⁰⁰ LAVISSEE, op. cit., p. 111.

⁴⁰¹ CHARBONNEL, op. cit., p. 27.

⁴⁰² Cf. Ibid.

⁴⁰³ Cf. Ibid.

dade contra o ousado misticismo de Fénelon. Foi com grande contentamento que aplaudiu a revogação do Edito de Nantes, em 1685. Para Bossuet, o poder civil, oficial, tinha o direito de lutar contra os elementos de discórdia, porém, que esta luta fosse tratada por meio da moderação e não da violência. Em suas cartas e nas *Instructions pastorales* de 1700, recomendou veementemente “a moderação, a doçura, a evangélica persuasão, armas mais eficazes que a violência”.⁴⁰⁴ Bossuet empreendeu uma dura crítica contra qualquer espécie de liberdade de pensamento, denominada por ele “libertinagem”. Se ele tomou tal atitude em pleno despertar do espinosismo é porque ele percebia que qualquer concessão doutrinal significaria uma ameaça à ortodoxia.⁴⁰⁵

Autoridade e submissão

Intelectual engajado na defesa da verdadeira fé, segundo a sua própria crença, Bossuet encarnou o espírito do paladino da Contrarreforma, advertindo, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, que, quando os reis violam as leis da religião, abrem uma brecha para que os súditos violem as leis do Estado. Ao violarem a autoridade da religião, os reis destroem a única força que pode conter os povos e atuar como o “freio necessário”. Agindo assim, eles tornam violável a sua própria autoridade. Os súditos engrossam as fileiras dos rebeldes e insubmissos, e com isso, reis e súditos sofrem o castigo celeste. Deus se retira do meio deles e os abandona à própria sorte, em meio a guerras civis desencadeadas por eles mesmos, como consequência da revolta que lhes toma o espírito:

... a majestade dos reis da Inglaterra se teria conservado mais inviolável, se, satisfeita dos seus direitos sagrados, não pretendesse chamar a si os direitos e a autoridade da Igreja. Nada, pois, conteve a violência dos espíritos fecundos em erros, e Deus para punir a irreligiosa inconstância desse povo, o abandonou na intemperança

⁴⁰⁴ Cf. CHARBONNEL, op. cit., p. 27.

⁴⁰⁵ Cf. Ibid., p. 28.

de sua louca curiosidade, de sorte que a veemência de suas questões insensatas e a sua religião arbitrária tornaram-se as mais funestas de suas enfermidades. Não é para admirar que perderam o respeito da majestade e das leis, e se tornaram sediciosos, rebeldes e obstinados. Enfraquece-se a religião quando se lhe tira a imutabilidade, e suprime-lhe a força que só é capaz de conter os povos. Eles têm no fundo do coração um não sei quê de inquieto, que se revolta desde que se lhe tira o freio necessário, e nada mais deles se pode esperar, quando lhes é permitido ser os senhores da própria religião. Daí provém esse pretensioso reino do Cristo, até então desconhecido do cristianismo, destinado a aniquilar toda a realeza e a igualar todos os homens, sonho sedicioso dos independentes e a sua quimera ímpia e sacrílega: tanto é verdade que tudo se transforma em revoltas e em idéias incendiárias quando é aniquilada a autoridade da religião! (...) o próprio Deus ameaça se retirar do meio dos povos que alteram a religião por ele estabelecida, e de entregá-los aos horrores das guerras civis. Escutai como ele fala pelos lábios do profeta Zacarias: ‘A sua alma, diz o Senhor, alterou-se para mim’ quando tantas vezes mudaram a religião, ‘e disse-lhes: Não mais serei o vosso pastor’, isto é, vos abandonarei às vossas próprias forças e ao vosso cruel destino. Escutai o que segue: ‘pereça aquele que deve morrer; seja suprimido aquele que deve ser suprimido.’ E estas palavras: ‘aqueles que ficarem, devorem-se uns aos outros. Oh profecia incontestável e perfeitamente realizada!’⁴⁰⁶

Ao afirmar que o protestantismo “igualar todos os homens” e “suprime a realeza”, Bossuet está revelando que, para ele, é a religião católica que faz com que os seus fiéis aceitem que os reis sejam superiores a eles e que por isso lhes devam obediência. No entanto, para Bossuet, com a violação da religião católica, os fiéis passam a se julgar como iguais aos reis e a contestar o seu poder.

⁴⁰⁶ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 51-52.

Levando-se em conta as próprias palavras de Bossuet, é possível perceber, então, qual é o elemento que, em seu entendimento, está presente na doutrina católica e se encontra ausente na doutrina protestante, e que fortalece o poder político? Como Bossuet tencionava demonstrar, a submissão é o aspecto do catolicismo que faz com que os seus fiéis se portem com tanta passividade e doçura diante dos acontecimentos, chegando a ponto de aceitarem as leis soberanas sem as contestar. A doutrina protestante banuiu este princípio elementar que garantia a dita salvação pública.

Bossuet escreveu a *Oraison funèbre de Henriette-Marie* num contexto turbulento, em que os monarcas absolutistas da Europa Ocidental assistiram, aterrorizados, à Revolução Inglesa de 1640 e a toda a sequência de episódios que debilitaram a monarquia absolutista inglesa, que foi refundada em novas bases de sustentação política. Como esta Revolução foi liderada por puritanos, Bossuet percebia o perigo que o protestantismo representava às monarquias absolutistas. Nesse sentido, Bossuet empreendeu uma severa crítica a esta doutrina.

Os ataques de Bossuet aos calvinistas deveram-se ao fato destes terem adotado a teoria da resistência pela força às perseguições advindas do poder constituído. Os calvinistas afirmavam que a sua religião era a verdadeira, e que Deus consentia em que eles se rebelassem contra o poder constituído sempre que os perseguisse.⁴⁰⁷ É claro que esta atitude dos calvinistas oferecia uma ameaça ao absolutismo, pois lhes assegurava o direito de contestar as ordens do monarca. Desta forma, representava um perigo não somente para a Inglaterra, mas, sobretudo, para a França, e esta era a principal preocupação de Bossuet.

Até meados do século XVI, tanto Lutero quanto Calvino, defendiam a teoria da não-resistência ao poder constituído. Afirmavam, baseados em São Paulo, que, todo o poder constituído vinha de Deus, e que contestar o poder do governante era incorrer em pecado. Lutero e Calvino defendiam, ainda, que os súditos deviam obediência passiva, mesmo quando se tratasse de

⁴⁰⁷ Cf. SKINNER, 1999, op. cit., p. 467-512.

um tirano. Apenas após 1550, diante dos ataques cada vez mais intensos que os protestantes passaram a sofrer por parte dos governantes católicos, é que alguns teóricos radicais, luteranos e calvinistas, começaram a conceber uma teoria oposta, ou seja, a teoria da resistência constitucional.⁴⁰⁸ Conforme percebe Skinner, John Knox, John Ponet e Christopher Goodman, os mais revolucionários líderes de movimentos contra a monarquia na Escócia e na Inglaterra, reverteram “a mais fundamental de todas as teses do pensamento político reformador ortodoxo”. Estes líderes revolucionários protestantes “não dizem mais aos fiéis que serão condenados à danação eterna se resistirem às autoridades constituídas, mas, pelo contrário, que serão condenados se não o fizerem...”.⁴⁰⁹

Tal teoria serviu para justificar a resistência dos protestantes diante da perseguição dos governantes católicos. Ela se encontrava bem elaborada e difundida no século XVII, no contexto da Revolução Inglesa. Afinal, de onde os puritanos ingleses buscaram o fundamento para resistir, usurpar o trono e até decapitar o rei Carlos I, em 1649? Conforme observa Christopher Hill, os homens não rejeitam o passado irrefletidamente, para isto, eles necessitam apoiar-se em um conjunto de ideias que lhes ofereça outra alternativa para os padrões aceitos convencionalmente. “O puritanismo é o mais óbvio desses corpos de ideias: era permitido desafiar o rei da Inglaterra quando se estava obedecendo às ordens do Rei dos reis”.⁴¹⁰ Para C. Hill, “a Bíblia de Genebra, com suas notas marginais extremamente politizadas, esteve bem perto de se converter (...) num manual revolucionário”.⁴¹¹ Não é difícil imaginar o que o ato da decapitação de Carlos I representou naquela época, não somente para os ingleses, mas para todas as nações governadas por monarcas absolutistas: um rude golpe

⁴⁰⁸ A respeito da concepção, desenvolvimento e prática da teoria da resistência constitucional, ver a discussão de SKINNER, p. 465-616.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 512.

⁴¹⁰ HILL, *op. cit.*, p. 13.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 8.

no poder efetivo dos príncipes, além de um recuo das dimensões simbólicas do absolutismo.

A questão protestante sempre incomodou Bossuet. Dezenove anos após ter escrito e pronunciado a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, eclodiu a segunda Revolução Inglesa de 1688-1689 – que na verdade foi um desfecho da Revolução de 1640 – a qual representou “o triunfo da monarquia *contratual* e do parlamentarismo sobre o direito divino e o absolutismo. E, ainda mais, o do protestantismo perseguido e ameaçado sobre o catolicismo perseguidor”.⁴¹² Os indignados e rancorosos protestantes franceses, refugiados fora da França, desde a revogação do Edito de Nantes, em 1685, difundiam, por todos os lugares onde tinham influência, o elogio à regeneração da Inglaterra e ao mesmo tempo justificavam o ato de 1688-1689, dizendo que “a revolta dos ingleses contra seu rei papista não era menos legítima do que a dos protestantes franceses contra o tirano Luís XIV”.⁴¹³

Após a Revogação do Edito de Nantes, de 1686 a 1689 o pastor Pierre Jurieu, refugiado na Holanda, deu um depoimento ameaçador aos olhos da ortodoxia. Ele publicou suas *Lettres pastorales adressés aux fidèles de France que gémissent sous la captivité de Babylone*. No ano de 1689, particularmente, publicou “as cartas que sustentam a legitimidade do direito de resistência ativa”.⁴¹⁴ O grande objetivo de Jurieu era ao mesmo tempo exaltar o ato dos protestantes ingleses e, por outro, condenar com severas críticas o absolutismo de Luís XIV.⁴¹⁵ Jurieu defendia a teoria do contrato que limita o poder real e deposita a soberania no povo. Para Jurieu, se o monarca violasse as cláusulas do contrato, o povo tinha o direito de lhe resistir. Lembremos que esta ideia tinha sido defendida pelos monarcômacos do século XVI contra Henrique IV, porém, estava sendo adaptada ao tempo do autor. Recordemos ainda que

⁴¹² CHEVALLIER, Jean J. *Pensamento político*. Tomo 2. O declínio do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, p. 13.

⁴¹³ Cf. *Ibid.*

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 14.

⁴¹⁵ Cf. *Ibid.*

o povo, para Jurieu, não significava a multidão, mas os grandes que os representavam: os Estados, os Parlamentos, as cidades. O mais grave era que em suas cartas de 1689 Jurieu enfatizava que, o importante não era saber se a Inglaterra teve ou não razão, pois “a necessidade absoluta que encontrava a Inglaterra de preservar o protestantismo bastava para justificar a expulsão do seu rei”.⁴¹⁶ Bossuet que sempre fora um grande defensor da ortodoxia, frente à ameaça desta pela heterodoxia, mostrou-se logo um “Bossuet anti-Jurieu”.⁴¹⁷ Compreende-se então a sua amarga lamentação quando, em dezembro de 1688, disse: “não faço outra coisa senão prantear o infortúnio da Inglaterra”.⁴¹⁸ Em 1690, Bossuet censurou as ideias de Jurieu em seu *Cinquième avertissement aux protestants*.⁴¹⁹

Bossuet foi um dos mais convictos defensores da autoridade soberana. A não ser em casos puramente teóricos, nenhuma revolta era legítima aos olhos de Bossuet. Esta ideia foi muito bem defendida em sua controvérsia com Jurieu, em 1690.⁴²⁰ Em sua concepção, a autoridade real possui quatro características: ela é sagrada, os reis são os representantes de Deus na Terra; paternal, semelhante às teses defendidas por Filmer, na Inglaterra; absoluta, sem que isto signifique poder arbitrário; e submissa à razão, jamais o príncipe deve agir de acordo com seus caprichos, paixões, mas sim com a razão.⁴²¹

Assim como os juristas galicanos, Bossuet defendeu a independência do soberano perante as pretensões do papado. Este é um problema que existia anteriormente ao século XVI. Aliás, como percebe Le Brun, “os problemas da obediência, do tiranicídio, dos limites do poder, continuam para Bossuet particularmente atuais”.⁴²² Isto é bem perceptível nas posições por ele tomadas

⁴¹⁶ Ibid., p. 15.

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Cf. Ibid., p. 14.

⁴²⁰ Cf. LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXVIII.

⁴²¹ TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 132-133.

⁴²² LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXVIII.

perante as querelas galicanas.⁴²³ Bossuet era um galicano “por tradição de família, por instinto, por formação doutrinária”.⁴²⁴ Ele tinha a mesma concepção de Luís XIV a respeito do galicanismo. No entanto, “Bossuet era um galicano muito moderado”.⁴²⁵ Na Assembleia de 1682, os quatro artigos que redigiu foram “os mais romanos que se é possível em uma assembléia anti-romana”.⁴²⁶ Nestes artigos, Bossuet “negou as pretensões do papa sobre o poder temporal”.⁴²⁷ Para ele, os reis não deviam se submeter ao poder eclesiástico. Ele afirmou também que o papa não podia dispensar os súditos da submissão e da obediência e fidelidade para com o seu rei. O cumprimento da doutrina era necessário, haja vista que a tranquilidade pública decorrente de seu cumprimento gerava vantagem não somente para o Estado, mas também para a Igreja.⁴²⁸

A teoria da submissão formulada por Bossuet pode não ter sido original, porém, foi bem coerente. Assim como Hobbes, para Bossuet “a última palavra da política consiste na submissão ao poder...”.⁴²⁹ É bom lembrar que esses dois grandes defensores do absolutismo chegaram a essa conclusão comum por caminhos diferentes: “individualismo laico e utilitarismo em Hobbes; respeito pela tradição e entrega à Providência em Bossuet”.⁴³⁰ Desta forma, aqueles que defenderam que o pensamento de Bossuet foi influenciado por Hobbes cometeram um grande exagero, pois “o absolutismo de Hobbes e de Bossuet são de essência profundamente diversa”.⁴³¹ Para Bossuet, as confusões são permitidas pela Providência divina. A autoridade absoluta dos reis como também

⁴²³ Cf. *Ibid.*

⁴²⁴ TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 133.

⁴²⁵ *Ibid.*

⁴²⁶ *Ibid.*

⁴²⁷ *Ibid.*

⁴²⁸ Cf. *Ibid.*

⁴²⁹ *Ibid.*

⁴³⁰ *Ibid.*

⁴³¹ *Ibid.*, p. 133.

a obediência que os súditos lhes devem são fundadas pela Providência.⁴³²

A doutrina de Bossuet bania todo e qualquer tipo de insurreiçãõ.⁴³³ Isto se torna compreensível se levarmos em conta que o século XVII foi marcado por diversas insurreições. Um dos motivos das revoltas foi o aumento da taxa tributária. No início do século, na menoridade de Luís XIII, em que a França era governada por Richelieu, este, na defesa da independência da França, diante da tentativa de hegemonia dos Habsburgos, em busca de recursos para manter as guerras, recorria ao aumento dos impostos, num momento de crise econômica e de fome, gerada pelas más colheitas. Isto fazia com que ocorressem inúmeras insurreições. Contava-se entre os insurretos, camponeses, trabalhadores das cidades, burgueses e nobres. O fato é que o aumento dos impostos afetava a todos.⁴³⁴

Havia ocasiões em que todos os opositores do rei uniam-se para lutar contra ele e seus fiéis servidores. Após más colheitas, guerras, opressão gerada pela carga tributária, das intrigas feitas pelos estrangeiros junto aos príncipes de sangue – estes se juntavam aos estrangeiros e lutavam contra o seu próprio rei –, e na menoridade dos reis, havia uma alteração no espírito nacional. Nestes momentos os reis ficavam muito frágeis e somente conseguiam resistir às revoltas devido a alguns devotados e fiéis militares que conservavam algumas tropas.⁴³⁵

Na menoridade de Luís XIV, assim como na de Luís XIII, a população agia como se, com a morte do rei, não devesse nenhuma obrigação e respeito para com o rei infante que o sucedera no trono. Era como que, com este fato, fossem rompidos os laços

⁴³² Cf. LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. VIII.

⁴³³ Cf. TRUCHET, Jacques (org). *Politique de Bossuet*. Paris: Armand Colin, 1966, p. 272.

⁴³⁴ Cf. ANDERSON, op. cit., p. 95-98, 102-103; MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 189-194; CORVISIER, 1976, op. cit., p. 130-131, 190-195, 208.

⁴³⁵ Ver: CORVISIER, 1976, op. cit., p. 195-196; ANDERSON, op. cit., p. 95-96; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 194-195.

políticos entre eles. Na compreensão do povo, neste momento, deixava de existir o Estado e a lei.⁴³⁶

Os Grandes, parentes do rei e os príncipes de sangue, lutavam por poder político, entrando em choque com a monarquia absolutista.⁴³⁷ Na maioria das vezes, os senhores incitavam os camponeses contra os coletores de impostos. Isto porque existia entre senhores e camponeses um laço de fidelidade que os unia. Desta forma, muitas vezes os camponeses apenas seguiram os seus senhores.

Foi o que ocorreu na Fronda, 1648-1653 – período da menoridade de Luís XIV, quando a França era governada por Mazarino – em que camponeses engrossaram as fileiras de seus senhores contra o exército real. Como afirma Perry Anderson, “em certos aspectos, a Fronda pode ser considerada como uma alta ‘crista’ da onda prolongada de revoltas populares, na qual, por um breve espaço de tempo, setores da alta nobreza, da magistratura detentora de cargos e da burguesia municipal lançaram mão do descontentamento das massas para seus próprios fins, contra o Estado Absolutista”.⁴³⁸

Segundo Henri Sée, por um instante, os progressos da doutrina do absolutismo foram interrompidos pela Fronda, “os panfletários elevam-se contra a Razão de Estado, pronunciam-se pelos direitos dos Estados Gerais e dos Parlamentos. Claude Joly invoca as leis fundamentais, coloca-se em defesa da liberdade individual”.⁴³⁹

O fortalecimento do Estado absolutista se deu concomitantemente à perda de direitos e autonomia local da aristocracia. Essa classe descontente lutou muito contra o Estado. A aristocracia aproveitava-se do descontentamento de outras classes, como a

⁴³⁶ Cf. CORVISIER, 1976, op. cit., p. 190-191, 211; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 194.

⁴³⁷ Ver CORVISIER, 1976, op. cit., p. 192; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 190.

⁴³⁸ ANDERSON, op. cit., p. 97-98. Quanto a este ponto ver a convergência de opiniões de CORVISIER, 1976, op. cit., p. 196-197; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 192-194.

⁴³⁹ SÉE, op. cit., p. 358.

burguesia e as massas citadinas e camponesas, para impedir que o Estado absolutista se consolidasse. Mas, como o Estado operava segundo os seus interesses, o conflito entre ambos não foi absoluto tal como o poder do Estado também não o era. Pelo fato de não ser toda a aristocracia, e sim parte dela, a rebelar-se, o Estado pôde sobrepor-se a essas insurreições, esmagando-as, e, conseqüentemente, reforçando o absolutismo.⁴⁴⁰

Após a promulgação do Edito de Nantes, em 1598, os protestantes, extrapolando os direitos concedidos a eles por este Edito, organizaram-se de uma tal forma chegando a formar um Estado protestante dentro do Estado católico. Nos períodos em que Luís XIV precisava de paz interna, em decorrência de estar em guerra com estrangeiros, os protestantes se uniam aos movimentos dos Grandes sublevados contra ele.⁴⁴¹

Portanto, a função do príncipe como o mantenedor da paz, defendida desde o século XII por São Luís, e reforçada na segunda metade do século XVII por Bossuet, tinha como objetivo primordial a conservação do poder. Manter a paz no reino era considerado como um dos sinais de soberania do monarca, uma forma de manter o poder centralizado em sua pessoa. Era por meio desta prerrogativa que ele podia combater todos aqueles que oferecessem ameaça à estabilidade e segurança do reino, como as revoltas das massas, e as guerras da nobreza, no plano interno, como também ameaças exteriores. Isto porque somente o monarca tinha o direito de fazer a guerra para proteger o reino e seus súditos, e com isso promover a paz. Como lembra Jean Barbey, em meados do século XII, São Luís fez o juramento, em sua sagração, de manter a paz, e então criou o delito de porte de armas, reprimiu as guerras privadas no reino, para que todas os recursos nacionais se reunissem em torno de sua pessoa.⁴⁴² Nas palavras desse autor,

⁴⁴⁰ Cf. ANDERSON, op. cit., p. 50-53.

⁴⁴¹ Consulte CORVISIER, 1976, op. cit., p. 191; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 194.

⁴⁴² Cf. BARBEY, op. cit., p. 170-171.

... essas guerras privadas são pouco a pouco interditas pela realeza em nome da paz interna, mas também com o objetivo de proclamar a exclusividade do direito de guerra detido pelo rei (...) este dispõe desse direito de guerra para a defesa do reino (...) na segunda metade do século XV, somente o rei tem o direito de levantar tropas, contingentes feudais ou mercenários, de decretar o último *ban* ou levante em massa dos homens disponíveis, direito tornado exclusivo com o fim das guerras privadas: na ordenança de 1439 o rei reorganiza o exército real. Charles VII interdita ‘todo aquele que, sob pena de incorrer em crime de lesa-majestade, levantar campanhas de gentes de armas, se não tiver licença ou consentimento do rei’.⁴⁴³

A doutrina de Bossuet formou-se a partir de confrontos com problemas concretos. Na verdade, constituiu-se em respostas aos fatos reais que surgiram diante dele. Desde a sua infância e adolescência, sua família sempre mostrou fidelidade absoluta ao rei, e sempre se colocou ao seu serviço. A desordem e a miséria que assolavam a França, causadas pelas perturbações da Fronda, ficaram gravadas na memória de um jovem destinado a defender vigorosamente a soberania indivisível na pessoa do rei. Na *Politique*, ele lembra sempre que esta autoridade deve ser mais reforçada ainda nos períodos de regência, pois, na menoridade dos reis, os grandes do reino, se valendo de sua fraqueza, tentam tomar-lhe o poder.

Como um perspicaz teórico político, Bossuet percebeu que a religião católica era o sustentáculo do poder real; o elemento que tornava os súditos submissos às leis da Igreja, assim como às leis do Estado. A religião levava os súditos a aceitarem o rei como o enviado de Deus para governá-los. Rebelar-se contra ele seria o mesmo que se rebelar contra a Providência. Sob a influência dos autores profanos, em sua *Instrução a Luís XIV*, Bossuet lembra que o rei que ama a Deus “protege em tudo a religião; e protegendo-a reconhece que é a religião que o protege, dado que é o mais

⁴⁴³ Ibid., p. 171.

poderoso motivo de submissão dos povos ao príncipe”.⁴⁴⁴ Assim sendo, para Bossuet, a religião católica faz conter os povos, sendo o melhor e mais eficiente instrumento que os reis possuem para se fazer obedecer. Então, a religião católica leva os seus adeptos a aceitarem que têm que se submeter à autoridade real porque é esta a vontade de Deus, e que isto é natural.

Unidade

Para Bossuet, todas as calamidades da Inglaterra foram causadas pela “separação e a revolta contra a autoridade da Igreja”. Neste sentido, a restauração da unidade católica seria, em seu entendimento, a única forma de pôr termo às guerras civis na Inglaterra. Segundo ele, “outro não pode ser o remédio a não ser o retorno à unidade e à antiga submissão”.⁴⁴⁵ Ele constata que todas as provações pelas quais a Inglaterra passou foi o exemplo providencial de Deus que se manifestou entre os homens, para mostrar o que acontece quando a heresia toma o lugar da autoridade. A heresia é fatal à religião e a qualquer autoridade legítima.

Isto porque a unidade da Igreja fortalece a unidade do poder político. Ao proteger os católicos perseguidos e converter os hereges ao catolicismo, a rainha estava, ao mesmo tempo, servindo a Deus e ao Estado. Segundo Bossuet, “quando, pois, essa piedosa princesa servia à Igreja, pensava ela servir ao Estado, pensava ela dar súditos ao rei, conservando a Deus os fiéis”.⁴⁴⁶

O maior desejo de Bossuet foi a unidade religiosa da França, perdida para sempre nas devastações mútuas das guerras de religião. Com este objetivo ele lutou com todas as armas que possuía. Diante dos ataques que a doutrina católica recebia por parte dos protestantes, Bossuet recorria ao seu talento oratório e literário não somente para defendê-la, mas visando ainda à conversão dos protestantes. A defesa da unidade cristã foi colocada por Bossuet no primeiro plano de suas preocupações. Desta forma, o autor

⁴⁴⁴ BOSSUET, In: LUÍS XIV, op. cit., p. 119.

⁴⁴⁵ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 52-53.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 52.

publicou diversos escritos em que defendia a doutrina católica e criticava a heresia protestante.⁴⁴⁷ É importante termos em mente que Bossuet não foi o único a almejar a unidade religiosa em seu tempo. Aliás, este era o desejo de um número considerável de pensadores tanto católicos como protestantes.⁴⁴⁸ Como constata Gaquère, na metade do século XVII reinava “na Europa luterana, Suécia, Dinamarca, Holanda, Alemanha, uma aspiração geral à unidade cristã, à uma reunião das confissões protestantes entre elas, à sua reunião” com a “Igreja católica. (...) esta nostalgia de unidade era comum aos calvinistas e aos luteranos”.⁴⁴⁹

Com o objetivo de realizar a unificação das Igrejas, convertendo os protestantes, Bossuet imaginou que o melhor meio para isto era a moderação. Desse modo, mostrava-se moderado em suas pregações.⁴⁵⁰ No entanto, no final de 1654, o pastor Paul Ferry publicou o seu *Catéchisme general de la réformation*, no qual apontava os erros da Igreja Católica, como também mostrava-se um grande defensor da Reforma. Conforme assinala Gaquère, Ferry, em tom de provocação, mostrava que a Igreja Católica errou e errava frequentemente. Ferry afirmava que, devido aos erros e abusos existentes na Igreja Católica, houve a necessidade da Reforma para corrigir esses erros e restabelecer a pureza da Igreja pregada e formada por Jesus Cristo e os apóstolos.⁴⁵¹

Em alguns momentos, a moderação de Bossuet deu lugar à agressividade de discursos inflamados para com os reformados. Ele adotou, então, atitudes arrogantes. Em suas cartas e pregações solicitava aos governantes que usassem de autoridade para com os protestantes. O que influenciou Bossuet a adotar essa atitude firme foi que “ele encontrava em seu círculo seus companheiros do Cabido (...) enfurecidos na luta contra a heresia”.⁴⁵² Outro motivo é que “ele era membro ativo da Companhia Secreta

⁴⁴⁷ Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 32.

⁴⁴⁸ Cf. GAQUÈRE, 1966, op. cit., p. 13-36.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 13-14.

⁴⁵⁰ Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 21.

⁴⁵¹ Cf. Ibid., p. 22-23, 37-39.

⁴⁵² Ibid., p. 26.

do Santo Sacramento de Paris (...) e que juntava a suas admiráveis atividades caridosas, a luta contra os protestantes”.⁴⁵³

Em sua *Réfutation*, concluída em 1655, ano seguinte ao *Catéchisme* de Ferry, Bossuet dizia desejar somente iluminar os “inimigos da verdade”.⁴⁵⁴ Nesta obra, ele não tencionava polemizar, mas mostrar a pureza da doutrina católica. Advertia estar preocupado com a salvação das almas e não tinha nada contra a pessoa do ministro.⁴⁵⁵ O que possibilitou Bossuet conciliar em seu espírito duas disposições aparentemente incompatíveis, a amabilidade e o rigor, foi a influência do Padre da Igreja por quem ele tinha maior veneração: Santo Agostinho. Como bem lembra Gaquère, Bossuet

... era impregnado, até a medula, dos princípios de seu grande mestre, seu estimado Santo Agostinho, de quem Bossuet buscava sempre em matéria doutrinal, princípios aplicados nos séculos IV e V pelo bispo de Hipona, em sua luta contra a heresia donatista, princípios adotados pela tradição, e no século XIII por Santo Tomás, segundo os quais a heresia era um crime contra Deus, e um flagelo para as almas; devia ser exterminado, de forma alguma por meios cruéis e inumanos, mas pela amabilidade e persuasão, pela autoridade e pela força, com o auxílio eventual do poder secular.⁴⁵⁶

Bossuet foi acusado pelos protestantes, principalmente pelo pastor Pierre Jurieu, de barbárie. Segundo este, Bossuet aconselhou e aprovou o ato de Luís XIV em recorrer a práticas de perseguições violentas para com eles. Bossuet se defendeu dessas acusações. Para ele, “essas expedições militares, tão conhecidas sob o nome de *missão dragão*”, não eram o melhor meio para resolver a questão.⁴⁵⁷ Como afirma Dussalt, “acostumado a submeter somente às armas da persuasão os irmãos desviados, ‘não

⁴⁵³ Ibid.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 51.

⁴⁵⁵ Cf. Ibid., p. 53-54.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 26.

⁴⁵⁷ DUSSALT, op. cit., p. 12.

podia, dizia ele, resolver olhar as baionetas como instrumentos de conversão”⁴⁵⁸.

Tamanha era a autoridade de Bossuet nas questões de fé que até mesmo os protestantes se inclinavam diante dela. O diálogo de Bossuet e Ferry em busca da reunião das Igrejas durou seis meses. Iniciou-se com a carta de Bossuet a Ferry em 17 de maio de 1666, e terminou com a última carta de Bossuet a Ferry em 28 de outubro do mesmo ano.⁴⁵⁹ De acordo com Dussalt, “o que não deve ser esquecido na história de uma querela teológica, é que Bossuet e Ferry, que eram amigos antes de sua disputa, continuaram a ser após terem escrito um contra o outro: raro exemplo a oferecer aos controversistas de todas as religiões, mas que será mais louvado que imitado...”⁴⁶⁰

O sonho de Bossuet em restaurar a unidade religiosa foi frustrado, pois, devido às interferências do monarca, foi obrigado a “desistir da tarefa, em favor dos oficiais laicos e dos jesuítas”.⁴⁶¹ No entanto, apesar dessa grande decepção, Bossuet jamais desistiu de seu objetivo. Publicou inúmeras obras para retomar o diálogo com os maiores representantes dos protestantes.⁴⁶² Segundo Gaquère, “longe de desencorajar-se, ele iria continuar a servir de todas as suas forças, como de todo o seu talento (...) em colaboração com o governo, com os devotos, à causa da reunião, pela publicação de suas obras eruditas: *L'exposition de la doctrine catholique* [1671], *a Histoire des variations des Eglises protestantes* [1688]”.⁴⁶³

Leibniz, um dos maiores representantes do protestantismo, também trocou correspondência com ele. Bossuet retomou uma discussão doutrinal que tinha iniciado com o pastor Paul Ferry. Por meio de sua *Histoire des variations*, Bossuet tentou provar “a necessidade de uma Igreja infalível para manter a unidade e estabelecer, assim, a característica infalível da Igreja romana”.⁴⁶⁴

⁴⁵⁸ DUSSALT, op. cit., p. 12.

⁴⁵⁹ Cf. GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 180-224.

⁴⁶⁰ DUSSALT, op. cit., p. 4.

⁴⁶¹ GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 239-240.

⁴⁶² Cf. Ibid.

⁴⁶³ Ibid.

⁴⁶⁴ CALVET, op. cit., p. 294.

Por um instante o autor acreditou que o maior sonho de sua vida iria se realizar: as Igrejas protestantes e a Igreja romana se uniriam tornando-se uma só.⁴⁶⁵ Conforme constata Calvet,

A Histoire des variations des Eglises protestants, publicada em 1688, é o ato capital de Bossuet nesta longa controvérsia com os protestantes, que foi a grande causa da sua vida. Em seguida de suas conferências com o ministro Claude, ele sentiu que os protestantes estavam de acordo com ele para afirmar a necessidade de uma Igreja, de um elo visível, para assegurar a unidade do rebanho cristão.⁴⁶⁶

De acordo com Dussalt,

Cheio do desejo sincero de reunir pela conciliação os protestantes à Igreja, ele teve uma troca de cartas com o célebre Leibniz sobre esse assunto, tão digno de ocupar esses dois grandes homens. Mas Leibniz, mais tolerante que controversista, e mais filósofo que protestante, tratava esse assunto da religião como ele tratava de uma negociação entre soberanos. Pouco instruído ou pouco tocado do rigor inflexível dos princípios católicos em matérias de fé, ele acreditava que cada uma das partes beligerantes devia fazer à paz alguns sacrifícios e ceder um ponto para obter um outro. Bossuet, inabalável em sua crença, queria, por preliminar, que os protestantes comessem por se submeter a tudo o que o concílio de Trento exigia deles.⁴⁶⁷

Bossuet iniciou seu diálogo com Leibniz em 1691, por meio de cartas, no qual ambos buscavam a reunião das Igrejas e, por sua vez, a unidade religiosa. O diálogo durou dez anos, pois em 1701, diante da desaprovação do papa Clemente XI, deu-se a última tentativa de Bossuet para uma reunião entre os luteranos da Alemanha com a Igreja romana. Todo o trabalho de Bossuet em busca da união entre as Igrejas fracassou.⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ Cf. *Ibid.*

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 301-302.

⁴⁶⁷ DUSSALT, *op. cit.*, p. 12.

⁴⁶⁸ Cf. GAQUÈRE, 1966, *op. cit.*, p. 244, 248-258.

Apesar de seu desejo de restauração da unidade religiosa não ter sido alcançado, “ao menos, ele teve a consolação de obter numerosas e consideráveis conversões individuais”.⁴⁶⁹ Segundo Gaquère, “ele contribuiu para o retorno ao seio da Santa Igreja, não somente de pessoas do mundo (...), mas vários e notáveis pensadores protestantes”. Bossuet sonhava em ir para a Inglaterra “trabalhar para o retorno dos Anglicanos dos quais ele converteu um dos mais ilustres, James Drummond, duque de Perth, tornando-se, desde então seu amigo e confidente”.⁴⁷⁰ Na segunda metade do século XVII, o maior obstáculo para a reunião das Igrejas foram, como salienta Gaquère, o rancor, a desconfiança e o ódio oriundos do “espírito universal de intolerância”.⁴⁷¹

Bossuet sonhou com um governo e uma religião uniformes. Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet defende a ordem e a unidade. Na *Politique* ele diz que “na unidade reside a vida; fora da unidade a morte é certa”.⁴⁷² Bossuet se engajou em diversas controvérsias. Combateu os erros de Fénelon com dureza. Contra o protestantismo fez uma guerra sem trégua. Travou longas e obstinadas batalhas a respeito da questão galicana. Em política, Bossuet instituiu e renovou a defesa da realeza sagrada, expressa pela teoria do direito divino dos reis. Nele, esta doutrina encontrou um grande porta-voz. Bossuet idealizou a unidade em todos os sentidos. “Um Deus, um Cristo, um bispo, um rei, – eis aí bem em seu interior a esfera luminosa onde o pensamento de Bossuet se manifesta e reina. Eis aí seu ideal de mundo”.⁴⁷³ Segundo Lavissee, para Bossuet, Deus

... é a Providência, que vê de toda a eternidade o que foi, o que é, o que será, para que reinem os reis e se sucedam os impérios, todos legítimos visto que ele os quis todos. Ele falou pelos profetas e pela Escritura. Para que o homem cumprisse sua palavra, ele estabeleceu

⁴⁶⁹ GAQUÈRE, 1967, op. cit., p. 240.

⁴⁷⁰ Ibid.

⁴⁷¹ Cf. Ibid., p. 246.

⁴⁷² BOSSUET apud TOUCHARD, v. 3, op. cit., p. 132.

⁴⁷³ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 25.

por uma ordem indubitável, a Igreja ‘única’, ‘universal’, ‘conservada imóvel’ de unidade, ‘nela está a vida’, fora dela ‘a morte é certa’. Tudo isso é o conjunto da idéia cristã simplesmente, mas este conjunto é fortemente ligado no espírito de Bossuet. Ele é a explicação única e suficiente de tudo, da natureza e do sobrenatural, da vida e da morte, da política e da religião.⁴⁷⁴

Bossuet reinou em sua época. Como observa Sainte-Beuve, o bispo de Meaux “foi o homem público das grandes instituições e da ordem estabelecida, logo o órgão, o inspirador, o crítico aceito por todos, ou o conciliador e o árbitro. Ele é naturalmente o homem mais considerável na ordem católica e galicana...”⁴⁷⁵

Intelectual *engagé*, utilizou-se de todos os seus talentos e funções, como o de orador sacro, preceptor do Delfim e bispo, para combater tudo aquilo que representasse uma ameaça à ordem política e religiosa na França. Para ele, a França e os reis franceses foram os escolhidos por Deus. Sendo assim, tinham que fazer jus a essa posição. Isto se daria pelo combate ferrenho aos elementos negativos que colocavam essa ordem em risco, no caso o protestantismo. Como foi possível perceber, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet tinha vários propósitos, todos eles inter-relacionados. Ele tencionava mostrar aos protestantes os seus erros, convertê-los ou fazer com que se submetessem à Igreja Católica, promovendo, assim, a tão sonhada unidade. A sua influência no ato de revogação do Edito de Nantes tem muito a ver com esses propósitos. Alguns dentre esses objetivos foram alcançados. Bossuet converteu por meio da persuasão alguns protestantes. Mas a unidade não foi alcançada, apesar de Luís XIV ter tentado obtê-la por meios pacíficos. Então, por meio da violência, o rei lançou seus dragões sobre os protestantes e com isso obteve inúmeras conversões à força. Diante de toda a intolerância, em 1685, sob a influência de Bossuet e de Turenne, o Grande-Rei revogou o Edito de Nantes, para a alegria de nosso autor.

Como assinala Mousnier com relação à intolerância religiosa na França católica, no século XVII,

⁴⁷⁴ LAVISSE, op. cit., p. 108.

⁴⁷⁵ SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 77-78.

Luís XIV reencetou as negociações após 1662. Por volta de 1665, elas foram conduzidas por um Conselho oficioso em que figuravam Turenne e Bossuet. Bossuet publicou sua *Exposição de Fé Católica* (1671), ‘a obra-prima da Contra-Reforma’. Turenne propunha conquistar 50 pastores, entabular conferências com eles, obter explicações do Papa e revogar o Editto de Nantes que se tornaria inútil. (...) Desde 1681, o intendente de Marillac, em Poitou, obteve autorização para aboletar dragões entre os habitantes. (...) Em 1685, o processo generalizou-se. Hospedeiros arruinados pelas exigências dos soldados, injuriados e surrados quando recusavam ouvir os capuchinhos, mulheres arrastadas pelos cabelos, torturas dos pés aquecidos ao fogo, privação de sono, violações, constituíam as façanhas das tropas. Os protestantes converteram-se em massa. O Editto de Nantes pareceu doravante sem objeto e foi abolido a 18 de outubro de 1685 pelo Editto de Fontainebleau.⁴⁷⁶

A respeito da alegria de Bossuet com a Revogação do Editto de Nantes, ressalta Marcos Lopes,

Bossuet sonhou com uma França próspera e feliz, com um reino no qual imperasse, sobretudo a paz, e cujos reis fossem figuras inspiradas por Deus. (...) Bossuet vai ao ponto de traçar um destino messiânico para a França, o único reino de toda a cristandade que abraçou a religião verdadeira guiada por seus reis (...) o pensamento político de Bossuet está carregado pelo espírito de religiosidade católica do século XVII. Nesse sentido, seu príncipe não é apenas o fundamento da autoridade no reino, mas a força que fará vitoriosa a religião do salvador, o que o levou a considerar a Revogação do Editto de Nantes por Luís XIV como ‘um belo monumento da piedade do rei’, e a comparar o soberano a um novo Constantino.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 294.

⁴⁷⁷ LOPES, 1997, op. cit., p. 152-153.

No entanto, não demorou muito para que Bossuet percebesse o infortúnio deste ato. Pois, com a revogação do Edito de Nantes, os calvinistas foram expulsos da França, levando consigo seus capitais. Este episódio, somando-se à guerra que Luís XIV já havia desencadeado com a Holanda, em 1672, precipitou a França numa aguda crise social, econômica e política.⁴⁷⁸ Além disso, os protestantes emigrados e revoltados uniram-se aos inimigos da França, em todos os lugares que tinham influência, e se tornaram os maiores detratores da monarquia absolutista. Sendo assim, como veremos a seguir, no momento em que Bossuet pronunciou a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, em 1687, o absolutismo monárquico era atacado de todos os lados. E as virtudes mais cultuadas por Bossuet passaram a ser o pacifismo e a humildade do príncipe.



Sagração de São Luís na catedral de Reims, em uma iluminura do século XIII.

Luís IX da França (1214-1270) foi canonizado em 1297 pelo papa Bonifácio VIII. Luís IX é mais conhecido como São Luís.

⁴⁷⁸ Cf. ANDERSON, op. cit., p.102-109; LOPES, 1996, op. cit., p. 36.

Martinho Lutero
Lucas Cranach the Elder (1529)
(Uffizi Gallery, Florença)



Em 1517, Martinho Lutero (1483-1546) pregou suas 95 teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, na atual Alemanha, dando início à Reforma Protestante.

Calvino
Anônimo do século XVI
(Coleção da Biblioteca
de Genebra)



João Calvino (1509-1564) foi o expoente máximo da Reforma Protestante em Genebra.



Henrique VIII
Hans Holbein (1535-1540)
(Galleria Nazionale di Arte Antica, Roma)

Henrique VIII (1491-1547), rei da Inglaterra de 1509 a 1547. Em 1534, ele rompeu definitivamente com a Igreja de Roma. Por meio da publicação do Ato de Supremacia, Henrique VIII criou e estabeleceu as bases de uma Igreja nacional, a nova Igreja anglicana, da qual ele se tornou o chefe supremo.



Concílio de Trento
Tiziano
(Musée du Louvre, Paris)

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé, realizou-se de 1545-1563, sendo interrompido por três vezes devido às Guerras de Religião.



O Massacre de São Bartolomeu
François Dubois (1572-1584)
(Musée cantonal des Beaux-Arts, Lausanne)

O massacre de milhares de protestantes arquitetado por Catarina de Médici, mãe do rei francês Carlos IX, é conhecido como Noite de São Bartolomeu, devido a ter começado na madrugada do dia em que os católicos comemoravam esse santo, 24 de agosto de 1572.



Henrique IV, Rei da França em Armadura
Frans Pourbus the Younger (1610)
(Musée du Louvre, Paris)

Henrique IV (1553-1610) foi rei da França de 1589 a 1610. Ele promulgou o Edito de Nantes em 1598, objetivando restaurar a paz na França, rompida com as Guerras de Religiões.



Luís XIII da França
Philippe de Champaigne (1628)
(Musée du Louvre, Paris)

No quadro, Luís XIII (1601-1643) é coroado pela Vitória no cerco de La Rochelle em 1628. No cerco de La Rochelle (1627-1628), ordenado por Luís XIII e comandado por seu primeiro-ministro, o cardeal de Richelieu, mais de vinte mil protestantes foram mortos.



Cardeal Richelieu
Philippe de Champaigne (1637)
(National Gallery, Londres)

O Cardeal Richelieu (1585 -1642) foi primeiro-ministro de Luís XIII, de 1628 a 1642.



Retrato de Ana d'Áustria
Peter Paul Rubens (1622)
(Musée du Louvre, Paris)

Ana de Áustria (1601-1666) foi regente da França de 1643, ano da morte de Luís XIII, a 1661, ano em que inicia o reinado pessoal de seu filho Luís XIV.



Retrato do Cardeal Mazarino
Pierre Mignard (1658-1660)
(Museo Condé, Chantilly)

O Cardeal Mazarino foi primeiro-ministro da França, governou durante a regência da Rainha-Mãe, Ana d'Áustria, de 1643 a janeiro de 1661, ano de sua morte. Na corte francesa, durante a Fronde, corria o boato de que Mazarino era o verdadeiro pai de Luís XIV, pois Luís XIII preferia os homens às mulheres. Além disso, Luís XIV, o primeiro filho de Luís XIII com Ana d'Áustria, nasceu após 22 anos do casamento. Fato curioso: o estadista italiano Mazarino residia na corte francesa, já que trabalhava junto ao rei Luís XIII.



Luís XIV menino
Philippe de Champagne (1646)

Quando Luís XIII morreu, em 1643, Luís XIV não havia completado os cinco anos de idade. Nesta imagem, ele é retratado em traje romano, aos oito anos de idade.



*Episódio da Fronda no Faubourg Saint-Antoine,
perto das muralhas da Bastilha
Pintura anônima (1648)*

Para bancar a guerra da França contra a Espanha, Mazarino aumentou os impostos. Os nobres do Parlamento e a burguesia utilizaram-se desse ato do primeiro-ministro para incitar os trabalhadores parisienses e os camponeses contra o governo. Desse modo, ocorreu a Fronda (1648-1653), uma guerra civil que representou uma séria ameaça ao poder real francês.

No primeiro ano da Fronda, Luís XIV tinha dez anos de idade. Ele é retratado com trajes da sagração, representando que já era rei mesmo antes das cerimônias da Coroação e da Sagração, devido à hereditariedade.



Retrato de Luís XIV
Henri Testelin (1648)
(Chateau de Versailles)



Retrato de Luís XIV, Júpiter Conquistando a Fronda
Charles Poerson (1655)
(Palácio de Versalles)

Devido à Fronde, em 1651 Luís XIV foi declarado maior de idade. Em 1654 foi coroado na catedral de Reims. Na imagem, ele é retratado como Júpiter, o Deus do Olimpo, esmagando a Fronde.

A imagem do príncipe nas orações fúnebres de Bossuet



*Casamento de Luís XIV e Maria Teresa da Áustria
na Igreja de St.-Jean-de-Luz, 9 de junho de 1660
Jacques Laumosnier (século XVII)
(Musée de Tessé, Mans)*

Objetivando firmar a Paz dos Pirineus (1659), estabelecida ao final da guerra com a Espanha, Luís XIV casou-se com a prima-irmã Maria Teresa da Áustria no ano seguinte.



Luís XIV
Charles Le Brun (1662)
(Hotel dos Inválidos, Paris)

A pintura retrata Luís XIV no início de seu reinado pessoal (1661-1715).

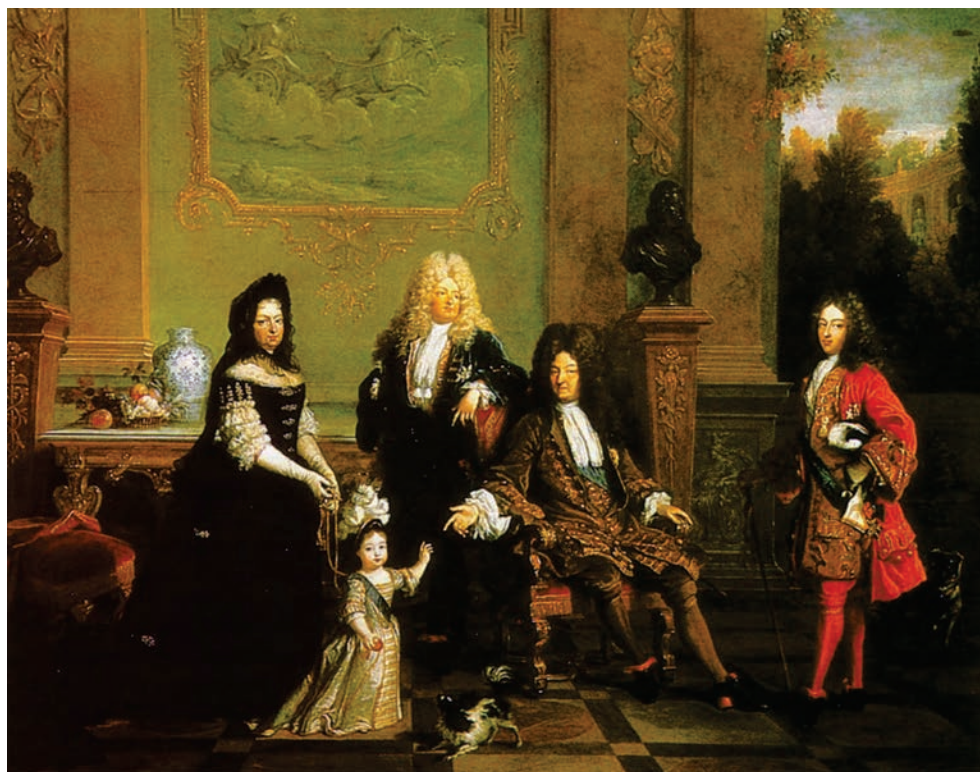


Retrato de Luís XIV
Claude Lefebvre (1670)
(Coleções do Castelo de Versalhes)



Luís XIV perante Maestricht
Pierre Mignard (1672)

Luís XIV, vestido a caráter romano, coroado pela Vitória diante de uma vila da cidade de Maestricht, na Guerra Franco-Holandesa (1672-1678).



Luís XIV com a família real
Pintura atribuída a Nicolas de Largillière (1710)

À esquerda de Luís XIV (que está sentado): o neto (Duque de Borgonha); à sua direita: o filho (o Grande Delfim), o bisneto (Duque de Anjou), futuro Luís XV, e sua segunda esposa Françoise, Madame de Maintenon, antiga amante com quem se casou alguns meses após a morte da rainha Maria Teresa, em 1683. É bom lembrar que o filho de Luís XIV faleceu em 1711, o neto em 1712, por isso Luís XIV foi sucedido pelo bisneto.



*Retrato de Louis II de Bourbon dito O Grand Condé
Van Egmont Justus*

Luís de Bourbon, príncipe de Condé (1621-1686) era primo de Luís XIV.



Carlos I da Inglaterra e Henriette da França
Anthony Van Dyck (1632)
(Palazzo Pitti, Florença)

Henriette Marie (1609-1669), filha de Henrique IV da França, portanto, irmã do rei francês Luís XIII e tia de Luís XIV, casou-se com Carlos I (1600-1649), da Inglaterra, em 1625.



Henriette Marie da França, Rainha-Consorte da Inglaterra
Anthony Van Dyck (1636)
(San Diego Museum of Arte, Califórnia)



Cinco filhos mais velhos de Carlos I
Anthony Van Dyck (1637)

Da esquerda para a direita: Maria, Jaime, Carlos, Isabel e Ana.



Execução de Carlos I (1649)
(National Galleries of Scotland)

Ao final da Guerra Civil Inglesa, Carlos I foi preso pelo Parlamento inglês, julgado e condenado por traição no final de 1648, sendo decapitado publicamente em 1649.



Retrato de Oliver Cromwell
Robert Walker (1649)
(National Portrait Gallery, Londres)

O puritano Oliver Cromwell (1599-1658) era membro do Parlamento da Inglaterra. Na Guerra Civil Inglesa (1642-1649), liderou o exército do Parlamento, o New Model Army (Exército de Novo Tipo) contra o exército de Carlos I. De 1653 a 1658, Cromwell foi Lorde Protetor da República da Inglaterra, Escócia e Irlanda.

A imagem do príncipe nas orações fúnebres de Bossuet



Retrato de Nicolau Maquiavel
Santi di Tito (Segunda metade do século XVI)
Pallazzo Vecchio, Florença

O italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreveu *O príncipe* em 1513. No movimento da Contrarreforma, na segunda metade do século XVI, em 1564, o Concílio de Trento incluiu esta obra no Índice de Livros Proibidos aos cristãos. Por isso, um século depois, mesmo criticando as ideias de Maquiavel em seus textos, Bossuet jamais citou o nome do secretário florentino.

Pierre Jurieu
Jacob Gole (1700)



Pierre Jurieu (1637-1713), pastor protestante e panfletário francês, polemizou com Bossuet de 1686 a 1691.

Gottfried Wilhelm Leibniz
Kopie nach Andreas
Scheits (1710)
(Museum Herrenhausen
Palace, Hannover)



Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) dialogou por meio de cartas com Bossuet, de 1691 a 1701; ambos buscavam a reunião das Igrejas católica e protestantes e, por sua vez, a unidade religiosa.



Retrato de Bossuet
Hyacinthe Rigaud (1702)
(Musée du Louvre, Paris)

Neste período, Bossuet era bispo de Meaux. O quadro foi pintado dois anos antes de sua morte.

ORAISON FVNEBRE
DE HENRIETTE MARIE
DE FRANCE,
REINE DE LA GRAND' BRETAGNE.

*Prononcée le 16. Novembre 1669. en presene de
MONSIEUR Frere unique du Roi, & de
MADAME, en l'Eglise des Religieuses de Sainte
Marie de Chailiot, où repose le Cœur de sa Ma-
jesté.*

Par MONSIEUR L'ABBE' BOSSUET, nom-
mé à l'Eveché de Condom.



A PARIS,
Chez SEBASTIEN MARE-CRAMOISY,
Imprimeur du Roy, rue S. Jacques,
aux Cicognes.

M DC. LXIX.

AVEC PRIVILEGE DE SA MAJESTÉ.

Frontispício da Oraison funèbre de Henriette-Marie da France

Pronunciada por Bossuet em 1669.



Frontispício da Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé.

Pronunciada por Bossuet em 1687.

3

Um catecismo para a realeza

Consideramos que a abordagem intertextual é uma perspectiva relevante para explorarmos a especificidade do pensamento político de Bossuet. Neste sentido, para compreendermos a sua concepção acerca de algumas virtudes que a realeza sagrada devia cultivar, estabeleceremos um quadro comparativo entre as suas ideias políticas e as de Luís XIV. Objetivaremos definir a concepção que ambos tinham de que os reis deviam dar bons exemplos, e que buscar satisfazer ao bem público era seu dever prioritário.

O propósito será demonstrar que todas as virtudes que os reis sagrados tinham que apresentar, se bem observadas, convergiam em direção à promoção do bem público pelo monarca, fortalecendo o seu poder. Promover o bem público na concepção de Bossuet significa que o rei deve reinar de acordo com os preceitos de Deus. Deve empregar o seu poder para o bem; respeitar o seu povo.⁴⁷⁹ Buscando perceber as especificidades das ideias políticas de Bossuet em relação às de Luís XIV, procuraremos demonstrar que todas estas imagens só tinham eficácia porque eram um aspecto indissociável do imaginário político do século XVII francês. As fontes aqui analisadas são as obras de Bossuet, *Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé*, a qual foi pronunciada no dia 10 de março de 1687, na igreja de Notre-Dame de Paris,⁴⁸⁰ a *Ins-*

⁴⁷⁹ Cf. BOSSUET, 1967, op. cit., p. 70-71.

⁴⁸⁰ BOSSUET, J. B. *Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé*. In: ____ 1874, op. cit., p. 237. Segundo Louis Moland, as principais orações fúnebres de Bossuet formam o total de sete e foram publicadas enquanto o autor era vivo. Entre elas se encontram as orações fúnebres da rainha Henriette-Marie e a do príncipe de Condé. MOLAND, Louis. Advertência. In:

trução a Luís XIV,⁴⁸¹ concebida em 1675, durante o preceptorado de Bossuet; e *A arte de governar*, de Luís XIV, que integram as suas *Memórias*, redigida no início de seu reinado pessoal, em 1661.⁴⁸² Como lembra Bertrand, Luís XIV, em suas *Memórias*, deixou bem clara a necessidade que sentiu de recorrer à história visando a sua própria instrução, a do filho e de toda a posteridade. Infelizmente, muitos historiadores franceses desprezaram-nas. Nelas expressasse todo o seu pensamento. Constituindo-se, então, em “uma teoria completa do poder monárquico”.⁴⁸³ De acordo com Bertrand,

Luís XIV tomou o cuidado dele próprio redigir suas reflexões ou de fazê-las redigir sob sua vigilância, de vê-las e de anotá-las. (...) É ele mesmo que, de sua própria boca, diante da escrivãzinha de seu gabinete de trabalho nos faz seu curso de monarquia francesa.⁴⁸⁴

As memórias políticas do Grande-Rei, como é retratado pela tradição literária monarquista do século XVIII, constituem-se em documento histórico relevante para uma melhor compreensão de qual era o comportamento ideal que se esperava dos reis, na França, no período de esplendor do absolutismo.

Mas, afinal, o que o rei possui de diferencial para construir a monarquia em bases sólidas e manter o poder em suas mãos? Em sua obra ficcional, *O selvagem da ópera*, Rubem Fonseca nos dá bem esta medida ao afirmar que “qualquer rei, seja o rei dos pigmeus ou o rei dos índios antropófagos, tem uma aura e um poder que impressionam”.⁴⁸⁵ É realmente espantoso o imenso

BOSSUET, 1909, op. cit., p. I-X. A Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé foi publicada em 1689, em uma coletânea de orações fúnebres. Cf. CHARBONNEL, J.-Roger. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Librairie Larousse, s. d. p. 25.

⁴⁸¹ BOSSUET, In: LUÍS XIV, op. cit.

⁴⁸² LUÍS XIV. op. cit.

⁴⁸³ Cf. BERTRAND, Louis. *Louis XIV*. Paris: Arthème Fayard, 1950, p. 281-282.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 282.

⁴⁸⁵ FONSECA, Rubem, O selvagem da ópera. Apud SCHWARCZ, Lilian Moritz. ‘A roupa nova do rei’: reflexões sobre a realeza. In: _____. *As barbas do*

poder simbólico que os reis possuem diante das sociedades políticas que os reconhecem como sua legítima representação. O poder simbólico é o aspecto central para explicar a construção e a conservação de seu poder político. É dessa carga simbólica concentrada em sua pessoa que o rei encontra os elementos para consolidar a sua imagem de personagem semidivino. A realeza francesa do *Ancien Régime* lançou mão da dimensão simbólica por meio de rituais e da teatralização do poder para alicerçar a sua autoridade mística. Como observa Lílian Moritz Schwarcz,

Se qualquer sistema político carrega consigo esse tipo de dimensão, é talvez na monarquia que se concentra, de maneira mais formalizada e evidente, o uso de símbolos e rituais como alicerce do poder. (...) é no período moderno, com o fenômeno dos monarcas absolutistas europeus, e mais especificamente a partir da metade da Idade Média, que se dá ‘forma ao maravilhoso’, com a homogeneização dos rituais que envolvem a realeza. (...) A monarquia se servirá, desse modo, do ritual de maneira oficial e cotidiana. Era por meio do ritual que o rei multiplicava sua imagem, estendia seu poder, impunha sua representação.⁴⁸⁶

De acordo com Schwarcz, somente na monarquia que a força do teatro, o ritual, adquire grande relevância

e que a etiqueta alcança tal importância que realidade e representação confundem-se em um jogo intrincado. Nesse sistema em que o ritual não está só nos costumes, mas consta das próprias leis, e em que a etiqueta não é secundária, porém parte fundamental do sistema, o que é importante é ver o que o monarca vê. É o olhar do rei que faz o milagre, é o consenso em torno de seu poder ritual que ‘veste os nus’.⁴⁸⁷

imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25.

⁴⁸⁶ SCHWARCZ, op. cit., p. 27, 29-30.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 27.

Desde as primeiras civilizações que as sociedades recorrem aos símbolos para comunicar-se com a natureza. De acordo com Rui Bebiano, em *D. João V, Rei-Sol*,

É sabido que a relação simbólica é tão velha como a condição humana – o animal, esse somente reage a um sistema de símbolos – tendo sido a diferenciação com o meio ambiente aquilo que permitiu ao homem primitivo a sua experiência intelectual inicial. (...) A linguagem simbólica, sejam quais forem os veículos físicos que lhe possibilitem o desenvolvimento [gestuais, mímicos, fonéticos, etc.] aparece então como resíduo da nossa comunicação primitiva com a natureza.⁴⁸⁸

Norbert Elias demonstra, em *Sobre o tempo*, que os homens têm uma imensa capacidade de inventar símbolos e de se orientar por meio deles. Portanto, a comunicação humana se dá por intermédio de símbolos. Os homens, de acordo com suas necessidades, criaram instrumentos, como o relógio, para medir o tempo. E isto só foi possível porque os símbolos que estão no mostrador do relógio emitem mensagens que só podem ser compreendidas porque estão inseridas em seu mundo de símbolos. As mensagens transmitidas pelos relógios têm o objetivo de regular o comportamento dos indivíduos e de todo o grupo ao qual eles pertencem.

De acordo com Norbert Elias, “o indivíduo não tem a capacidade de forjar, por si só a noção do tempo”.⁴⁸⁹ Ele vai assimilando aos poucos esta perspectiva, no curso de seu desenvolvimento social, em uma cultura que tem a noção de tempo em seu patrimônio de saber. E a “transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo” é uma contribuição do processo civilizatório.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ BEBIANO, Rui. D. João V, Rei-Sol. In: _____. *Revista de história das idéias*. Lisboa: 1989, p. 111-112.

⁴⁸⁹ ELIAS, Norbert. Introdução. In: _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 14.

⁴⁹⁰ Cf. *ibid.*

Neste sentido, a análise de Norbert Elias auxilia-nos na análise que tentamos empreender neste estudo. As virtudes que, de acordo com Bossuet e Luís XIV, os reis por direito divino deviam cultivar eram imagens que estavam inseridas na simbologia do século XVII. Tais imagens não foram inventadas pelo teórico nem pelo rei. Eram concepções antigas que serviam para orientar o comportamento dos monarcas absolutistas. A força simbólica que as imagens exerciam sobre a vida dos reis se deu através do processo civilizador.

Em *Os reis taumaturgos*, Marc Bloch concluiu que a eficácia do poder de cura dos reis ingleses e franceses dos séculos XII ao XVIII estava inserida na esfera simbólica. O autor chega à conclusão de que “o que criou a fé no milagre foi” a consciência popular “de que ali devia haver um milagre”.⁴⁹¹ Neste sentido, Bossuet e Luís XIV estão inseridos em uma cultura política na qual o elemento que impera é o simbólico.

Quando Mazarino chegou à França, o pequeno Luís “o recebeu como um pai”.⁴⁹² Foi pela influência de Mazarino que Luís XIV aprendeu o *métier royal*. O monarca nunca escondeu a grande estima que tinha por seu educador.⁴⁹³ Os pais de Luís XIV foram negligentes em sua educação, e esta falha repercutiu em sua vida adulta. Saint-Simon, que teceu sérias críticas em relação ao rei, mencionou em vários escritos que Luís XIV “nasceu com um espírito abaixo do medíocre”.⁴⁹⁴ No entanto, era “um espírito capaz de se formar, de se corrigir, de se refinar ...”.⁴⁹⁵

No conjunto das características do Grande-Rei, seus contemporâneos destacaram: bom senso, dignidade, prudência, doçura, bondade, justiça, humanidade, sabedoria, religiosidade e

⁴⁹¹ Cf. BLOCH apud SCHWARCZ, op. cit., p. 28.

⁴⁹² VERLET, P. Luis XIV. In: _____. *Versailles*. Paris, Arthème Fayard, 1961. p. 126. (Coll., *Les grands études historiques*).

⁴⁹³ Cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 127-130.

⁴⁹⁴ SAINT-SIMON apud SAINTE-BEUVE, C. – A. *Quelques figures de l'histoire*. Paris: Éditions Jules Tallandier. 1930. p. 9. A este respeito ver VERLET, op. cit., p. 130.

⁴⁹⁵ SAINT-SIMON, apud SAINTE-BEUVE, 1930, op. cit., p. 9.

amor ao trabalho.⁴⁹⁶ Em relação ao amor deste monarca pelo trabalho, observa Sainte-Beuve, em *Quelques figures de l'histoire*, que “Ele pensava e dizia expressamente a seu filho, que ‘os impérios somente se conservam como eles se formaram, isto é pelo vigor, pela vigilância e pelo trabalho’”.⁴⁹⁷ Na concepção de Luís XIV, o estudo da história era fundamental para um governante. Pois, à luz dos bons exemplos dos reis do passado, com certeza, eles governariam melhor. De acordo com Bertrand, para Luís XIV,

O conhecimento do presente não bastava para o homem que governa: o conhecimento do passado é também indispensável. O Rei deve conhecer a história; — a história política sobretudo, e a história militar: ‘Eu consideraria que o conhecimento desses grandes eventos, digeridos por um espírito sólido, poderiam servir para fortalecer sua razão em todas as deliberações importantes; que os exemplos desses homens ilustres e de suas deliberações singulares que suprimam a antiguidade poderiam ser úteis nos assuntos da guerra ou da paz’.⁴⁹⁸

As memórias políticas de Luís XIV foram concebidas em 1661, quando o monarca iniciou o seu reinado pessoal, e Mazariño tinha assinado no ano anterior o Tratado dos Pirineus, que estabelecia a paz na Europa. Neste momento o absolutismo francês estava em sua fase áurea. Esta obra expressa a autoconfiança de um soberano que se crê o representante de Deus entre os homens.

A *Instrução a Luís XIV* foi escrita por Bossuet durante o seu preceptorado, em 1675, portanto, durante a guerra entre a França e a Holanda. Neste momento, a França estava arruinada economicamente. No momento em que pronunciou a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé*, em 1687, Bossuet era bispo de Meaux. Ele já atingira os sessenta anos e tencionava encer-

⁴⁹⁶ Cf. SAINTE-BEUVE, 1930, op. cit., p. 124-136.

⁴⁹⁷ SAINTE-BEUVE, 1930, op. cit., p. 136.

⁴⁹⁸ BERTRAND, op. cit., p. 285-286.

rar sua carreira oratória com esta obra, dedicando-se apenas às atividades pastorais e às suas controvérsias contra aqueles que se posicionavam contra a ortodoxia. Em 1687, o Edito de Nantes tinha sido revogado por Luís XIV havia dois anos. E este ato que, de imediato causou a satisfação de Bossuet, logo lhe mostrou o quanto tal atitude foi prejudicial ao poder real. Pois, os protestantes expulsos da França tornaram-se inimigos perigosos; eles ofereciam grande ameaça à monarquia absolutista francesa. Segundo constata Touchard, na história das ideias políticas, a Revogação do Edito de Nantes é uma data de fundamental importância: “Ela consuma a derrota dos que sonhavam restaurar a unidade da fé. Ela provoca a perseguição e a imigração dos protestantes franceses” que, em alguns países, constituem-se em “ardentes focos de oposição às teses absolutistas”.⁴⁹⁹

Infelizmente, apesar do tratado de paz de 1660, Luís XIV, imbuído de projetos militares e de uma política expansionista, arrastou a França para uma série de guerras. O rei empreendeu a Guerra da Devolução contra os Países-Baixos, 1667-1668, a guerra com a Holanda, 1672-1678, e em 1681 invadiu Estrasburgo e anexou-a ao território francês. Com isto, os países europeus, sob a liderança dos Habsburgos, se voltaram contra a França. Isto, somado à revolta dos protestantes e à saída de seus capitais do reino, desencadeou uma série de crises nos setores econômico, social e político.

A Guerra da Devolução “desnor-teou a Europa”.⁵⁰⁰ Exce-tuando os franceses, que apoiaram Luís XIV, o restante da Eu-ropa ficou aterrorizado e indignado com as pretensões impe-rialistas do Grande-Rei. Segundo constata Mousnier, para o embaixador imperial Lisola, a política adotada por Luís XIV significava uma ameaça à cristandade. Sendo assim, segundo ele, “era preciso que a Europa se armasse, se unisse ou, então, que aceitasse ser escrava dos franceses”.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ TOUCHARD, v. 4, op. cit., p. 12.

⁵⁰⁰ MOUSNIER, 1973, p. 311.

⁵⁰¹ Cf. Ibid., p. 312.

A tomada de Estrasburgo causou terror na Europa, pois foi entendida “como uma vontade de conquista por tempo indefinido”.⁵⁰² Diante disto, a Europa reagiu organizando várias coligações, sob a liderança das potências marítimas, Inglaterra e Holanda. Tais coligações eram limitadas até 1685, mas a partir desta data se tornaram “quase gerais e permanentes”.⁵⁰³ Isto porque os protestantes franceses, emigrados, cheios de ódio em relação ao monarca, incitavam a Europa contra Luís XIV e trabalhavam pela união dos príncipes contra a França”.⁵⁰⁴ Como afirma Mousnier, “a França transformou-se em uma enorme praça-forte cercada”.⁵⁰⁵

As guerras eram intermináveis, com duração cada vez maior. Os períodos de paz eram bem menores em proporção aos períodos de guerra. De acordo com Mousnier, “Entre 1660 e 1688, em vinte e oito anos, houve cerca de oito anos de hostilidades”.⁵⁰⁶ Até mesmo durante os intervalos, os exércitos do Rei-Sol permaneceram “em pé de guerra”.⁵⁰⁷ Como lembra este autor, “De 1688 a 1715, em vinte e oito anos também, cerca de vinte e um decorreram em guerra”.⁵⁰⁸ Fato importante é que as guerras desencadeadas ao final do reinado de Luís XIV fizeram com que as crises econômicas, sociais e políticas já existentes se tornassem cada vez mais acentuadas.⁵⁰⁹ Com isto, surgiram críticas cada vez mais fortes ao rei e à monarquia absolutista.⁵¹⁰

É em meio a este mundo de crise profunda que pretendemos analisar algumas das virtudes que compõem o *ethos* da realeza

⁵⁰² Ibid., p. 313.

⁵⁰³ Ibid., p. 313-314.

⁵⁰⁴ Ver: Ibid., p. 314; CORVISIER, 1976, op. cit., p. 293.

⁵⁰⁵ Cf. MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 311.

⁵⁰⁶ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 314.

⁵⁰⁷ Ibid.

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ Ver as opiniões convergentes de CORVISIER, 1976, op. cit., p. 214-215; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 329-333.

⁵¹⁰ Ver: CORVISIER, 1976, op. cit., p. 333-334; SÉE, op. cit., p. 338-355.

solar, segundo as concepções do próprio príncipe e de um de seus áulicos mais representativos.

Submissão, bondade e autoridade

Na esfera do poder régio, a virtude da submissão é um dos elementos mais destacados por Bossuet e por Luís XIV. A submissão dos reis a Deus é propugnada, por Bossuet, como uma condição imprescindível aos príncipes para que os súditos lhes obedecam. Como já observamos, para Bossuet, é dever dos reis se submeter às leis da religião católica, zelando pela conservação de sua Igreja. Para ele, a submissão dos súditos às leis da religião consequentemente os leva a se submeterem às leis do Estado. Quando os reis violam as leis da religião católica, indiretamente, incentivam os súditos a fazerem o mesmo com as leis do Estado. Em *Oraison funèbre de Louis de Borbon, prince de Condé*, Bossuet mostra o empenho deste príncipe em converter seus súditos, bem como a sua tristeza diante dos súditos infieis, pois se preocupava com a salvação de suas almas:

Deus, a quem invocava com fé, inspirou-lhe o gosto da *Escritura* (...) Muitos dos seus criados tinham sido infelizmente instruídos no erro, que a França, então tolerava: quantas vezes viram-no inquieto com a salvação deles, aflito com as suas resistências, consolado pelas suas conversões! Com que incomparável clarividência de espírito mostrava-lhes a antiguidade e a verdade da religião católica. Não era mais esse ardente vencedor, que parecia tudo subjugar; era uma doçura, uma paciência, uma caridade, que se ocupava de ganhar os corações e de curar os espíritos enfermos.⁵¹¹

É possível notar que, enquanto na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* a questão protestante absorve quase todas as suas páginas, na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, este assunto não toma, sequer, meia página. Compreenderemos melhor o porquê dessa mudança

⁵¹¹ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 261-262.

de enfoque se prestarmos atenção à conjuntura política na qual estes textos foram concebidos. A *Oraison funèbre de Henriette-Marie* foi escrita em 1669, período em que a grande preocupação de Bossuet detinha-se na questão protestante.

Isto se deu na primeira década do reinado pessoal de Luís XIV, momento em que o absolutismo francês se encontrava no auge. Mas, mesmo assim, Bossuet estava preocupado com o que acontecia na Inglaterra, e queria evitar que o mesmo acontecesse em seu reino. Por isso, lutava para que o Edito de Nantes fosse revogado. Já o pronunciamento da *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, em 1687, ocorreu dois anos após Luís XIV ter revogado o Edito de Nantes, expulsando os protestantes da França. Nessa época a França já havia entrado em guerra com a Holanda, desde 1772.⁵¹² Estes foram dois atos que custaram caro à política doméstica e exterior do monarca francês. Percebe-se que, em 1687, quando escreveu a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, o que mais incomodava Bossuet eram as agudas crises, que se deram em consequência da política de guerras do monarca. Sendo assim, o que restava, nesse momento, na concepção de Bossuet, era a pacificação.

Nota-se que enquanto Bossuet exalta os altos feitos da rainha, demonstrando por quantas dificuldades e perigos ela passou, para defender a religião católica, ao falar do príncipe, ele muda o tom. Percebe-se que a luta do príncipe restringia-se aos seus criados; ele não precisou lutar tanto quanto a rainha. Além do mais, Bossuet procura demonstrar que, para isso, o príncipe não recorria à coerção, pelo contrário, ele utilizava-se de atitudes pacíficas, como a doçura e a paciência.

A submissão dos súditos para com os reis se dá, segundo Luís XIV, em *A arte de governar*, em decorrência da submissão que têm para com Deus. O monarca percebe que a submissão dos súditos é a parte mais importante da política; é o que faz com que os súditos aceitem pacificamente o poder que os reis exercem sobre eles. Por isso é que os reis devem mostrar-se submissos

⁵¹² Sobre a política de guerras de Luís XIV, ver: ANDERSON, op. cit., p. 102-111.

a Deus publicamente, demonstrando-Lhe devoção, já que assim servem de exemplo aos seus súditos. Nas palavras de Luís XIV,

A nossa submissão é a regra e o exemplo da submissão que nos é devida. Os exércitos, os conselhos, toda a indústria humana, seriam débeis meios para nos mantermos sobre o trono, se cada um julgasse ter o mesmo direito a ele que nós, e não reverenciariam mais do que um poder superior, do qual nossa é uma parte. Os respetos públicos que nós rendemos a este poder invisível, poderiam, por fim, ser considerados justamente como a primeira e mais importante parte da nossa política, se não devessem ter um motivo mais nobre e mais desinteressado. Guardai-vos, meu filho, a isso vos conjuro, de ter em religião apenas este ponto de vista interesseiro, e que para mais não vos levaria a qualquer coisa de prático, pois que o artifício se desmente sempre e não produz por muito tempo os mesmos efeitos do que a verdade. Todas as vantagens que temos sobre os outros homens, pelo lugar que ocupamos, são, sem qualquer dúvida, outros tantos títulos de sujeição perante aquele que no-las deu. E a este respeito, o exterior sem o interior não tem qualquer valor e serve mais para O ofender do que para Lhe agradar.⁵¹³

Assim, Luís XIV alerta o filho para a evidência de que a prestação de cultos e a submissão dos reis a Deus em público não deve ser apenas uma representação exterior, pois o fingimento não surte o mesmo efeito duradouro que a verdade. Pelo contrário, uma liturgia sem fundamentos morais não consegue se sustentar por muito tempo. Em seu entendimento, a submissão e a prestação de cultos ao Rei dos reis deve partir do interior, ser verdadeiro. Segundo ele, o exterior sem o interior, ao invés de agradar, ofende a Deus. Para Luís XIV isto era um perigo. Como sabemos, os franceses do século XVII sentiam temor ao se imaginarem diante de um Deus ofendido e irado.

⁵¹³ LUÍS XIV, op. cit., p. 31.

Neste ponto, revelam-se, em Luís XIV, as dimensões políticas de um antimaquiavel. Ele não se preocupa apenas com uma representação de verdade, para consumo de espectadores. O rei apregoa a devoção como virtude inalienável, e não a mera aparência da devoção, à moda do autor de *O príncipe*.⁵¹⁴ Em *A arte da guerra*, Maquiavel aconselha que, “não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, mas é muito necessário que as aparente todas”.⁵¹⁵ Ainda segundo o autor florentino, a aparência da religiosidade é necessária, pois “de modo geral os homens julgam mais com os olhos do que com o tato: todos podem ver, mas poucos são capazes de sentir”.⁵¹⁶

Na concepção de Maquiavel, para o príncipe manter a força de sua imagem o que importa para ele é a aparência exterior, a representação. Esta imagem é denominada por Skinner, em seu *Maquiavel*, como a “lógica da aparência”.⁵¹⁷ O fato é que a ideia do transcendentalismo, refutada por Maquiavel, está presente em Luís XIV, levando-o a não se preocupar somente com os súditos, mas, sobretudo, com Aquele a quem representava na Terra. Ora, os monarcas europeus da Época Moderna faziam propaganda de suas obras por meio de espetáculos públicos, visando sustentar a sua soberania. Conforme percebe Schwarcz,

Pessoas de ‘necessidade ilimitada’, os monarcas, sobretudo europeus dos séculos XVII e XVIII, se fazem cercar de um aparato extraordinário, uma extensão de seu corpo: ‘palácios para alojar sua corte, seus ministros, suas amantes; avenidas para fazer desfilar suas carruagens e seus guardas; teatros para divertir-se; manufaturas para multiplicar seus rendimentos; igrejas para nelas se submeter a seu Deus’. É essa relação ‘narcísica’

⁵¹⁴ A respeito da onda de antimaquiavelianismo que dominou a esfera eclesiástica na segunda metade do século XVII, ver: LOPES, Antimaquiavelianismo e história sagrada, In: _____, 1997, op. cit., p. 105-122.

⁵¹⁵ MAQUIAVEL, op. cit., p. 111.

⁵¹⁶ Ibid.

⁵¹⁷ Cf. SKINNER, Quentin. *Maquiavel: pensamento político*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 76.

do príncipe com suas obras que se transmitia em ato público e em ostentação da soberania, para gerar uma prática de espetáculo. Como um grande simulacro, o direito divino do príncipe se inscreve por meio desse cerimonial, não permitindo que os espetáculos permaneçam distantes e livres, já que são presas desse jogo de deslumbramento.⁵¹⁸

Tanto o rei como o teórico político percebiam que a submissão dos súditos às leis do Estado era uma consequência direta da submissão às leis da Igreja. Ambos viam na religião o pilar que oferecia a base de sustentação ao poder real. Segundo eles, rompendo este pilar, rompia-se a unidade política. Por isso mesmo, tinham que conservar a religião católica. Na concepção de ambos, era a submissão dos reis a Deus o que fazia com que os súditos aceitassem a ordem hierárquica no interior do imaginário político do absolutismo: Deus, rei, súditos. No entanto, nota-se que ao falar da submissão dos reis a Deus, Luís XIV enfatiza mais o aspecto da administração política, a questão da aceitação do poder por parte dos súditos; já a preocupação maior de Bossuet é com a defesa da religião católica.

A bondade e a autoridade são virtudes que devem ser observadas pelos administradores do Estado. Quanto à bondade, para Bossuet, na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, os reis que não a cultivam, não conquistam o amor verdadeiro de seus súditos. Quanto ao príncipe de Condé, ele afirma,

Longe de nós os heróis sem humanidade! Poderão forçar o respeito e conquistar a admiração, como todos os homens extraordinários, mas não ganharão os corações. Quando Deus forma o coração e as entranhas do homem deposita aí primeiramente a bondade como o caráter essencial da natureza divina, e como testemunho dessa mão benfazeja da qual saímos. A bondade devia, então, ser o fundo de nosso coração, e ao mesmo tempo o primeiro atrativo que teríamos para ganharmos

⁵¹⁸ SCHWARCZ, op. cit., p. 30.

os outros homens. A grandeza que vem por acréscimo, longe de enfraquecer a bondade, somente foi feita para auxiliá-la a comunicar-se ainda mais, como uma fonte pública, que se alteia para melhor derramar-se. Os corações têm este valor, e os grandes que não partilham da bondade, como justa punição de sua arrogante insensibilidade, permanecem eternamente privados do grande bem da vida humana, isto é, das amabilidades da sociedade. Jamais homem gozou-as tanto como o príncipe de quem falamos.⁵¹⁹

Desde a Idade Média, a tradição política ocidental defendeu que é preferível a um príncipe conquistar o amor do que o temor dos súditos. Isto porque o amor deixa os súditos mais leais e fiéis a ele. Muitos escritores políticos chegaram a defender que o rei devia conquistar o amor dos súditos e o temor dos estrangeiros. Maquiavel foi à exata contra-mão, ao afirmar que era preferível o temor do que o amor. Sendo assim, muitos teóricos, entre eles Bossuet, para refutar Maquiavel, defenderam a tradição.⁵²⁰

Na concepção de Luís XIV, a bondade deve dar lugar à autoridade. Esta, para ele, é uma virtude real que deve ser praticada pelos reis visando o bem público. O rei entende que a bondade excessiva ao invés de promover o bem público atrapalha. Os mais íntimos poderão se aproveitar de sua amizade, se o rei não estiver atento aos seus rogos. Desta forma, o rei, ao beneficiá-los, estará prejudicando o todo. E o príncipe salienta:

A maior bondade que poderia ter para com o meu povo consiste num pouco de severidade; pois uma disposição contrária produzir-lhe-ia, tanto por si própria como pelas suas conseqüências, uma infinidade de males. Porque assim que um rei desiste do que mandou, a autoridade diminui e com ela a tranqüilidade. Os que vêm o príncipe mais de perto são os primeiros a dar-se conta da sua debilidade, e os primeiros também a dela

⁵¹⁹ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 250.

⁵²⁰ Cf. CABRERO, José Luis Bermejo. *Amor y temor al rey*. (evolucion historica de un topico politico). *Revista de Occidente*. Barcelona: 1960. p. 107-127.

abusarem; depois, os que estão na segunda categoria, e assim sucessivamente com todos os restantes que gozam de um poder. A conseqüência é que tudo vem a recair na parte mais baixa, oprimida assim por mil e mil pequenos tiranos, em lugar de estar sujeita a um único rei legítimo, cuja indulgência, no entanto, causou toda essa desordem.⁵²¹

Luís XIV, ao procurar manter um distanciamento em relação aos súditos, no intuito de aumentar sua autoridade, está recorrendo a uma das imagens simbólicas de seu tempo. Pois a divinização do príncipe vem deste distanciamento. Conforme constata Bebiano a este respeito,

Decerto que a propagada tradicional da monarquia de há muito era expressa por meio de uma rica variedade de imagens simbólicas. Henrique IV e Luís XIII tinham feito desenvolver tal estilo de processos. Mas seria Luís XIV a conduzir tal tradição ao seu clímax. O próprio rei, ao afirmar que ‘os que vêem o príncipe mais de perto são os primeiros a dar-se conta de sua debilidade, e os primeiros também a dela abusarem’, ao declarar conhecer as virtualidades políticas de um preenchimento por parte do poder dos imaginários coletivos, traduz claramente a consciência da necessidade de uma distância potenciadora de autoridade e de poder absoluto. Tal seria obtido utilizando-se, entre outros, o expediente do efeito de distância materializado nessa forma de ‘divinização’ do príncipe ...⁵²²

Segundo Bebiano,

Todo o monarca é uma ‘vedete’. Colocado, pela sua condição, pelo seu temperamento, pelo sistema político e social de que é centro e emblema, na convergência de todas as atenções, constrói uma imagem, lança modas, orienta uma certa modalidade do imaginário social. Ao

⁵²¹ LUÍS XIV, op. cit., p. 41.

⁵²² BEBIANO, op. cit., p. 114.

mesmo tempo é caprichoso: requer todos os cuidados para prolongar a imagem que criou, somente aceita os objetos e procederes que desenvolvam esse gênero de representações. Situado num local privilegiado, procura dar-se a ver numa postura que realce a intangibilidade dessa posição.⁵²³

Em 1661, quando iniciou seu reinado pessoal, Luís XIV tinha 23 anos de idade. Consciente de sua condição de rei cristianíssimo, ele tomou a decisão de nunca mais ceder nada de sua soberania. Conforme constata Sainte-Beuve, Luís XIV “examina, escuta e consulta; depois ele decide por si próprio: ‘A decisão tem a necessidade de espírito de mestre’. Este último ponto foi sempre a grande pretensão de Luís XIV: não se deixar governar, não ter primeiro ministro”.⁵²⁴

As perturbações da Fronda, durante a menoridade de Luís XIV, levaram-no a estreitar as rédeas do poder para conter os “excessos” da nobreza. Por isso, comentou-se muito que o Rei-Sol tinha sido influenciado pela “monarquia asiática e despótica”.⁵²⁵ No entanto, como observa Sainte-Beuve, este “nunca foi seu pensamento”.⁵²⁶ Luís XIV

... reconheceu ‘que esta liberdade, esta doçura e, por assim dizer, esta facilidade da monarquia, atravessou os justos limites durante a sua menoridade nas perturbações do Estado, e que ela transformou-se em licença, confusão, desordem’; ele acreditou suprimir esses excessos empenhando-se contudo em conservar na monarquia sua característica humana e afetuosa, em manter perto dele as pessoas de qualidade em uma *familiaridade honesta*, e continuar em comunicação com os povos pelos prazeres dos espetáculos moldados a seu gênio.⁵²⁷

⁵²³ Ibid., p. 11.

⁵²⁴ SAINTE-BEUVE, 1930, op. cit., p. 131.

⁵²⁵ Ibid., p. 135.

⁵²⁶ Ibid.

⁵²⁷ Ibid., p. 135-136.

Luís XIV fez uma clara distinção entre os poderes temporal e espiritual. Como percebe Louis Bertrand, em *Louis XIV*, este monarca professou a doutrina galicana como nenhum outro monarca francês. A Igreja “somente admitia o direito divino dos reis com a sanção da voz popular”.⁵²⁸ Como convicto galicano, segundo Bertrand, o rei estava convencido de que “seu poder vinha diretamente e absolutamente de Deus, fonte de toda autoridade...”.⁵²⁹ Tratava-se da “teoria descendente” do poder régio, e que remonta à Idade Média, conforme demonstra o historiador alemão Walter Ulmann.⁵³⁰ Conforme Bertrand,

Para Luís XIV, como para os doutores e juristas galicanos, a autoridade real é uma delegação direta e sem intermediários da autoridade divina. O Rei vê a prova e a manifestação sensível da unção da Sagração real, que lhe apareceu como uma espécie de oitavo sacramento. Ele também é sagrado, como o Papa e o bispo. Somente ele sabe, ou acredita saber, em quais limites deve exercer seu poder de direito divino. Ao Papa e aos padres o zelo das almas, – a ele, o governo dos interesses materiais de seus súditos.⁵³¹

Após a Fronda, Luís XIV tornou-se mais cioso de seus direitos de soberano. Ele passou a defender com mais veemência o fato de que o seu poder era dado por Deus e que por isso somente a Ele devia prestar contas.⁵³² De acordo com Pierre Verlet, quando Louis-Dieudonné foi sagrado em Reims, em 1654, ele foi “definitivamente situado sobre a comunidade dos humanos. O ungido do senhor, revestido de uma dignidade sacerdotal, representava Deus em seu reino”.⁵³³ Ele tinha plena consciência de que

⁵²⁸ BERTRAND, op. cit., p. 282.

⁵²⁹ Ibid.

⁵³⁰ Cf. ULLMANN, W. Principios de gobierno y política en la Edad Media. Madrid. *Revista de Occidente*, 1971.

⁵³¹ BERTRAND, op. cit., p. 282.

⁵³² Cf. SÉE, op. cit., p. 358.

⁵³³ VERLET, op. cit., p. 134.

a partir desse momento devia prestar contas somente a Deus. E que qualquer francês que tentasse diminuir o seu poder incorreria em um crime.⁵³⁴ Tanto é assim que ele lutou por esse poder com todas as armas que possuía.

Um ano após sua sagração, em 1655, Luís XIV assistiu às guerras e as revoltas da nobreza, movimentos provinciais que ofereciam fortes ameaças ao poder central.⁵³⁵ Objetivando manter a “tranquilidade pública”, como também a sua glória, Luís XIV atraiu a nobreza à corte. Assim, ao mesmo tempo em que inibia as suas revoltas, vigiava-a de perto.⁵³⁶ Por guardar as amargas experiências da Fronda e de outras revoltas dos nobres, segundo Verlet, Luís XIV

domestica essas feras, fecha-os na jaula da corte, obriga-os a perder seus clãs no seio da colmeia da qual o monarca era o centro, transforma suas pequenas guerras em rivalidades fúteis, perverte-os pelo jogo (...) desliga-os dos negócios públicos a fim de que eles se dediquem exclusivamente ao exército e ao serviço doméstico do mestre, tal foi o plano audacioso que Luís XIV jamais poderia ter aplicado se seu prestígio não tivesse literalmente ofuscado uma nobreza arrogante, nutrida de uma tradição sediciosa.⁵³⁷

A autoridade também é vista por Bossuet, em sua *Instrução a Luís XIV*, como um elemento fundamental para manter a ordem. O que importa, para ele, é o bem público. Mesmo que isto implique o rei tomar atitudes mais rigorosas com alguns particulares, aqueles que ameaçam a ordem. O que realmente interessa é a preservação do corpo político:

Assim, com pena se vê forçado a fazer o mal a alguém; por sua inclinação preferiria sempre a clemência e a

⁵³⁴ Cf. Ibid.

⁵³⁵ Cf. Ibid., p. 134-135.

⁵³⁶ Cf. Ibid., p. 220-224.

⁵³⁷ Ibid., p. 221.

justiça, se não fosse forçado a uma justa severidade para reter os seus súditos no seu dever. Apenas chega ao extremo rigor como o médico que para salvar o corpo tem que cortar um membro. (...) Quando atua energicamente para manter a sua autoridade e está vigilante para a conservar, faz um grande bem a toda a gente, dado que mantendo a sua autoridade conserva o único meio que Deus deu aos homens para assegurar a tranqüilidade pública; quer dizer, o maior bem do gênero humano.⁵³⁸

Quanto à origem do poder dos reis, Bossuet compactava com o Grande-Rei. Os teólogos tomistas defendiam a teoria ascendente do poder, segundo a qual o poder de Deus é dado diretamente ao povo e este o transmite ao rei. Como um fiel galicano, Bossuet defendeu a teoria descendente do poder: o poder do rei vem diretamente de Deus, o povo não tem nenhuma participação nisso. Conforme ele mesmo indagava, “como transmitir aquilo que não se tem?”.⁵³⁹ Em 1690, em sua polêmica com Jurieu, Bossuet sustentou que não existia nenhum pacto entre o rei e o povo.⁵⁴⁰ Bossuet procurou sustentar sua doutrina escudado na Bíblia. De acordo com Henri Sée, Bossuet “insistia sobre os deveres do rei. Entretanto, ele laborava por sua autoridade sem controle; o Rei é como um Deus, do qual ninguém pode discutir as decisões”.⁵⁴¹ Na concepção de Bossuet “o único freio” dos soberanos “é de característica moral”.⁵⁴² Se hoje não se valoriza esse freio moral no comportamento dos governantes, seria anacrônico pensar que o mesmo se dava no tempo de Bossuet e de Luís XIV.⁵⁴³

O fato de Bossuet e Luís XIV terem sido galicanos por tradição e de terem guardado as amargas recordações da Fronda os

⁵³⁸ BOSSUET, In: LUÍS XIV, op. cit., p. 119.

⁵³⁹ LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXVIII.

⁵⁴⁰ Cf. Ibid.

⁵⁴¹ SÉE, op. cit., p. 359.

⁵⁴² LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXIX.

⁵⁴³ Cf. Ibid.

levava a zelarem com tanto empenho pela autoridade incontestável do príncipe. Contudo, vimos que o rei priorizava a autoridade em detrimento da bondade. Não devemos nos esquecer que como rei ele viveu a política na prática. Sabemos também que há uma considerável diferença entre pensar e fazer a política. Desta forma, torna-se compreensível seu comportamento mais enérgico diante dos acontecimentos e dos súditos. Note-se que ao afirmar que “o rei chega ao extremo rigor como o médico que para salvar um corpo tem que cortar um membro”, Bossuet, assim como Luís XIV, compactuava com a ideia organicista, de que a sociedade política é um corpo, do qual o rei é a cabeça e os súditos são os membros. A metáfora orgânica da sociedade analisada por Ernst Kantorowicz é referência de vital importância para a compreensão do imaginário do absolutismo. Como tal será abordada adiante.

Divindade

Um elemento de alta relevância que aparece em comum no pensamento de Bossuet e de Luís XIV é a teoria ministerial do poder. Segundo a concepção cristã, no momento de sua sacração, o rei, por intermédio da religião, passa a ser considerado a imagem de Deus. Conforme demonstra Richard Jackson, a sacração

é qualificada de ‘grande espetáculo do poder temporal, enobrecido e consagrado pela religião’, ‘O rei é o ungido do Senhor, seu lugar tenente, sua imagem. Sua pessoa sagrada nos oferece uma segunda majestade; a submissão que nós lhe devemos é uma espécie de religião’. A origem da autoridade real não se encontra em nenhuma outra parte a não ser ‘no próprio Deus; é na autoridade de Deus que a dos Reis toma sua origem; um Rei é a imagem da Divindade; os Soberanos são os Deuses da Terra; independente de todo o Poder criado, sua Coroa depende somente do Rei dos Reis’.⁵⁴⁴

⁵⁴⁴ JACKSON, Richard A. *Métamorphoses de la royauté*. In: _____. *Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France*. Paris: Difusion Éditions Ophrys, [s.d.], p. 199.

O rei é visto como o representante de Deus na Terra, o seu lugar-tenente. Considera-se que a origem de sua autoridade vem de Deus, e que por isso deve submeter-se a Ele. O rei deve agir de acordo com Seus preceitos. Como constata Jean Barbey, em *Être roi*, “ministro de Deus, o rei não exerce o poder em seu interesse próprio, mas para pô-lo ao serviço de sua finalidade”.⁵⁴⁵

A teoria ministerial tem origens históricas longínquas. Ela remonta ao início do cristianismo, com o apóstolo Paulo. Como lembra Houx, desde a origem do cristianismo os cristãos reconheceram que toda forma de poder pertence a Deus e emana Dele. Em sua Epístola aos Romanos já advertia São Paulo: “não há autoridade que não seja de Deus, e todos os que a têm, é Deus quem as estabeleceu; assim, quem resiste a autoridade que Deus estabeleceu, resiste a Deus”.⁵⁴⁶ Tal teoria, que tem por objetivo moralizar a autoridade real e, portanto, reforçá-la, foi desenvolvida por Santo Agostinho, e defendida no decorrer da Idade Média pelos papas e bispos. Segundo Jean Barbey, de grande

eficácia é o impacto da concepção cristã do poder elaborado pela patrística no segundo século do império romano – notadamente por Santo Agostinho e bem representada no início da época merovíngia pelo papa Gelásio (492-496). Trata-se de moralizar a autoridade real e de assinalar um objetivo elevado. Em sua carta a Clóvis, Santo Avito, o bispo de Viena tinha lhe sugerido espalhar ‘a semente da fé’ e de estender o reino de Deus visto que foi Deus quem constituiu” o seu reino. “Gregório o Grande (590-654) (...) insiste sobre a noção ministerial do poder real, que tem por objetivo o serviço do reino celeste.”⁵⁴⁷

A origem da ideia de que os reis eram a imagem de Deus na Terra se perde em tempos remotos. Esta ideia foi retomada sempre que imperadores e reis sentiam a necessidade de melhor se

⁵⁴⁵ BARBEY, op. cit., p. 116.

⁵⁴⁶ HOUX, op. cit., p. 245.

⁵⁴⁷ BARBEY, op. cit., p. 114-115.

fazer aceitar por seus súditos. Segundo constata Richard Jackson, “ao longo da história da França e dos franceses desde meados do século VIII, esta idéia que se fazia do rei como uma *imitatio Christi*, ressurgia de tempos em tempos, como a *christomimesis* própria ao culto imperial bizantino”.⁵⁴⁸

É importante assinalar que a teoria ministerial foi defendida também em toda a Época Moderna. Aliás, no século XVII, no ápice do absolutismo francês, como também no século XVIII, a teoria ministerial foi defendida com grande vigor. Pensadores das mais diversas esferas, inclusive Bossuet, chegaram ao extremo de considerar o rei não somente como a imagem de Deus, mas como o próprio Deus na Terra. Como percebe Richard Jackson, “é no século XVII que os franceses chegaram mais próximo de uma deificação completa de seu rei”.⁵⁴⁹ Segundo Marc Bloch,

O século XVII, mais que qualquer outra época, sublinhou abertamente a natureza quase divina da monarquia e até do rei (...). Para o francês Jean Savaron, *presidente e lugar-tenente geral* na senescalia de Auverne, os monarcas são deuses corpóreos; para André Duchesne, são ‘deuses terrenos’. Em 13 de novembro de 1625, o bispo de Chartres, falando em nome da Assembléia do Clero, exprimiu-se assim: ‘portanto, convém saber que – além do que o consenso universal dos povos e das nações declaram –, os Profetas anunciam, os Apóstolos confirmam e os Mártires proclamam que os reis são ordenados por Deus e, também, que os reis são deuses, coisa que não se pode dizer ter sido inventada pela servil adulação e vil condescendência dos pagãos, pois é a própria verdade, tão claramente mostrada nas Sagradas Escrituras, e ninguém pode negá-la sem blasfêmia nem dela duvidar sem sacrilégio [...]’. Poderíamos citar muitos outros exemplos e até o título de um panfleto absolutista da época da Fronda: *L’image du souverain ou l’illustre portrait des divinités mortelles*. “Sois deuses, ainda

⁵⁴⁸ JACKSON, op. cit., p. 200.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 201.

que morrais, e vossa autoridade não morre’, dizia Bossuet, fazendo no Louvre, no Domingo de Ramos de 1662, um ‘*Sermon sur les devoirs des rois*.’⁵⁵⁰

No dia em que um pregador como Bossuet fez estas afirmações ousadas, chegando a ser quase uma blasfêmia, seus ouvintes de forma alguma ficaram chocados, pois isto era muito comum em sua época.⁵⁵¹

Essa ideia de quase divinização da realeza, os escritores e oradores a retiravam de duas fontes bem diversas: a Bíblia e os autores antigos. “Os letrados desse tempo eram nutridos pela literatura antiga tanto quanto o eram pelas Sagradas Escrituras”.⁵⁵² Por um lado, usavam a Bíblia: Bossuet, por exemplo, no sermão citado acima, usou os versículos do Salmo 82. Por outro lado, recorriam aos autores do passado: para o bispo de Chartres, os autores antigos estavam certos quando situavam os reis em igualdade com Deus. Por alguns momentos, os letrados medievais se deixaram influenciar pelos autores antigos. Em fins do século XII, ao se dirigir ao imperador Henrique VI, dizia Goffredo da Viterbo: “Tu és Deus, da raça dos deuses”.⁵⁵³ Um século depois, “Egidio Colonna chamava os reis ‘semideuses’”.⁵⁵⁴ No entanto, são raríssimas as vezes que esses “desatinos” ocorreram no medievo. Na verdade, foi somente no século XVII que se generalizou o “abuso do nome divino”.⁵⁵⁵ Não devemos subestimar a importância desses “excessos verbais”, haja vista que eles exprimem toda a devoção que os modernos tinham para com o seu rei. Nos próprios termos de Marc Bloch, “as palavras nunca são inteiramente separadas das coisas”.⁵⁵⁶ Desta forma,

⁵⁵⁰ BLOCH, op. cit., p. 235-236. Ver, a este respeito, JACKSON, op. cit., p. 201-202.

⁵⁵¹ Cf. BLOCH, op. cit., p. 236.

⁵⁵² Ibid.

⁵⁵³ Ibid.

⁵⁵⁴ Ibid.

⁵⁵⁵ Ibid.

⁵⁵⁶ Ibid.

“É bem significativo que no século XVII, um tempo de devoção, encontrem-se tão constantemente utilizadas, expressões que as épocas precedentes teriam de forma quase unânime tachado de idolatria”.⁵⁵⁷

Em *Le roi est Dieu. Le roi et Dieu*, Alain Guéry nos afirma que, na concepção dos cristãos “a sacralização do poder do príncipe passa pela divinização de sua pessoa, segundo uma concepção da natureza, da vida e da sociedade inteiramente mergulhada em uma noção do sagrado”.⁵⁵⁸ É importante ter claro que, pela lógica, os cristãos não podem divinizar o rei, já que reconhecem que o seu poder vem de Deus. E se alguns defensores do poder real, entre eles Bossuet, cometem o excesso de comparar o rei ao próprio Deus, isto se dá devido às necessidades impostas diante dos acontecimentos. Conforme percebe ainda Alain Guéry,

Para os cristãos, o homem não pode ter nenhum poder (...). Todo poder vem de Deus, o homem somente o exerce então por referência a Deus, e é assim que ele se torna responsável. ‘Vós não teríeis nenhum poder se ele não vos tivesse dado do alto’, responde Cristo (...). Nessas condições, a religião cristã não pode divinizar o rei, o que ela não fez, mesmo quando certos de seus propagandistas, os mais autorizados, compararam o rei a um Deus. ‘Rei, vós sois Deus, ainda que vós morrereis’, escreve Bossuet em seu sermão sobre os deveres do rei de 1662. (...) No entanto, se o próprio Bossuet parece extraviar-se assim em uma tal comparação, é que ele sente bem a necessidade de elevar o rei entre os homens, e que a função real implica que se recorra à divindade.⁵⁵⁹

É inegável que Bossuet e Luís XIV, ao recorrerem à antiga teoria ministerial do poder, a qual moralizava a autoridade real,

⁵⁵⁷ BLOCH, op. cit., p. 236.

⁵⁵⁸ GUÉRY, Alain. *Le roi est Dieu. Le roi et Dieu*. In: BULST, Neithard; DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain (orgs.). *L'État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991, p. 28.

⁵⁵⁹ *ibid.*, p. 30.

conseguiram reforçar a autoridade deste príncipe, ao demonstrar que, como imagem de Deus na Terra, o rei devia ser obedecido, e que qualquer forma de insubmissão, de resistência por parte dos súditos, seria um crime contra o próprio Deus. Recordemos que o período de maior divinização na França coincidiu com o auge do absolutismo francês.

Humildade e clemência

Outra virtude que se constitui em valor moral recomendado aos reis cristãos é a humildade. Na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, Bossuet alerta que os reis devem ser humildes diante das grandezas do mundo. Segundo ele, os reis devem usar de sua força e glória nos momentos certos, para defender o reino quando este se encontra ameaçado por forças estranhas, visando trazer a paz e a tranquilidade aos súditos. A não ser nestes momentos, os reis devem ser pacíficos, dóceis e, sobretudo, humildes, sem jamais exaltar os seus feitos e glórias. Neste sentido, referindo-se ao príncipe de Condé, Bossuet afirma:

Reconheci o herói, que, sempre o mesmo, sem exaltar-se para parecer grande, sem humilhar-se para ser servil e obsequioso, é naturalmente tudo o que deve ser para com os homens. É semelhante a um rio majestoso e fecundo, que pacificamente traz para as cidades a abundância que derramará nos campos, regando-os, que se dá a todos, e não se eleva e não enche, se não quando se opõe resistência violenta ao doce declive, que favorece tranqüilamente o seu curso. Tal a doçura e tal a força do príncipe de Condé. (...) Como é belo, depois das armas, saber gozar dessas amenas virtudes e dessa glória pacífica, que não se divide com os soldados nem com a fortuna, em que tudo encanta e nada fascina, em que a visão não é perturbada nem pelo som das trombetas, nem pelo estampido dos canhões, nem pelos gritos dos feridos; em que o homem só aparece tão grande, tão respeitado, como quando dá ordens, e tudo obedece a sua palavra! (...) Oh! Reis! Humilhai-vos

em vossas grandezas! Conquistadores, não exalteis as vossas vitórias!⁵⁶⁰

Bossuet tinha horror aos reis que faziam a guerra visando somente satisfazer o seu desejo de glória e de conquista. Esta crítica aparece em vários de seus escritos. Pois a glória do príncipe, na época da Renascença, tinha sido a virtude mais defendida por Maquiavel, e que exercia forte influência sobre o Rei-Sol. Esta era a grande preocupação de Bossuet. A *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, a exemplo das outras, foi pronunciada diante de um grande número de espectadores, inclusive de membros da família real. Neste texto, Bossuet tenta mostrar ao Grande-Rei a gravidade de sua política de guerras para a França. Conforme percebe Le Brun, “de longa data Bossuet tinha criticado o amor da glória e das conquistas: desde 1672 ele confessava ao marechal Bellefonds seus temores de que Luís XIV fosse atordoado pelo ‘barulho dos elogios’”.⁵⁶¹

Em alguns de seus textos de circunstância, como nas orações fúnebres, nos sermões e nos panegíricos, em que se dirigia mais diretamente aos seus interlocutores, visto que estes textos eram pronunciados em praça pública, nas igrejas e na corte, Bossuet se mostrava melhor. Segundo Truchet, ao contrário dos textos teóricos, nesses textos “o tom é muito mais pessoal e humano: sem requintar, sem refletir, o predicador denuncia os males, muito evidentes, provocados pelas guerras”.⁵⁶²

É importante lembrar que Bossuet visitou pessoalmente a Holanda, no contexto da guerra, presenciando toda a miséria em que esta nação se encontrava. A situação da maioria dos franceses também não era nada boa. Grande parte dos recursos da nação era destinada para sustentar a guerra causando, em consequência, a fome e a pobreza dos franceses menos abastados, que se constituíam em esmagadora maioria.

⁵⁶⁰ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 250-252, 260.

⁵⁶¹ LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. 331.

⁵⁶² TRUCHET, op. cit., p. 283.

O que importava para Bossuet, nesse momento, era fazer com que as guerras se tornassem mais brandas e que, com isso, a França voltasse a ter um pouco de paz. Neste trecho, é perceptível o sentimento pacifista, muito bem trabalhado na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*. Nesse período, os teóricos, já cansados de tantas guerras, lutavam em prol do restabelecimento da paz. Conforme observa Jacques Truchet, na segunda metade do século XVII, houve na França um “poderoso movimento de pacifismo espontâneo, que se desprende diretamente dos males e horrores da guerra”.⁵⁶³

Para Bossuet, o pacifismo constitui-se em uma grande virtude do príncipe cristão. No capítulo nono da *Politique*, Salomão é o modelo de rei pacífico apresentado por Bossuet para ser seguido pelos príncipes do século XVII. Apesar da guerra ser quase ininterrupta na Europa moderna, o pacifismo foi aí muito defendido, sentimento que já era defendido na Idade Média. Conforme demonstra Houx,

No estrondo contínuo das armas que ensurdeceu a história europeia, a imagem do rei pacífico tem certa dificuldade de se impor. Contudo, ela existe. Quando Guilherme o Conquistador, ‘todo coberto de sangue e invasor do outro’, se apresenta diante do arcebispo de Cantorbéry, este recusa lhe impor as mãos. (...) No dia de sua sagração, o rei da França presta juramento e repete muitas vezes: ‘Eu me comprometo com o povo cristão que me é submisso conservar uma verdadeira paz’. (...) o rei da França não é um conquistador, mas um rei de justiça e de paz.⁵⁶⁴

Não era sem razão que Bossuet empenhava-se na defesa da paz na França. Como lembra Truchet, “a França estava em guerra desde um quarto de século; um homem da idade de Bossuet não tinha por assim dizer jamais conhecido a paz”.⁵⁶⁵

⁵⁶³ Ibid., p. 48.

⁵⁶⁴ HOUX, op. cit., p. 277.

⁵⁶⁵ TRUCHET, op. cit., p. 287.

A este respeito observa Perry Anderson que, “a paz era uma exceção meteorológica” nos três séculos em que predominou o absolutismo no Ocidente: “Tem-se calculado que, em todo o século XVI, houve apenas 25 anos sem operações militares de larga escala, na Europa; no século XVII, passaram-se apenas sete anos sem guerras importantes entre Estados”.⁵⁶⁶

Bossuet tinha plena convicção de que as guerras levavam à desestabilização do poder do monarca. Era exatamente nos períodos de crise que as críticas à monarquia absolutista se tornavam mais acirradas. Desta forma, Bossuet utilizou todo o seu poder de argumentação para defender a imagem de um príncipe moderado e pacífico como o melhor meio de promover a paz pública no reino. Bossuet sabia que este era o melhor meio para o seu príncipe conservar o poder forte e centralizado em suas mãos. Em um outro trecho, alerta Bossuet, ao referir-se ao regresso do príncipe de Condé à corte após sua vitória em Rocroi:

Eis (...) em um jovem príncipe vitorioso, alguma coisa que não é menos bela do que a vitória. (...) Se os outros ousavam louvá-lo, ele repelia os seus louvores como ofensas, e, avesso à adulações, temia até a sua aparência. Tal era a delicadeza, ou antes, tal era o valor desse príncipe. Por isto tinha ele por máxima [escutai, é a máxima que faz os grandes homens]: nas grandes ações é necessário pensar unicamente em bem agir, e deixar vir a glória depois da virtude. (...) a falsa glória não o tentava; tendia ao verdadeiro, ao grande. Eis porque punha sua glória ao serviço do rei e à felicidade do Estado.⁵⁶⁷

Qual é, portanto, a intenção de Bossuet quando afirma que os reis têm que ser humildes mesmo após terem alcançado a glória na defesa de seu reino? Com certeza, é a de mostrar que esta glória só foi alcançada pelos reis por terem recebido a ajuda de Deus. Sem esta ajuda, jamais teriam vencido; e é por isso que

⁵⁶⁶ ANDERSON, op. cit., p. 32-33.

⁵⁶⁷ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 243.

não podem exaltar a si mesmos, pois foi Deus quem lutou por eles. Na concepção de Bossuet, a própria força e coragem são transmitidas por Deus aos reis nos campos de batalha. Entregues a si mesmos eles nada são e nada podem.

Para aniquilar a falsa glória, Bossuet mostra que a recompensa recebida por esses reis é a humilhação. Demonstra também que como seus projetos são vãos, assim também o é a recompensa recebida por eles. Na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, Bossuet recorre a Santo Agostinho para provar que de nada valem as glórias do mundo. Ele toma Alexandre como o exemplo de conquistador que se deixava guiar por esse sentimento:

Esse Alexandre, que ambicionava fazer rumor no mundo, conseguiu fazê-lo mais do que esperava (...). Se recompensas foram necessárias às grandes ações dos romanos, Deus lhes deu uma digna de seus méritos e de seus desejos: deu-lhes, como recompensa o império do mundo, presente de nenhum valor. Oh! Reis! Humilhai-vos em vossas grandezas! Conquistadores, não exalteis as vossas vitórias! Deus lhes dá como recompensa a glória dos homens; recompensa que não chega até eles, que esforça-se de unir-se a quem? Talvez às suas medalhas ou às suas estátuas desenterradas, restos dos anos e dos bárbaros; às ruínas de seus monumentos e de seus trabalhos em luta com o tempo; (...). Eis o digno prêmio de tantos trabalhos, e na realização de seus votos, a convicção de seus erros. Vinde, saciai-vos, grandes da terra, apoderaí-vos, se puderdes, desse fantasma de glória, seguindo o exemplo desses grandes homens que admirais. Deus, que pune deles o orgulho no inferno, não lhes invejou, diz Santo Agostinho, essa glória tão cobiçada; e (...) receberam uma recompensa tão vã como os seus desejos; *‘Receperunt mercedem suam, vani vanam.’*⁵⁶⁸

Como vimos, para Bossuet, o príncipe deve se afastar do amor à glória e à conquista para cultivar a humildade, que é a

⁵⁶⁸ Ibid., p. 260-261.

virtude oposta a esses vícios. Na concepção cristã, os reis devem seguir os exemplos de Cristo para, assim, estabelecer o Seu reino na Terra. Como observa Alain Guéry, na compreensão dos cristãos “o papel daquele que governa continua sendo a manutenção, ou estabelecimento lá onde ele não existe, do reino do Cristo sobre a terra, por uma política e uma legislação conforme os mandamentos e os exemplos que ele deu”.⁵⁶⁹ Como ministros de Deus na Terra, os reis que não agem de acordo com os preceitos de Deus atrairão castigo não somente para eles, mas para todo o seu reino. Na mentalidade dos franceses do *Ancien Régime*, as catástrofes ocorridas na natureza eram vistas como o castigo de Deus pelos desvios dos reis e do seu povo.

Para Luís XIV, o posto de rei por si só já serve para mostrar que são superiores aos demais, mas que devem ser humildes. Para ele, somente podem se mostrar humildes os que são grandes e que podem vir a se envaidecer com isto. No entendimento do monarca, este é um vício do qual têm que tomar todo o cuidado para evitá-lo:

Nas minhas memórias, tento sempre, e sempre tentarei vivificar o vosso valor, mas não elogiá-lo. Se bem que exista uma legítima altivez na nossa classe, não são menos louváveis certa modéstia e humildade. Não penseis, meu filho, que estas virtudes não foram feitas para nós, pelo contrário, pertencem-nos mais apropriadamente do que ao resto dos homens. Pois, ao fim e ao cabo, os que não têm nada de eminente pela fortuna ou pelo mérito, por pequena que seja a opinião que tenham de si próprios, nunca podem ser modestos nem humildes; e estas qualidades pressupõem necessariamente em quem as possui alguma elevação e alguma grandeza das quais se possa envaidecer. Nós, meu filho, a quem todas as coisas parecem inspirar este defeito tão natural nos homens, nunca chegaremos a ter cuidado suficiente para nos defendermos dele. Se vos posso explicar o meu pensamento, parece-me que devemos ser ao mesmo

⁵⁶⁹ GUÉRY, op. cit., p. 28.

tempo humildes por nós próprios e altivos pelo lugar que ocupamos.⁵⁷⁰

De acordo com Pierre Verlet, “o rancor e o orgulho têm a reputação de ter sido as principais atividades da conduta de Luís XIV. Conhece-se seus rancores acumulados depois da Fronda”.⁵⁷¹ A natureza de seu orgulho aparecia em seu desejo de glória. Aliás, o desejo de glória era um sentimento que se fazia constante em Luís XIV. Segundo demonstra Louis Bertrand, no primeiro dia após a morte de Mazarino, “Luís XIV teve completa visão do que era, em seu tempo, um rei da França, da extensão de sua autoridade, do campo imenso e magnífico que se abria ao seu espírito de glória”.⁵⁷² Neste momento, ele “sentiu como um acréscimo de todo o seu ser, uma exaltação indizível de sua vontade de poder”.⁵⁷³

A glória que Luís XIV tanto almejava estava vinculada com a imagem de herói que se cultivava. Este sentimento inseria-se em um momento de inquietude, de incertezas, próprio da Europa barroca. Segundo Corvisier, hoje, os historiadores concordam que o barroco não é simplesmente a arte da Contrarreforma, é algo mais complexo: “É a revolta da sensibilidade e da espontaneidade contra as regras. (...) O barroco é capaz de exprimir, simultaneamente, o eu desmedido ou contraditório e os impulsos desordenados do subconsciente”.⁵⁷⁴ Em uma sociedade aristocrática, como a França do século XVII, a glória era extremamente valorizada. Ao herói cabia enfrentar todos os obstáculos para alcançá-la. Ele devia sacrificar todas as paixões que se opunham a ela. No século XVII, a moral do herói ia além do ideal dos renascentistas e do ideal nobre, cavalheiresco. Nesse período, o sentimento mais valorizado era o orgulho por ter alcançado o poder. Conforme percebe Mousnier,

⁵⁷⁰ LUÍS XIV, op. cit., p. 36.

⁵⁷¹ Cf. VERLET, op. cit., p. 132.

⁵⁷² BERTRAND, op. cit., p. 281.

⁵⁷³ Ibid.

⁵⁷⁴ CORVISIER, 1976, op. cit., p. 133.

o barroco favoreceu provavelmente uma crise geral da razão que se manifesta primeiro na moral. Nesta sociedade, onde o indivíduo, incessantemente ameaçado, precisa afirmar-se como inimigo perigoso, nesta sociedade ainda aristocrática, onde o ideal é o nobre, o soldado por excelência, nesta sociedade onde os desequilíbrios favorecem a desordem do eu, e, portanto, os arrebatamentos do orgulho, o homem virtuoso é o virtuoso, o herói, poder e glória. O dever consiste em contentar a glória. Esta consiste em observar o que corresponde às regras da honra social que é a honra feudal, nobre. Ela conduz ao sacrifício das paixões contrárias a esta honra (...). A Glória transforma-se, pois, numa exigência íntima, numa lei interior. É preciso vencer não só os obstáculos exteriores, mas também dentro de si próprio, as paixões, o medo, a timidez e a ternura. (...) O herói é aquele que prestou a si mesmo o juramento de jamais desanimar na procura da glória, indo até o sacrifício de si próprio. (...) Mas este sacrifício é o das outras paixões à paixão suprema, o orgulho. Esta virtude é a afirmação do indivíduo. (...) A moral do herói é, sem dúvida, função de uma sociedade aristocrática, mas segundo parece, no século XVII ultrapassa o ideal cavaleiresco e o ideal da Renascença, visa não tanto o desabrochar do homem em todas as suas atividades e o seu êxito em todas as formas de beleza, como a satisfação do orgulho pelo poderio, sendo mais nervosa, mais tensa, vibrante de uma inquietude que é no fundo um aspecto do barroco.⁵⁷⁵

Certamente Bossuet defende a humildade dos reis com muito mais rigor que Luís XIV. Este, mesmo dizendo ao filho que os reis devem ser humildes, não esconde, em seus argumentos, a grandeza e o valor que os monarcas possuem perante os demais. Ao considerar a glória como um vício, que era encarada por seus contemporâneos como uma das maiores virtudes, Bossuet está se mostrando um teórico que, para alcançar seus objetivos,

⁵⁷⁵ MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 210-211.

luta até mesmo contra as ideias de seu tempo. Isto não causa estranheza, pois sabemos o quanto ele era defensor das tradições. Bossuet refuta o ideal de poder e de grandeza e defende o ideal de moderação. Critica os reis que se deixam levar pela paixão e pelas vertigens do poder. Por meio do enaltecimento da monarquia absolutista e da sua constante preocupação com a consciência moral do soberano, Bossuet “espera escapar do duplo perigo do maquiavelianismo real e de uma política de liberdade”.⁵⁷⁶

Cabe dizer ainda que a clemência é uma virtude que impede os reis de agirem com tirania para com os seus súditos, como também em suas relações exteriores. Neste sentido, Bossuet recorda, na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, que quando nos campos de batalha, os inimigos já enfraquecidos pedem clemência, o príncipe de Condé os perdoa:

... os batalhões derrotados pedem quartel. A vitória, porém, vai ser mais terrível para o duque d'Enghien do que o combate. (...) o grande príncipe, não podendo ver matar esses leões como tímidas ovelhas, acalmou a coragem exaltada, e reuniu ao prazer de vencer, o de perdoar. Qual foi então a admiração dessas tropas veteranas e de seus valentes oficiais, vendo que para eles não havia salvação senão nos braços do vencedor! Com que olhos contemplaram o jovem príncipe, cuja vitória revelava o alto valor, e a quem a clemência dava novas graças!⁵⁷⁷

A atitude do príncipe de Condé, que ao ver os seus inimigos derrotados, ao invés de matá-los, os perdoa, é exaltada por Bossuet. A clemência do príncipe é mais valorizada por Bossuet do que a vitória. Transparece em Bossuet, mais uma vez, a sua defesa do sentimento pacifista, que se buscava desenvolver nos monarcas franceses.

Luís XIV reconhece que a clemência é uma virtude que deve ser observada pelos reis, que, por sua vez, deve preceder ao

⁵⁷⁶ LE BRUN, In: BOSSUET, 1967, op. cit., p. XXX.

⁵⁷⁷ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 242.

poder e à justiça: “o encanto da clemência, a mais real de todas as virtudes, porque apenas pode pertencer aos reis” é a maior “de todas as coisas que se poderia reverenciar em nós, pois está acima do nosso poder e da nossa justiça”.⁵⁷⁸

A clemência, juntamente com outras virtudes filantrópicas, é uma virtude que, desde o século VI, já fazia parte do extenso catálogo dos valores morais a serem apresentados pelos reis em meio às suas ações. Aliás, esta era uma das condições exigidas para ser considerado rei, aquele que regia com retidão. O rei que não possuísse essa virtude seria considerado tirano, pois não regia com humanidade. Em *Le roi. Mythes et symboles*, Jean-Paul Houx recorda que desde o século VI, virtudes como grandeza, piedade e filantropia já eram componentes do ideal imperial, e que os séculos posteriores foram invadidos completamente por tais virtudes. Isidoro de Sevilha, ao traçar o retrato do soberano, observava que “o rei é chamado desse nome por referência a agir direito (*rex*)”.⁵⁷⁹ Desta forma, “se ele rege com piedade, justiça e misericórdia, é por direito que ele seja chamado *rex*. Se lhe faltam essas qualidades, ele não é rei, mas tirano...”.⁵⁸⁰

Como vimos, a clemência é uma virtude extremamente valorizada por Bossuet e Luís XIV. Isto revela a preocupação que ambos tinham em buscar uma diferenciação com os reis tiranos da monarquia asiática e despótica de seu tempo. Fato importante é que, na mentalidade da época, apenas o rei tinha o poder de perdoar e de ter clemência.

Justiça e bons exemplos

A justiça, quando observada atentamente pelos reis, promove a paz no reino. Bossuet, na *Instrução a Luís XIV*, lembra que, fazer com que se cumpram as leis de Deus, aqui na Terra, no caso a justiça, é uma das principais funções dos reis cristãos. Quando o rei castiga aqueles que ameaçam a paz e a tranquilidade

⁵⁷⁸ LUÍS XIV, op. cit., p. 59.

⁵⁷⁹ HOUX, op. cit., p. 278.

⁵⁸⁰ Ibid.

da maioria dos súditos, estes se sentem gratos, pois reconhecem que a função do rei é protegê-los. Faça o rei o que fizer é nisto que está pensando, na proteção do bem público:

Quando faz justiça ou a faz cumprir exatamente, de acordo com as leis, o que é a sua principal função, conserva o bem de todos e dá aos homens algo que lhes é mais querido do que todos os bens e do que a própria vida: a liberdade e a tranqüilidade, garantindo-as contra a opressão e contra toda a violência. Quando castiga os criminosos, toda a gente lhe fica obrigada; e todos reconhecem em sua consciência que, no meio do avassalamento de paixões que reina entre os homens, devem o seu repouso e tranqüilidade à autoridade do príncipe que castiga os maus.⁵⁸¹

Para Bossuet, os reis católicos são responsáveis por promover a tranquilidade no reino. E isto somente é possível quando o rei usa de sua autoridade para punir os que perturbam a ordem. Para Luís XIV, seria melhor se eles nunca precisassem castigar os seus súditos. Mas, assim como Deus, que é o Rei dos reis, castiga aqueles que violam as Suas leis, os reis, como seus representantes na Terra, devem seguir o Seu exemplo. Em nome do bem-estar da maioria os reis devem punir a minoria, que por se entregar às paixões representa uma forte ameaça à paz e à felicidade do todo:

Seríamos demasiado felizes, meu filho, se nunca tivéssemos que obrigar e conceder graças. Mas o próprio Deus, cuja bondade não tem limites, nem sempre tem que recompensar e algumas vezes vê-se obrigado a castigar. Qualquer que seja a dor que isto nos cause, devemos consolar-nos sentindo em nós próprios que o fazemos como Ele, partindo do único ponto de vista justo e legítimo de um bem mil vezes mais considerável. Exterminar os homicidas e os malfeitores não é derramar o sangue de nossos súditos, mas antes economizá-lo e conservá-lo: é comover-se de compaixão, mais por

⁵⁸¹ BOSSUET, In: LUÍS XIV, op. cit., p. 119-120.

um número infinito de inocentes do que por um pequeno número de culpados. A indulgência perante estes desgraçados indivíduos seria uma crueldade universal e pública. Suprimir o rigor das leis é suprimir a ordem, a paz, a tranqüilidade do mundo; é suprimir ao mesmo tempo, a realeza.⁵⁸²

Para Luís XIV, os reis devem agir com prudência; jamais agir de acordo com suas paixões e impulsos, cedendo à violência e à vingança. Os príncipes devem procurar fazer a justiça, visando ao bem público. Agindo desta forma, estarão agradando a Deus, de quem são apenas os representantes. Ao dirigir-se ao Delfim ele observa: “para vos dizer a verdade (...) não apenas faltamos ao reconhecimento e à justiça, mas também à prudência e ao bom senso, quando carecemos de veneração por Aquele, de quem não somos mais do que lugares-tenentes”.⁵⁸³

Desde o período feudal, a jurisdição real colidia com as justiças eclesiásticas e senhoriais. No século XIV, o rei passou a defender o princípio de que “toda justiça emana dele”. Assim sendo, em nome da promoção do bem comum e da ordem pública, ele criou dois mecanismos para diminuir a competência das jurisdições senhoriais e eclesiásticas e fazer com que estas se submetessem à jurisdição real. Pela teoria do caso real, todos os processos em que as prerrogativas do rei estivessem envolvidas seriam subtraídas do poder senhorial e eclesiástico passando a ser exclusivas das cortes reais. Pela teoria da prevenção ou apelo, os litigantes descontentes, julgados nas cortes senhoriais e eclesiásticas, tinham o direito de apelar à justiça real. Pois, como o rei é a “fonte de toda justiça”, ele tinha o direito de examinar o fundo dos processos senhoriais e eclesiásticos.⁵⁸⁴ Como afirma Barbey, “para suavizar na sua tarefa justiceira o rei delega seu poder de julgar a numerosas jurisdições estabelecidas por ele”, mostrando “que elas sejam subordinadas ao soberano; isto é,

⁵⁸² LUÍS XIV, op. cit., p. 59-60.

⁵⁸³ Ibid., p. 31.

⁵⁸⁴ Cf. BARBEY, op. cit., p. 166-168.

é ele quem decide em último recurso”.⁵⁸⁵ Desta forma, ao final do século XV, “o rei suplanta todas as jurisdições do reino”.⁵⁸⁶ No século XVII, além de contar com esses mecanismos, Luís XIV também lançava mão da justiça pessoal, em que os súditos podiam se dirigir a ele diretamente, sem nenhuma espécie de formalidade.⁵⁸⁷

Convém lembrar que a justiça era a principal virtude a ser observada pelo monarca cristão. Tanto é assim que, segundo constata Jean Barbey, na compreensão dos franceses do medievo e da modernidade, a justiça era uma prerrogativa essencial e todas as outras prerrogativas, isto é, todos os direitos que o rei adquiria em contrapartida aos seus deveres, como proteger o reino e seus habitantes, fazer leis e administrar o reino, estavam ligadas a essa prerrogativa maior. Prerrogativas essas que eram consideradas como um sinal de soberania do monarca, e que deviam ser observadas visando à promoção do bem comum.⁵⁸⁸ De acordo com Le Goff, em *Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X au XIII siècle*, “a justiça é, com a paz, na ideologia monárquica e especialmente na ideologia monárquica cristã, a principal função real, uma função fundamentalmente ancorada no sagrado”.⁵⁸⁹

Em États et institutions XVI-XVIII siècles, de acordo com Georges Duran, na época moderna, como “fonte de toda justiça”, é atribuído ao soberano, “o direito e o dever, como ele se compromete pelo juramento da sagração, de proteger o inocente, de restabelecer a vítima em seu direito, de castigar o culpado”.⁵⁹⁰

Para garantir que haja justiça em seu reino, somente o rei tem o poder de levantar os exércitos, empreender a guerra e promover a paz. Como representante de Deus na Terra, ao rei pertence toda a soberania, cabendo a ele promover a justiça para estabelecer a

⁵⁸⁵ Ibid., p. 169.

⁵⁸⁶ Ibid.

⁵⁸⁷ Cf. DURAN, Georges. *États et institutions XVI-XVIII siècles*. Paris: Armand Colin, 1969, p. 35.

⁵⁸⁸ Cf. BARBEY, op. cit., p. 165.

⁵⁸⁹ LE GOFF, op. cit., p. 23.

⁵⁹⁰ DURAN, op. cit., p. 35.

harmonia em seu reino.⁵⁹¹ Conforme sustenta Mousnier, “como Deus ‘soberaníssimo’ o rei da França, imperador em seu reino, ‘primeiro da cristandade, ‘cristianíssimo’, ‘primeiro da República’, detém toda soberania. A este título, ele dispõe da administração da justiça, pois a primeira razão de ser da monarquia é a de fazer viver reunido um número de homens ‘para uma conciliação (...) em perfeita harmonia’, segundo as proporções aritmética, geométrica, harmônica”.⁵⁹²

Luís XIV esforçou-se para exercer a autoridade vinda de Deus “em toda sua plenitude”.⁵⁹³ Buscou sempre tomar as decisões apropriadas. Em seu entendimento, um governo soberano devia ter como regras somente a razão e a justiça. Para ele, a autoridade do príncipe devia fundamentar-se na razão. Em sua concepção, o que fazia com que o poder monárquico se sobrepusesse aos outros poderes era esta característica racional. Segundo Bertrand, neste ponto “ele é perfeitamente cartesiano, ele é o homem de seu século”.⁵⁹⁴

Luís XIV entendia que o rei devia governar pela razão. Mas que era preciso dosá-la com o bom senso: “Para ser digno, para governar por ele mesmo, conforme a razão e a justiça” o rei precisa lançar mão “de todas as luzes possíveis, a fim de que as decisões de autoridade real sejam formuladas em todo conhecimento de causa”.⁵⁹⁵

O governo de Luís XIV forneceu o modelo de organização à França e à Europa contemporânea. Contudo, este Estado positivo e racional tinha a obrigação de ser justo. De acordo com Bertrand, “esse governo, fundado sobre a razão e organizado racionalmente, suavizava-se e humanizava-se pela justiça e pela bondade paternal do príncipe”.⁵⁹⁶

⁵⁹¹ Cf. MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 305-306.

⁵⁹² Ibid., p. 305.

⁵⁹³ BERTRAND, op. cit., p. 283.

⁵⁹⁴ Ibid., op. cit., p. 283.

⁵⁹⁵ Ibid., p. 285.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 288.

Tanto Luís XIV quanto Bossuet pensavam que os reis não deviam ter benevolência para com os ameaçadores da paz e da tranquilidade. Ambos entendiam que ao fazer a justiça, castigando os violadores das leis cristãs, os reis estariam promovendo o bem e a paz de todos. E quando os reis deixavam de fazê-la, ao serem piedosos com aqueles que cometeram o erro, estavam comprometendo a todo o reino.

Que os príncipes devem dar bons exemplos a seus súditos é uma questão relevante também. Na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, segundo Bossuet, o príncipe, “ao cumprir os deveres de religião”, dá exemplos para que os súditos cumpram também os seus. Como estão expostos aos espectadores, não devem fazer nada que possa despertar a crítica de seus súditos. De acordo com suas palavras, “o que (...) fizera o príncipe para cumprir os deveres da religião, mereceria ser narrado a toda a terra, não por sua notabilidade, mas antes por falta dela, pois um príncipe exposto a todo o universo nada deixa aos espectadores”.⁵⁹⁷

De acordo com Luís XIV, o alto cargo que os reis ocupam desperta a inveja e a cobiça de muitos súditos. Estes estão sempre em alerta, em busca de uma falha qualquer, por mínima que seja, para, assim, poder criticá-los. Qualquer falha dos reis será observada pelos súditos, tornando motivo de censura e escândalos. Sendo assim, já que os reis sempre estão expostos ao público, devem cuidar ao máximo de seus atos:

... no posto que ocupamos as menores faltas têm sempre conseqüências lamentáveis. (...) Os reis que são sempre os árbitros soberanos da fortuna e da conduta dos homens são sempre os mais severamente julgados e os mais curiosamente observados. Dado o grande número de pessoas que o rodeiam, o que escapa ao olhar de um quase sempre é descoberto por outro. (...) Devemos cuidar dos nossos próprios costumes; e o único meio de sermos verdadeiramente independentes e de estar acima do resto dos homens, consiste em não fazer, nem

⁵⁹⁷ BOSSUET, 1874, op. cit., p. 265.

em público nem em privado, nada que legitimamente nos possam censurar.⁵⁹⁸

Tanto o teórico como o monarca percebem que a realeza não pode se descuidar um só instante da imagem que construiu em torno de si. A este respeito observa Schwarcz que, “como pessoa e mito o rei é sobretudo um objeto ritual, uma imagem evidente do poder”.⁵⁹⁹ Bossuet e Luís XIV estão inseridos em um “Estado construído” e marcado por um alto grau de artifício.⁶⁰⁰ Como observa Janine Ribeiro, “rara sociedade terá dado tal relevo aos momentos em que a vida se oferece ao escrutínio alheio, aos olhos e ouvidos de todos; rara cultura terá aparecido assim teatralizada, tanto por se fazer espetáculo quanto por se assumir como representação, factícia, artificial”.⁶⁰¹

Em uma cultura em que a teatralização alcança tamanha importância, a boa conduta do monarca é uma maneira eficaz para se obter o comportamento ideal de seus súditos.

Bem público

Buscar satisfazer ao bem público parece ser uma das preocupações centrais de Bossuet e de Luís XIV. Na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, Bossuet salienta que os reis precisam cultivar virtudes como a justiça, a piedade e a misericórdia. Eles devem ajudar os necessitados, as viúvas e os órfãos. Enfim, praticar o bem, pois, assim, receberão a recompensa de Deus. Referindo-se ao príncipe de Condé Bossuet ressalta: “seus conselhos seguiam mais que nunca as normas da justiça; consolava a viúva e o órfão, e o pobre dele aproximava-se com confiança. (...) São, senhores, essas coisas simples (...) fazer justiça e misericórdia, praticar o bem, que Deus quer (...) são essas práticas comuns da vida cristã, que Jesus Cristo exaltarà no último dia diante de seus santos anjos e de seu pai celeste”.⁶⁰²

⁵⁹⁸ LUÍS XIV, op. cit., p. 78-79.

⁵⁹⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 30.

⁶⁰⁰ Cf. Ibid.

⁶⁰¹ RIBEIRO apud SCHWARCZ, op. cit., p. 30.

⁶⁰² BOSSUET, 1874, op. cit., p. 261-262.

Em sua *Instrução a Luís XIV*, Bossuet argumenta que todos os atos do rei devem se voltar para satisfazer a maioria dos seus súditos. Foi para isso que Deus concedeu-lhes o poder, sendo esta a maior função dos reis na Terra. Para ele, o rei

... reconhece que é rei para fazer bem a todo o universo, em tudo o que esteja ao seu alcance, e principalmente aos seus súditos e este é o mais belo efeito de seu poder. (...) faça o príncipe o que fizer, pode sempre ter em conta o bem do próximo; e no bem do próximo o verdadeiro serviço que Deus lhe exige. (...) O amor a Deus ensiná-lo-á a fazer todas as coisas com medida e a submeter os seus desígnios ao bem público, ao qual se une necessariamente a sua satisfação e a sua glória. Este amor ao bem público fá-lo-á ter todos os respeitos possíveis e necessários a cada particular; porque este é composto de todos os particulares.⁶⁰³

Luís XIV percebe que há uma reciprocidade entre obediência e respeito. Os reis têm que fazer o bem aos súditos, aplicando corretamente a justiça a fim de protegê-los. Em troca, receberão deles a obediência e o respeito às suas leis. É dever dos reis buscar, em primeiro lugar, satisfazer aos súditos e só depois a eles próprios. Ele alerta ao filho que os reis que procuram satisfazer primeiro as pessoas mais importantes põem em perigo todo o reino. O poder que recebem de Deus é para usá-lo em prol da felicidade dos súditos em geral, e jamais de algumas pessoas de mérito:

A obediência e o respeito que recebemos dos nossos súditos não são um dom gratuito que nos fazem, mas antes uma troca com a justiça e a proteção que pretendem receber de nós. Assim como eles nos devem honrar, nós devemos conservá-los e defendê-los; (...) Devemos considerar o bem dos nossos súditos melhor do que o nosso próprio bem. É como se formassem parte de nós próprios, dado que somos a cabeça de um corpo,

⁶⁰³ BOSSUET, In: LUÍS XIV, op. cit., p. 119-121.

do qual eles são os membros. Apenas para seu próprio bem devemos dar-lhes leis; e este poder que sobre eles temos não deve servir-nos para outra coisa se não para trabalhar eficazmente para a sua felicidade. (...) O bem público deve preferir-se à satisfação dos particulares, e não há no mundo rei tão poderoso que não arruinasse muito depressa o seu Estado, se estivesse decidido a conceder todas as coisas às pessoas de mérito. (...) somos obrigados a sacrificar tudo ao bem público.⁶⁰⁴

Na ideologia absolutista ocidental, da qual Bossuet era um dos maiores representantes, como também no imaginário popular, o rei, representante de Deus na Terra, era visto como um pai que devia conduzir o destino de seus filhos. Estes lhe deviam obediência. Em troca, o rei seria justo e misericordioso. Assim como um pai, o rei também podia cometer erros. Porém, isto não dava aos súditos o direito de se rebelarem, pois a sua revolta seria considerada pecaminosa e impolítica. De acordo com os princípios estabelecidos, este erro expressava a vontade de Deus.⁶⁰⁵

No *Ancien Régime*, a fidelidade era um sentimento que estava tão incorporado na sociedade a ponto de ser considerada como “o ‘sangue’ do corpo político”; já que, conforme salienta Mousnier,

Ela traz (...) o movimento da vida. Fidelidade do rei às leis fundamentais do reino. Os juramentos do rei em sua sagração são juramentos de fidelidade que asseguram as leis e os direitos do reino, a conservação da coroa, de seus súditos e de seus interesses (...) Fidelidade dos súditos ao rei. Ela resulta de um verdadeiro juramento, tornado implícito, quando ‘o povo’ aclama o rei em sua sagração (...). Os súditos são unidos ao seu rei pelo vínculo mais forte da fidelidade. O rei é assim o elo essencial da sociedade humana. No entanto a fidelidade inclui igualmente todos os encadeamentos de fidelidade que unem ‘mestre’ e ‘fiéis’, ‘protetores’ e ‘criaturas’, do alto a baixo da sociedade.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ LUÍS XIV, op. cit., p. 33, 45, 64-65.

⁶⁰⁵ Cf. BEHRENS, op. cit., p. 89.

⁶⁰⁶ MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 303.

Um aspecto relevante nesta discussão é a expressão que aparece no discurso de Luís XIV, citada acima, ao referir-se aos súditos: “somos a cabeça de um corpo, do qual eles são os membros”. Uma frase referente a esta concepção, como já foi observado anteriormente, também aparece nos termos de Bossuet, ao falar da autoridade do rei. A concepção organicista foi recorrente na Idade Média e continuada por reis e teóricos no transcorrer da Idade Moderna.

No século XVII, a sociedade política era comparada ao corpo humano. Os teóricos políticos tomaram emprestado da doutrina cristã a teoria do corpo místico. Observa Mousnier que, assim como a doutrina cristã considerava Cristo como a cabeça do corpo místico da Igreja, os teóricos políticos defendiam que o rei era o corpo místico do povo francês, como também da monarquia. De acordo com tal doutrina, era fundamental que se obedecesse à hierarquia estabelecida desde tempos remotos: “o corpo místico da Igreja é constituído de uma hierarquia de ordens onde circula o Santo-Espírito, e o corpo místico do povo da França também de uma hierarquia de ordens inspiradas pelo espírito da monarquia encarnada no rei”.⁶⁰⁷

Esta ideia do *corpus mysticum* apregoava que o rei, como a cabeça pensante, por sua vez superior, devia orientar e dirigir os súditos, que eram os membros inferiores. Segundo um dos princípios desta ideia, cada um devia se contentar com sua condição. Os súditos deviam sempre obedecer às ordens do rei, pois era esta a condição dos membros inferiores. O emprego dessa concepção organicista foi mais uma das várias imagens simbólicas recorrentemente utilizadas pelos teóricos e reis.⁶⁰⁸ Sendo assim, era um dos argumentos que Luís XIV e Bossuet se utilizavam para reforçar o poder do monarca absolutista. O historiador alemão Ernst Kantorowicz, em *Os dois corpos do rei*, demonstra que a ideia do *corpus mysticum* foi desenvolvida pela Igreja e tomada de empréstimo pelo Estado secular. Kantorowicz observa que, por

⁶⁰⁷ MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 294.

⁶⁰⁸ Cf. TORRES, op. cit., p. 127-166.

volta do século XIV, Lucas de Pena, um jurista napolitano argumentava que,

... ‘o Príncipe é a cabeça do reino e o reino o corpo do Príncipe’. O princípio corporativo, contudo, era formulado ainda mais sucintamente quando prosseguia: ‘E tal como os homens estão reunidos espiritualmente no corpo espiritual, cuja cabeça é Cristo [...], assim também estão os homens reunidos moral e politicamente na república, que é um corpo cuja cabeça é o príncipe’. – Observa ainda que – A comparação do Estado com um *Corpus mysticum* tinha raízes profundas na França. (...) alcançou seu primeiro surto no tempo de Carlos V (...). Jean Gerson (1363-1429), o reitor da Universidade de Paris (...) – outro defensor do *Corpus mysticum*, ia além e – alertava o povo para que cada um se contentasse com sua condição.⁶⁰⁹

No *Ancien Régime*, a personificação da monarquia pelo rei era uma crença fortemente arraigada. Persistia a crença segundo a qual a ligação entre a cabeça e os membros era tão forte que tanto o monarca como os súditos deviam zelar para que não ocorresse nenhum mal ao outro. Pois o mal sofrido por uma das partes afetaria a outra também. De acordo com a observação de um contemporâneo, Guy Coquile, “o Rei é o chefe e o povo das Três Ordens são os membros e todos reunidos fazem o corpo político e místico, do qual a união é inseparável, e uma parte não pode sofrer de um mal sem que a outra sinta e sofra as dores”.⁶¹⁰

O monarca absolutista era encarregado de promover a ordem e a salvação de todos.⁶¹¹ A monarquia era um órgão que tinha o dever de reduzir os diferentes desejos das ordens, dos estados, dos corpos diversos do reino à unidade, para assim promover o

⁶⁰⁹ KANTOROWICZ, H. Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 137, 139. Ver Capítulo 5, A realeza centrada no governo: ‘*corpus mysticum*’. Especialmente o subcapítulo *Corpus republicae mysticum*. p. 133-146.

⁶¹⁰ MOUSNIER, 1971, op. cit., p. 305.

⁶¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 303.

bem comum.⁶¹² Pois somente o rei tinha a capacidade de “compreender e exprimir a vontade comum”.⁶¹³ Neste sentido, havia um poder absoluto, sem limites. Pois, assim como Deus estabelecia a ordem e a harmonia no universo, o rei, como encarnação da monarquia instituída por Ele, tinha o direito de estabelecer a harmonia política, que é uma simples repercussão desta harmonia universal. Isto significava que os súditos deviam obedecer e jamais mostrar resistência ao rei. E ainda, que apenas o rei tinha o poder para legislar e, enfim, apenas ele possuía a capacidade para comandar uma soberania eficaz, e com isto preservar um Estado público.⁶¹⁴

A imagem do rei como representante do bem comum era um princípio tradicional, defendido e aceito desde a Idade Média, por ser um dos elementos que reforçavam o poder dos monarcas franceses.⁶¹⁵ Para Torres, tal imagem, como afirma Olivier-Martin, era “um princípio tradicional, reconhecido desde os primórdios da realeza francesa, tendo o estatuto (...) de ‘um princípio superior, compreendido facilmente por todos, acessível a ignorantes como a sábios’”.⁶¹⁶

Pensar a imagem do rei como representante do bem comum, como um princípio de representação coletiva, de crenças sociais, era um princípio tradicional compreendido por todos os franceses, desde os súditos mais simples aos teóricos e aos reis. Faz-se necessário buscar compreender que tanto Bossuet como Luís XIV, ao reforçarem esta imagem, não pretendiam que isto fosse feito como simulação, como uma tentativa de enganar os súditos. Eles, assim como as pessoas comuns, acreditavam no que estavam defendendo e fazendo. Neste sentido, é pertinente a reflexão de Torres acerca da imagem do monarca como representante do bem comum ao longo dos séculos XVI e XVII:

⁶¹² Cf. *Ibid.*, p. 304.

⁶¹³ *Ibid.*, p. 305.

⁶¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 305-306.

⁶¹⁵ Cf. TORRES, *op. cit.*, p. 158-166.

⁶¹⁶ *Ibid.*, p. 133.

O rei age muito concretamente, para consolidar seu poder: arma-se, estabelece alianças, disciplina seus servidores, constrói castelos, acumula tesouros, etc. Os legistas e ideólogos agem também de maneira muito determinada ao fazerem sermões, redigirem ensaios, elaborarem seus pareceres e escreverem seus tratados. E o povo – nobres, burgueses, vilões, clérigos, individualmente ou em corpo – age como? Em que sentido, de que forma institui essas figuras? (...) é preciso compreender que o rei ao se dizer representante do bem comum não controla seu próprio dizer, não diz para enganar aos outros ou a si próprio. Tampouco a obra dos legistas é compreensível como obra de mistificação, não só porque eles, como o rei, acreditam no que dizem, mas porque ambos dizem a verdade. E a dizer forçosamente, sem serem mestres de seu dizer. Neste sentido, quando o rei se afirma representante do bem comum, quando os legistas o dizem tal e quando os súditos assim o reconhecem, todos esses atos são necessariamente verdadeiros porque eles são todos formativos. Eles não podem ser falsos porque o bem comum não é um estado de coisas cujo sentido sua representação recolheria. A representação do bem comum torna-se representação do bem comum ao ser declarada tal.⁶¹⁷

Faz-se necessário observar que a imagem do rei como representante do bem comum não só tinha um conteúdo simbólico como prático também, e, para fazer jus a esta última característica, o rei devia ter responsabilidades concretas para honrar a sua imagem de representante do bem comum. É realmente curioso o vínculo que esta imagem do rei tinha com a preservação da ordem, da paz e da justiça.⁶¹⁸ Segundo Torres,

... no período medieval, e mesmo no início da modernidade, o bem comum não era algo a ser fomentado ou desenvolvido, mas, antes, uma consequência ne-

⁶¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 151-153.

⁶¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 137.

cessária da preservação da ordem social preexistente, compreende-se que os encargos principais do rei enquanto representante do bem comum disseram respeito ao estabelecimento da justiça e à preservação da paz. A abonação deste ponto não é difícil, pois esta vinculação entre o bem comum, a justiça e a paz aparece frequentemente não apenas em obras medievais, mas também na de autores do início da modernidade.⁶¹⁹

Como podemos perceber, este fato da “vinculação entre o bem comum, a justiça e a paz” aparece também nas obras políticas da segunda metade do século XVII, época de maior esplendor do absolutismo francês. Um exemplo claro disto são as fontes que utilizamos neste trabalho. Nelas, o poder monárquico aparece envolvido por representações simbólicas. O monarca por direito divino tem a sua imagem associada às ideias de justiça, de paz e de ordem. Enfim, somente ele é capaz de manter o equilíbrio eliminando as guerras e dando fim à anarquia.

Segundo Norbert Elias, “a forma dominante de comunicação humana é a que se efetua por meio de símbolos sociais”.⁶²⁰ Ao deparar-se “com o problema específico da relação entre o tempo e os relógios”, o autor observa que os relógios foram instrumentos criados pelos homens e só indicam o tempo porque estão integrados em seu mundo repleto de símbolos.⁶²¹ Neste sentido, as imagens representadas pelos monarcas absolutistas somente alcançavam eficácia por estarem inseridas no mundo de símbolos do século de Bossuet e de Luís XIV. Símbolos através dos quais toda a sociedade francesa se orientava. Conforme salienta Torres, estas imagens do poder real eram, na Época Moderna, ao mesmo tempo, representação coletiva, bases de legitimação do poder real e instrumento de luta ideológica.⁶²²

⁶¹⁹ Ibid.

⁶²⁰ ELIAS, op. cit., p. 15-16.

⁶²¹ Cf. *ibid.*, p. 15-16, 18-19.

⁶²² Cf. TORRES, op. cit., p. 127-166.

Como Skinner, entendemos que as circunstâncias sociais e políticas, o meio social e os interesses particulares têm grande influência no pensamento político de um autor.⁶²³ Ao estabelecermos um contraponto entre as ideias políticas de Bossuet e as de Luís XIV, observamos que, enquanto o rei dá mais valor às virtudes heroicas, Bossuet prioriza as virtudes morais. Vimos também como Luís XIV, diante da bondade e da autoridade, dá maior relevância a esta última.

Devemos levar em consideração que os dois estavam em situações diferentes. Enquanto Bossuet apenas pensava a política, Luís XIV a colocava em prática. Contudo, vimos que, entre os dois, há mais pontos em comum do que divergências de pensamento. Isto porque eles viveram em um mesmo contexto: guardavam as terríveis lembranças da Fronda, eram galicanos e viveram num mesmo círculo político. Luís XIV era um homem prático, seu pensamento refletia a imensa responsabilidade do posto que ocupava. Em sua luta contra o maquiavelismo político, Bossuet dava mais ênfase às virtudes morais.

Apesar das diferenças, as ideias defendidas por ambos convergiam em direção à promoção da ordem, da paz, enfim, do bem geral da nação. Eles entendiam que o rei reinava na Terra em nome de Deus, estabelecendo uma espécie de conexão, de comunicação direta, entre as esferas celeste e terrestre. Para ambos, os reis, ao encarnarem a imagem do representante do bem comum, agindo corretamente, atrairiam a graça de Deus a todo o reino, fortalecendo a monarquia absolutista.

⁶²³ Cf. SKINNER, 1999, op. cit., p.13.

Considerações Finais

O fato de ter vivido em um contexto de Contrarreforma, de intolerância religiosa, de pertencer a uma família católica, estudar na escola dos jesuítas, frequentar a Companhia do Santo-Sacramento, ser galicano por tradição e exercer funções religiosas em quase toda a sua vida levava Bossuet a defender com tanta veemência a imagem do príncipe como defensor da fé e da Igreja católica.

Por perceber a ameaça que a doutrina protestante representava ao poder constituído, pois nela estavam contidos elementos como a defesa da liberdade e a resistência ao poder, desde os seus primeiros escritos, Bossuet tornou-se um controversista, engajando-se em várias polêmicas com os pastores protestantes, como Paul Ferry e Pierry Jurieu, refutando as ideias defendidas por eles em suas obras.

Como a fragmentação religiosa levava à desestabilização do poder político, Bossuet defendeu a unidade católica, pois sabia que disso dependia a unidade política e, portanto, o fortalecimento do poder do monarca. Pelo fato de guardar as amargas recordações das guerras civis, como a Fronda e a Revolução Inglesa de 1640, com todos os seus desdobramentos, Bossuet posicionou-se contra qualquer forma de insurreição. Desta maneira, defendeu a submissão incondicional dos súditos à autoridade do príncipe.

Por meio de suas obras, Bossuet não apenas refletia acerca da realidade, mas tencionava intervir nos acontecimentos políticos. Na *Oraison funèbre de Henritte-Marie*, Bossuet objetivava alertar Luís XIV do perigo que os protestantes representavam à sua soberania, e com isso influenciá-lo a revogar o Edito de Nantes. Ao mesmo tempo, buscava converter os protestantes e promover a

tão sonhada unidade religiosa. Já na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*, concebida no período de declínio do absolutismo francês, em decorrência da política de guerras de Luís XIV, Bossuet defendeu a moderação e o pacifismo do príncipe.

Constatou-se que as ideias defendidas por Bossuet carregavam consigo o desejo de refutação das ideias do maquiavelismo político, que exerciam considerável influência na política de seu tempo, como o desejo de glória e de conquista presentes em Luís XIV. Isto levava Bossuet a lutar com imenso esforço para combater tais vícios e inculcar no Grande-Rei o oposto: a humildade. Defensor da ordem e da tradição, ele se colocou contra qualquer forma de inovação no campo do poder, tornando-se adversário dos defensores de ideias inovadoras, o que Paul Hazard denominou como os agentes da crise da consciência europeia.

Ao estabelecermos uma comparação entre os textos de Bossuet, a *Oraison funèbre de Louis de Bourbon* e a *Instrução a Luís XIV*, com *A arte de governar* de Luís XIV, para perceber as especificidades do pensamento político de Bossuet, em relação a sua defesa da imagem do príncipe como promovedor do bem comum, percebemos que o fato de Bossuet ser um teórico e eclesiástico e de Luís XIV ser político, influenciava em suas ideias. Nesse caso, Bossuet priorizava as virtudes morais, enquanto Luís XIV valorizava as virtudes principescas. No entanto, constatamos que havia muitas convergências entre eles. Isto se explica pelo fato de terem vivido em um mesmo contexto, eram galicanos e guardavam dolorosas lembranças da anarquia gerada pela Fronda. Sendo assim, ambos detestavam toda a forma de insurreição dos súditos e defendiam ferrenhamente a soberania indivisível do soberano.

Ambos defenderam a doutrina do direito divino dos reis, a teoria descendente do poder, segundo a qual o poder de Deus descia diretamente ao rei, sem nenhuma intervenção da sociedade. Para moralizar a autoridade real, recorreram à teoria ministerial do poder concebida pelo apóstolo Paulo. De acordo com tal teoria, toda autoridade era instituída por Deus. O rei era considerado ministro de Deus na Terra e, como Ele, possuía plena autoridade.

Tal teoria tinha como desdobramento a divinização do rei. Este era a própria imagem de Deus na Terra, resistir-lhe seria o mesmo que resistir a Deus.

Para uma melhor compreensão do pensamento político de Bossuet, levamos em consideração que o autor estava inserido na esfera das representações políticas do *Ancien Régime*. Neste sentido, suas ideias não tinham como fugir ao simbolismo pelo qual a sociedade francesa de seu tempo se orientava. Isto significa que os aspectos sagrados da realeza eram elementos indissociáveis de sua teoria política: a superioridade da França e dos reis franceses, a relação do rei com o sagrado e o religioso, e a concepção de que o rei era a imagem de Deus na Terra.

Mas, como em toda pesquisa, reconhecemos haver muitas lacunas em nosso trabalho, como a ausência de alguns autores representativos neste campo de estudos, por exemplo. Isto se deve ao pouco tempo que dispomos para desenvolvê-lo. Durante esta pesquisa, deparamo-nos com outros temas interessantes como, por exemplo, a concepção de guerra em Bossuet. Tal assunto é vastamente abordado nos textos de Bossuet, e aparece na *Politique*, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France* e na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon*. O entusiasmo pelo assunto foi tanto que de imediato pensamos em expandir o plano inicial para abordá-lo. No entanto, em decorrência do pouco tempo que nos restava para concluir esta pesquisa, resolvemos deixar para desenvolver este tema na oportunidade de um futuro trabalho.

Referências

Fontes

BOSSUET, J.-B. Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne. In: *Oraisons funèbres* de Bossuet. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874. p. 35-67.

_____. Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874. p. 237-272.

_____. Oração fúnebre de Henriqueta Maria de França. In: _____. *Orações fúnebres e panegíricus*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909. p. 1-37. (Organização e apresentação de Louis Moland).

_____. Oração fúnebre de Luís de Bourbon, príncipe de Condé. In: _____. *Orações fúnebres e panegíricus*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909. p. 201-229. (Organização e apresentação de Louis Moland).

BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. 451p. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques Le Brun).

LUÍS XIV. *A arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976. p. 9-89.

TRUCHET, Jacques (org.). *Politique de Bossuet*. Paris: Armand Colin, 1966. 301p.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado absolutista*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 548 p.

- ARIÈS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. 265 p.
- BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992.
- BEBIANO, Rui. D. João V, Rei-Sol. *Revista de História das Idéias*. Lisboa, p. 111-121, 1989.
- BEHRENS, C. B. A. *O Ancien Régime*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- BERTRAND, Louis. Louis XIV théoricien de la monarchie française. In: _____. *Louis XIV*. Paris: Arthème Fayard, 1950. p. 281-288.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 433 p.
- CABRERO, José Luís Bermejo. Amor y temor ao rey (evolución histórica de um topico político). *Revista de Occidente*. Barcelona, p. 107-127, 1960.
- CALVET, J. Le XVII siècle. La littérature classique. In: _____. *Manuel illustré d'histoire de la littérature française*. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952. p. 189-424.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. *Domínios da história – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p. 375-399.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo & política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vinde, 1988. 249 p.
- CHARBONNEL, J.-Roger. (org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942. p. 5.
- _____. Résumé chronologique de la vie de Bossuet (1627-1704). In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942. p. 6.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. A 'Política resultante da Sagrada Escritura', de Bossuet (1679-1709). In: _____. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1973. p. 83-98.

_____. *Pensamento político*. Tomo 2. O declínio do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. Livro IV. p. 1-28.

CORVISIER, André. *História moderna*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976. 427 p.

DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: _____. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 129-156.

DELUMEAU, Jean. As causas da Reforma. In: _____. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 251-271.

DURAN, Georges. Le souverain et l'exercice du pouvoir souverain. In: _____. *États et institutions XVI-XVIII siècles*. Paris: Librairie Armand Colin, 1969. p. 32-44.

DUSSALT. Jugements sur Bossuet. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.

_____. Notice sur Bossuet. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874. p. 1-27.

ELIAS, Norbert. Introdução. In: _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FIGGIS, J. N. Introducción. In: _____. *El derecho divino de los reyes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942. p. 13-24.

GAQUÈRE François. *Bossuet en ses ascendances (Préhistoire de Bossuet)*. Paris: Beauchesne, 1965. 45 p.

_____. *Le dialogue irénique Bossuet – Leibniz: La réunion des Eglises em échec (1691-1702)*. Paris: Beauchesne, 1966. 269 p.

_____. *Le dialogue irénique Bossuet – Paul Ferry à Metz (1652-1669)*. Paris: Beauchesne, 1967. 263 p.

GUÉRY, Alain. Le roi est Dieu. Le roi et Dieu. In: BULST, Neithard; DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain. (orgs.). *L'État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)*. Paris: Éditions de La Maison des Sciences de l'Homme, 1991. p. 27-47.

GUNNEL John. *Teoria política*. Brasília: E.U.B., 1981. 122 p.

- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M; GIMENES, R. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: IFCH, 2000. p. 15-62.
- HICK, John. *Filosofia da religião*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 143 p.
- HILL, Christopher. Introdução. In: _____. *As origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 7-23.
- HOUX, Jean-Paul. Le roi chrétien. In: _____. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997.
- JACKSON, Richard A. Métamorfoses de la royauté. In: _____. *Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France*. Paris: Difusion Éditions Ophrys. s.d. p. 189-205.
- KANTOROWICZ, H. Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 547 p.
- LA BROISE, René. *Bossuet et la Bible*. Genève: Slatkine Reprints, 1971. 453 p.
- LACERDA, S.; KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaços historiográficos, ou porque dar atenção aos textos clássicos. In: *Textos de história*. Brasília: UnB, 1997. p. 5-22.
- LASKI, H. J. Sobre o estudo da política. In: KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília: E.U.B., 1980. p. 9-21.
- LAVISSE, Ernest. Les Lettres. In: _____. *Histoire de France illustrée. Depuis les origines jusqu'à la Révolution*. Paris: Librairie Hachette, s.d. Livro II. p. 102-111.
- LE BRUN, Jacques. Introduction. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Librairie Droz, 1967. p. 7-31.
- LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrées de la monarchie française du X au XIII siècle. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992. p. 19-28.
- LOPES, Marcos Antônio. A dimensão do príncipe na historiografia do século XVII: o tempo e a história de Bossuet. In: *Fronteiras*, Florianópolis, n. 9, p. 127-153, dez. 2001.

- _____. *A imagem da realeza: simbolismo monárquico no Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1994. 87 p.
- _____. *A política dos modernos*. Cascavel: Edunioeste, 1997. 166 p.
- _____. Bossuet, historiador da realeza. *Varia historia*. Belo Horizonte: UFMG, n. 23, p. 164-179, jul. 2000.
- _____. *O absolutismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 71 p.
- _____. O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime. *Síntese*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Superiores do ISI, n. 57, p. 223-248, 1992.
- _____. *O político na modernidade*. São Paulo: Loyola, 1997. 167 p.
- _____. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 102 p.
- _____. *Tensões da realeza sagrada no século XVII: Bossuet interlocutor de Maquiavel*. *Locus. Revista de história*. V. 8, n.1, p. 109-124, 2002.
- _____. Um intelectual à l'Ancien Régime: Bossuet. In: _____. (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 255-270.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra e outros ensaios*. Brasília: EUB, 1982. 131 p.
- MOLAND, Louis. (org.). Advertência. In: BOSSUET, J. B. *Orações fúnebres e panegíricos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909. p. I-XII.
- _____. Alguns fragmentos da obra de Bossuet 'Política tirada das próprias palavras da Sagrada Escritura'. In: LUÍS XIV. *A arte de governar*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976. p. 125-129.
- MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 416 p.
- MOUSNIER, Roland. Les concepts d' "orders" d' "états", de "fidélité" et de "monarchie absolue" en France de la fin du XV siècle à la fin du XVIII. *Révue historique*, 247, Paris, p. 289-312, 1972.
- _____. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1973. 381 p.
- _____. Problemas de método en el estudio de las estructuras sociales de los siglos XVI, XVII y XVIII. *Estudios políticos*. Madrid, n.198, p. 41-58, 1973.

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. Quentin Skinner. In: _____. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. p. 307-339. (Entrevista).
- RÉMOND, R. Do político. In: _____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora UFRJ, 1996. p. 441-450.
- REVEL, Jacques. La royauté sacrée. Éléments pour un débat. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992. p. 7-17.
- RIBEIRO, Renato J. A filosofia política na história. In: _____. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. p. 117-126.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, São Paulo, n. 30, p. 9-22, 1995.
- SCHWARCZ, LÍlian Moritz. 'A roupa nova do rei': reflexões sobre a realeza. In: _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 25-34.
- SAINTE-BEUVE C. (org.). Bossuet. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928. p. 24-150.
- _____. Luis XIV. In: _____. *Quelques figures de l'histoire*. Paris: Éditions Jules Tallandier. 1930. p. 123-142.
- SÉE, Henri. *Idées politiques en France au XVII^e siècle*. Paris: Marcel Giard Libraire-Éditeur, 1923. 362 p.
- SIMON, Patrick. *Le mythe royal*. Paris: Diffusion aux Amateurs de Livres, 1987.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p.
- _____. *Maquiavel: pensamento político*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 724 p.
- STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, [s.d.], 116 p.
- THOMSON, David. Naturaleza de las ideas políticas. In: _____. *Las ideas políticas*. Barcelona: Editorial Labor, 1973. p. 9-18.

- TORRES, João C. B. *Figuras do Estado moderno: representação política no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. 483 p.
- TOUCHARD, Jean. *História das idéias políticas*. V. 3. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 142 p.
- _____. *História das idéias políticas*. V. 4. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 120 p.
- TRUCHET, Jacques (org.). *Politique de Bossuet*. Paris: Librairie Armand Colin, 1966. 318 p.
- TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 273-289.
- ULLMANN, W. *Principios de gobierno y política en la Edad Media*. Madrid, Revista de Occidente, 1971.
- VALÉRY, Paul. Sur Bossuet. In: _____. *Variété 1 et 2*. Paris: idées Gallimard, 1978. p. 164-166.
- VAUVENARGUES. Fragments. In: _____. *Oeuvres choisies*. Paris: Classiques Garnier Frère, 1954. p. 275-290.
- VERLET. Louis XIV. In: _____. *Versailles*. Paris, Arthème Fayard, 1961. (Collection Les grands études historiques).
- VILLEMANN, M. Essai sur oraison funèbre. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874. p. I-LXIV.
- VOUGA, Cláudio. A leitura dos clássicos. In: ____ et alii. *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 13-22.
- WARRENDER, Howard. O estudo da política. In: KING, Preston. *O estudo da política*. Brasília: EUB, 1980. p. 157-176.
- WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora UFRJ, 1996. Cap. 9. p. 271-294.
- WOLIN, Sheldon. Filosofía política y filosofía. In: _____. *Politica y perspectiva*. Madrid: Alianza Editorial, [s.d.], p. 11-37.

A IMAGEM DO PRÍNCIPE *nas orações fúnebres de Bossuet*

Desde as civilizações da Antiguidade oriental, tem sido prática comum justificar o poder da realeza por delegação divina. Neste sentido, o direito divino dos reis, doutrina política defendida por Bossuet, sob o regime de Luís XIV, na segunda metade do século XVII, pode ser abordado sob esta ótica. Na segunda metade do século XVII, sobretudo no início do reinado pessoal de Luís XIV, em 1661, o Estado absolutista francês chegou ao seu ponto culminante. É preciso levar em consideração que a monarquia absolutista francesa não se consolidou apenas por seus aparatos técnicos e burocráticos, mas com a ajuda de todo um simbolismo religioso que a envolvia. Foi na segunda metade do século XVII que o absolutismo francês conheceu seu momento de maior esplendor. A doutrina do direito divino dos reis contribuiu poderosamente para o fortalecimento da monarquia francesa. Neste período, quase todos os gêneros literários, fossem políticos ou não, versavam ou incluíam em seus discursos a exaltação das virtudes morais da realeza sagrada.

FAPENÁ

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN: 978-65-7862-441-5



Impresso

ISBN: 978-65-5363-306-3



e-Book